

Seminário

Marxismo e Opressões



Apostila 2

AS QUESTÕES DA DEMOCRACIA EM MARX, LENIN, ROSA DE LUXEMBURGO, TROTSKY, CANNON, MORENO (CARRASCO/PETIT)

**Janeiro/Fevereiro
de 2018**

Sumário

KARL MARX	3
Texto 1: <i>O problema da resolução do Conselho Geral sobre a anistia Irlandesa</i> – Carta de Marx a Kulgemann, 28/03/1870	3
Texto 2: Carta de Marx à Engels, 10/12/1869	4
Texto 3: Carta de Marx a Sigfrido Meyer e Augusto Vogt, 08/04/1870	4
Texto 4: Carta de Marx a Kulgemann, 29/11/1869	6
LENIN	7
Texto 1: O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação	7
Texto 2: A revolução socialista e o direito das nações à autodeterminação (Teses)	9
Texto 3: Balanço da discussão sobre a autodeterminação	17
Texto 4: Problemas de política nacional e internacionalismo proletário	28
Texto 5: Lênin e o movimento feminino (Clara Zetkin)	41
Texto 6: O direito ao divórcio	56
TROTSKY	58
A independência da Ucrânia e a confusão sectária	58
Autodeterminação para os negros americanos	64
IIIª INTERNACIONAL	70
Teses sobre a propaganda entre as mulheres	70
CANNON	79
A revolução russa e o movimento negro norte-americano	79
MORENO	88
Texto 1 - Mulheres Trabalhadoras e Marxismo – C. Carrasco e M. Petit	88
Texto 2 - Teses da FB sobre as tarefas dos trotskistas entre as mulheres	92

KARL MARX

Texto 1: Karl Marx - Extratos de uma comunicação confidencial (1870) – Ponto 5. “O problema da resolução do Conselho Geral sobre a anistia irlandesa”, em Cartas a Kulgemann – 28/03/1870 (pag. 270 a 272 do livro *O 18 Brumário e Cartas a Kulgemann*, Paz e Terra, 5ª edição)

Se bem a Inglaterra é o baluarte dos grandes latifundiários e do capitalismo Europeu, o único ponto em que se pode assestar um duro golpe à Inglaterra oficial é a Irlanda. Em primeiro lugar, a Irlanda é o bastião dos grandes proprietários ingleses. Se se desmorona na Irlanda terá que desmoronar também na Inglaterra. Nisto é a Irlanda é cem vezes mais fácil, dado que *a luta econômica se concentra ali na propriedade territorial*, dado que esta luta é, ao mesmo tempo, uma luta nacional e dado que o povo Irlandês é mais revolucionário e mais exasperado do que o da Inglaterra. O sistema da grande possessão de terra é mantido na Irlanda somente com a ajuda do *exército inglês*. Assim que a união coerciva [5] destes dois países terminar, uma revolução social entrará em erupção na Irlanda, embora sob formas particulares. O sistema inglês de grande possessão da terra, além de perder uma fonte importante de sua riqueza, será privado também *da fonte mais importante de sua força moral como representante da dominação da Inglaterra na Irlanda*. Por outro lado, deixando intacto o poderio dos seus grandes latifundiários na Irlanda, o proletariado inglês torna-os invulneráveis na própria Inglaterra.

Em segundo lugar, a burguesia inglesa, além de explorar a miséria irlandesa, para piorar a situação da classe operária da Inglaterra através da imigração forçada de irlandeses pobres, dividiu ao proletariado em dois campos inimigos. O ardor revolucionário do operário celta não se une harmoniosamente à natureza positiva, mas lenta, do operário anglo-saxão. Ao contrário, em todos os grandes centros industriais da Inglaterra existe um profundo antagonismo entre o proletário inglês e o irlandês. O operário médio inglês odeia o irlandês, ao que considera como um rival que faz com que baixem os salários e o padrão de vida []. Sente uma antipatia nacional e religiosa para ele. Olha-o quase como os *poor whites* (brancos pobres) dos Estados meridionais da América do Norte olhavam os escravos negros. A burguesia fomenta e conserva artificialmente este antagonismo entre os proletários dentro da própria Inglaterra. Sabe que nesta cisão do proletariado reside o autêntico segredo da manutenção de seu poderio.

Este antagonismo reproduz-se também do outro lado do Atlântico. Desalojados de sua terra natal pelos bois e as ovelhas, os irlandeses voltam a encontrar-se nos Estados Unidos, nos que constituem uma parte considerável e crescente da população. Sua única ideia, sua única paixão é o ódio pela Inglaterra. Os governos inglês e norte-americano, isto é, as classes que representam, alimentam estas paixões com o fim de eternizar a luta entre as nações, que impede toda aliança séria e sincera entre os operários de ambos lados do Atlântico e, portanto, impede sua emancipação comum.

A Irlanda é o único pretexto de que se vale o governo inglês para manter um grande exército permanente, ao qual, em caso de necessidade, como já ocorreu, se lança contra os operários ingleses, após este exército ter adquirido experiência militar na Irlanda. Finalmente, na Inglaterra repete-se agora o que se pôde observar em proporções monstruosas na Roma Antiga. Um povo que oprime a outro povo forja suas próprias correntes.

Portanto, a atitude da Associação Internacional na questão da Irlanda é absolutamente clara. Seu primeiro objetivo é acelerar a revolução social na Inglaterra. Com tal fim é preciso

mirar o golpe decisivo em Irlanda. A resolução do Conselho Geral sobre a anistia irlandesa não deve servir mais que de introdução a outras resoluções, nas quais se dirão que, sem falar já de justiça internacional, a condição preliminar da emancipação da classe operária é a transformação da atual união coercitiva, isto é, da subjugação da Irlanda, em aliança igual e livre, se é possível, ou numa separação completa, se for necessário.

Texto 2: Carta de Karl Marx a Friedrich Engels, 10 de dezembro 1869 [MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Sobre o Colonialismo*. pg. 204-205]

(...) O modo como vou expor a questão na próxima terça-feira é este: que bem mais lá de todas as frases sobre justiça —internacional e —humana para Irlanda —as quais são o ponto de partida aceito no Congresso Internacional— é interesse direto e absoluto da classe operária inglesa o de se livrar de sua atual ligação com a Irlanda. E é esta minha absoluta convicção, por razões que em parte não posso dizer aos próprios operários ingleses. Durante muito tempo achei que seria possível derrubar o regime irlandês através da ascensão da classe operária inglesa. Sempre expressei este ponto de vista no *New York Tribune*. Um estudo mais profundo convenceu-me atualmente do contrário. A classe operária inglesa nunca concretizará nada antes de se livrar da Irlanda. É por isso que a questão irlandesa é tão importante para o movimento social em general. Li muitos extratos de textos de Davies. O livro em si só o vi superficialmente no Museu. Por isso, me faria um grande favor se pudesse copiar as passagens relativas à propriedade comum. Tem que procurar os “*Discursos de Curran*”, editados por Davies (*Londres: James Duffy, 22, Paternoster How*). Minha intenção era fazê-lo quando estivesse em Londres. Circula agora entre os membros ingleses do Comitê Central, e Deus sabe quando voltarei a vê-lo. É de importância decisiva para o período de 1779 a 1800 (União), não só por causa dos discursos de Curran (especialmente os pronunciados nos tribunais; considero a Curran o único grande advogado [o advogado do povo] do século XVIII e a personalidade mais nobre, enquanto Grattan é um canalha parlamentar), mas porque nele se encontram todas as fontes referidas à União Irlandesa. Este período é do maior interesse, científica e dramaticamente. Em primeiro lugar, os fatos dos ingleses em 1588-1589 repetem-se (e talvez com maior intensidade) em 1788-1789. Em segundo, no movimento irlandês pode destacar-se facilmente um movimento de classe. Em terceiro, a política infame de Pitt. Em quarto, e esta será muito incômoda para os cavalheiros ingleses, a prova de que a Irlanda aliás, desde um ponto de vista revolucionário, e os irlandeses, eram demasiado avançados para a manada do rei da Inglaterra e para a Igreja, enquanto, por outro lado, a reação inglesa na Inglaterra tinha suas raízes (como no tempo de Cromwell) na subjugação da Irlanda. Este período deve estar descrito no último capítulo. Que se ponha John Bull no cargo! (...) Sir John Davies, *Historical Tracts*.

Texto 3: Carta de Karl Marx a Sigfrido Meyer e Augusto Vogt, 8 de abril 1870.

Os anos de estudo da questão irlandesa fazem-me deduzir que o golpe decisivo contra as classes dominantes da Inglaterra (e é decisivo para o movimento operário de todo mundo) não se pode dar mais que na Irlanda, e não na Inglaterra. Em 1º de janeiro de 1870 o Conselho Geral editou uma circular confidencial, redigida por mim em francês (pois são os jornais franceses, e não os alemães, os que produzem efeito em Inglaterra), a respeito da relação existente entre a luta nacional dos irlandeses e a emancipação da classe operária, e, portanto, a respeito

da atitude que a Associação Internacional deve adotar ante a questão irlandesa. Resumo-vos muito brevemente os pontos fundamentais. A Irlanda é a cidadela da aristocracia latifundiária inglesa. A exploração deste país não é só a fonte principal de suas riquezas materiais. É sua maior força moral. A aristocracia inglesa encarna, efetivamente, a dominação da Inglaterra na Irlanda. A Irlanda é, portanto, o grande meio para manter seu poder na própria Inglaterra. Por outra parte, se o exército e a polícia inglesa abandonam amanhã a Irlanda, não se fará esperar a explosão de uma revolução agrária ali. Mas a queda da aristocracia inglesa na Irlanda entraña a consequência inevitável de sua queda na Inglaterra. Com isso criar-se-ão as condições prévias de uma revolução proletária na Inglaterra. Uma vez que a questão agrária é até hoje a forma exclusiva da questão social na Irlanda, já que é uma questão de existência, de vida ou morte para a imensa maioria do povo irlandês, e que, ao mesmo tempo, não se pode separar da questão nacional, a exclusão da aristocracia latifundiária inglesa na Irlanda é uma operação infinitamente mais fácil que na própria Inglaterra, sem falar já do carácter mais apaixonado e mais revolucionário dos irlandeses em comparação com os ingleses. Quanto à burguesia inglesa, tem, em primeira ordem, o mesmo interesse que a aristocracia inglesa em transformar a Irlanda num mero pasto que envia ao mercado inglês carne e lã aos preços mais baixos possíveis. Tem também o mesmo interesse em reduzir a população irlandesa, despejando os arrendatários e os obrigando a emigrar, ao mínimo que permita ao capital inglês (investido nos arrendamentos) funcionar "com toda a segurança no país. Está tão interessada no *clearing the está of Ireland* (o despejo dos arrendatários das fazendas rústicas da Irlanda. — N.E.) como esteve na das regiões agrícolas da Inglaterra e Escócia. A soma de 6.000 a 10.000 libras esterlinas, que constituem as rendas dos latifundiários absentistas e outras rendas irlandesas que fluem anualmente a Londres, também devem ser tomadas em consideração. Mas a burguesia inglesa tem interesses bem mais importantes ainda na economia atual da Irlanda. Graças à concentração, sempre crescente, dos arrendamentos. A Irlanda provê constantemente seu excedente (de mão de obra) ao mercado operário inglês e baixa assim o salário e piora a situação econômica e moral da classe operária inglesa. E, finalmente, o essencial! Todo o centro industrial e comercial da Inglaterra tem atualmente uma classe operária cindida em dois campos hostis: a dos proletários ingleses e o dos proletários irlandeses. O operário inglês ordinário detesta o operário irlandês como a um competidor que faz baixar seu nível medeio de existência. Sente-se, por sua vez, membro de uma nação dominante, coisa que o transforma em instrumento de seus aristocratas e capitalistas contra a Irlanda e consolida com isso o poder destes sobre ele mesmo. Os preconceitos religiosos, sociais e nacionais o enfrentam ao operário irlandês. Comporta-se com ele pouco menos que como os *poor whites* (brancos pobres. — N.E.) comportam-se com os negros nos velhos estados escravagistas dos E.E.UU. O irlandês paga-lhe na mesma moeda. Vê nele a um tempo o cúmplice e o instrumento cego da dominação inglesa na Irlanda. Este antagonismo é alimentado artificialmente e estimulada com a imprensa, os sermões, as revistas humorísticas, em soma, com todos os meios de que dispõem as classes dominantes. Este antagonismo é o segredo da impotência da classe operária inglesa, apesar de sua organização. É também o segredo do persistente poderio da classe capitalista, que se dá perfeita conta disso. Mas o mal não acaba em isso. Cruza o oceano. O antagonismo entre ingleses e irlandeses é a razão oculta do conflito entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Faz impossível toda a oração séria e sincera entre as classes operárias dos dois países. Permite aos Governos de ambos países embotar, sempre que o creem conveniente, o conflito social, mediante a mútua provocação (açoitando uma contra a outra. —N.T.) e, em caso de necessidade, provocando uma guerra. A Inglaterra, metrópole do capital, potência dominante até hoje do mercado mundial, é pelo momento o país mais importante para a revolução

operária e o único na qual as condições materiais desta revolução chegaram a verdadeiro grau de maturidade. Por isso o objetivo mais importante da Associação Internacional dos operários é acelerar a revolução social na Inglaterra. E o único modo de consegui-lo é fazer a Irlanda independente. Por isso a Internacional deve pôr sempre em primeiro plano o conflito entre a Inglaterra e a Irlanda, tomando abertamente partido em todas partes por esta última. A tarefa especial do Conselho Central de Londres é acordar na classe operária inglesa a consciência de que a emancipação nacional da Irlanda não é para ela uma questão abstrata de justiça ou filantropia, mas a primeira condição de sua própria emancipação social. Tais são, pouco mais ou menos, os pontos principais da circular que, ao mesmo tempo, explicava as razões de ser das resoluções do Conselho Central referentes à anistia irlandesa. 02470073901

Texto 4: Carta de Karl Marx a Luis Kugelmann; 29 de novembro de 1869.

No entanto, minha intervenção nesta questão da anistia irlandesa, e a proposta que fiz depois, de discutir no Conselho Geral a atitude da classe operária inglesa ante a Irlanda e de tomar resoluções a este respeito, não tinham, naturalmente, o único fim de falar determinada e de maneira que se ouvisse bem em favor dos irlandeses oprimidos contra seus opressores. Vim me convencendo mais e mais, e agora há que inculcar na classe operária inglesa, que ela não poderá fazer nunca nada decisivo aqui, na Inglaterra, enquanto não rompa da maneira mais completa com sua política irlandesa, com a política das classes dominantes; enquanto não faça causa comum com os irlandeses e tome, inclusive, a iniciativa para romper a União forçada de 1801 e a substitua com uma confederação igual e livre. O proletariado inglês deve seguir esta política, e não por simpatia a Irlanda. Caso contrário, o povo inglês seguirá sendo levado pelas rédeas das classes dominantes, pois terá que se unir a elas para fazer frente comum contra a Irlanda. Todo movimento popular na própria Inglaterra é paralisado pela discórdia com os irlandeses, que formam, na mesma Inglaterra, uma fração muito importante da classe operária. A primeira condição de emancipação aqui, a derrocada da oligarquia agrária inglesa, segue sendo impossível, porque não se poderá tomar a praça de assalto enquanto essa oligarquia conservar na Irlanda suas fortalezas, muito sólidas. Mas, quanto mais cedo o povo irlandês tomar em suas mãos sua própria causa, quanto mais cedo fizer a si mesma seu próprio legislador, quanto mais cedo governar a si mesma e desfrutar de sua autonomia, o aniquilamento da aristocracia agrária (que são, em grande parte, os mesmos latifundiários aristocratas ingleses) será infinitamente mais fácil que aqui, porque na Irlanda o problema não é somente de ordem econômica, mas envolve ao mesmo tempo a questão nacional, pois na Irlanda os latifundiários não são, como na Inglaterra, os dignitários e representantes tradicionais da nação, mas seus opressores odiados a morte. E não está paralisada somente a evolução social interior da Inglaterra pelas relações existentes com a Irlanda, mas, além disso, sua política exterior e, sobretudo, sua política com a Rússia e os Estados Unidos de América. Como é, indiscutivelmente, a classe operária inglesa a que fará que a balança se incline para o lado da emancipação social, é aí onde devemos pôr o peso. Na realidade a Irlanda foi a que perdeu para a república inglesa sob Cromwell. Que não se repita duas vezes o mesmo. Os irlandeses lançaram uma armadilha no Governo inglês elegendo como membro do Parlamento ao réu convicto O'Donovan Rosa. Os jornais oficiais ameaçam já com uma nova suspensão da lei do *Habeas Corpus*, com outra onda de terrorismo. Na realidade, a Inglaterra jamais governou a Irlanda senão aplicando o terrorismo mais abominável e a corrupção mais detestável, e, enquanto existirem as condições atuais, jamais poderá governar de outra. (...)

LENIN

Texto 1: O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação – outubro de 1915 – (tomo XXVII – Obras Completas)

(...) —O caso é que o Parabellum [Radek], em nome da revolução socialista, rechaça com desprezo todo programa revolucionário consequente na esfera da democracia. Isso é um erro. O proletariado não pode triunfar sem ser passando pela democracia e vinculando cada passo de sua luta com as reivindicações democráticas formuladas do modo mais enérgico.

É absurdo opor a revolução socialista e a luta revolucionária contra o capitalismo a um dos problemas da democracia, nesse caso, ao problema nacional. Devemos combinar a luta revolucionária contra o capitalismo com um programa e uma tática revolucionários para o conjunto das reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade jurídica da mulher, direito das nações à autodeterminação, etc. (grifo nosso) Enquanto existir o capitalismo, todas essas reivindicações só podem ser realizadas excepcionalmente e, além disso, incompletamente e desvirtuadamente.

Apoiando-nos nas conquistas democráticas já conquistadas e denunciando seu caráter incompleto no regime capitalista, exigimos a derrubada do capitalismo, a expropriação da burguesia, como base indispensável para acabar com a miséria das massas e também para realizar completamente e integralmente todas as transformações democráticas .

Algumas dessas transformações serão iniciadas antes da derrubada da burguesia, outras no curso da sua derrubada e outras depois dessa derrubada. A revolução social não é uma batalha única, mas uma época que compreende toda uma série de batalhas por transformações econômicas e democráticas em todas as ordens, batalhas que só podem culminar na expropriação da burguesia.

Justamente em nome desse objetivo final, devemos formular em termos rigorosamente revolucionários cada uma das nossas reivindicações democráticas. É concebível que os operários de um determinado país derrubem a burguesia antes de se concretizar plenamente uma sequer das transformações democráticas essenciais. Mas é absolutamente inconcebível que o proletariado, como uma classe histórica, possa derrotar a burguesia sem estar preparada para isso por uma educação no espírito democrático mais consequente e mais energeticamente revolucionário.

O imperialismo é a crescente opressão das nações do mundo por um punhado de grandes potências, é a era das guerras lutadas entre esses grandes poderes para expandir e consolidar a subjugação das nações, é o momento do engano das massas populares pelo hipócritas patriotas sociais, isto é, por pessoas que, sob o pretexto da "liberdade das nações", do "direito das nações à autodeterminação" e da "defesa da pátria", justificam e defendem a opressão da maioria das nações do globo pelas grandes potências.

Por esta razão, o ponto central no programa social-democrata deve ser a divisão das nações opressoras e oprimidas, divisão que constitui a essência do imperialismo e que os social-chauvinistas e Kautsky omitem enganosamente. Esta divisão não importa do ponto de vista do pacifismo burguês ou da utopia pequeno-burguesa da competição pacífica das nações independentes no regime capitalista, mas é essencial do ponto de vista da luta revolucionária contra o imperialismo.

E desta divisão deve surgir a nossa definição do "direito das nações à autodeterminação", uma definição consequentemente democrática, revolucionária e condizente com a tarefa geral

da luta imediata pelo socialismo. Em nome desse direito, na luta por conseguir um reconhecimento sincero do mesmo, os socialdemocratas das nações opressoras devem exigir a liberdade de separação para as nações oprimidas, senão o reconhecimento dos direitos iguais das nações e da solidariedade internacional dos operários não será mais do que uma frase oca e uma hipocrisia. Quanto aos socialdemocratas das nações oprimidas, eles devem enfatizar primeiramente a união e a fusão dos operários das nações oprimidas com os das nações opressoras, porque senão esses socialdemocratas se tornarão de um jeito ou de outro aliados de uma ou outra burguesia nacional, que sempre trai os interesses do povo e da democracia e sempre está disposta, por sua vez, a anexar territórios e oprimir outras nações.

Vamos nos recordar, como um exemplo para aprender, como se colocava o problema nacional no final da década de 60 do século passado. Alheios a toda ideia de luta de classes e revolução socialista, os democratas pequeno-burgueses imaginavam a utopia de uma competição pacífica de nações livres com direitos iguais sob o capitalismo.

Os proudhonistas "negavam" completamente a existência do problema nacional e do direito das nações à autodeterminação, do ponto de vista dos objetivos imediatos da revolução social. Marx zombou do proudhonismo francês e mostrou sua afinidade com o chauvinismo francês ("toda a Europa pode e deve permanecer tranquila e pacificamente com a sua bunda sentada, esperando que os senhores da França suprimam a miséria" ... "sem se darem conta, entendem, aparentemente, por negação das nacionalidades, sua absorção pela nação modelo, a francesa").

Marx reivindicava a separação da Irlanda da Inglaterra, "embora depois da separação chegue à federação", e não a exigiu do ponto de vista da utopia pequeno-burguesa do capitalismo pacífico, nem por considerações de "justiça para a Irlanda", mas do ponto de vista dos interesses da luta revolucionária do proletariado da nação opressora, isto é, inglesa, contra o capitalismo. A liberdade desta nação estava presa e mutilada pelo fato de que oprimia outra nação. O internacionalismo do proletariado inglês seria uma frase hipócrita se ele próprio não reivindicasse a separação da Irlanda.

Marx, que nunca foi partidário dos Estados pequenos, nem do fracionamento dos Estados em geral nem do princípio da federação, considerava a separação da nação oprimida como um passo em direção à federação e, portanto, não ao fracionamento, mas para a concentração política e econômica, mas realizada sobre uma base democrática.

Segundo Parabellum, Marx sustentava provavelmente uma "luta ilusória" ao reivindicar a separação da Irlanda. Mas, na realidade, só essa reivindicação constituía um programa rigorosamente revolucionário, só ela respondia ao internacionalismo, só ela defendia uma concentração não-imperialista. II (...) - (p.65-68) - O proletariado da Rússia não pode marchar na frente do povo para uma revolução democrática vitoriosa (que é a tarefa imediata deles) nem lutar ao lado de seus irmãos, os proletários da Europa, por uma revolução socialista, sem exigir agora mesmo, totalmente e sem reservas, a liberdade de se separar da Rússia para todas as nações oprimidas pelo czarismo. Essa reivindicação não é independente da nossa luta revolucionária pelo socialismo, pelo contrário, a formulamos porque essa luta não seria mais do que palavras vazias, se não a vinculássemos com a visão revolucionária de todos os problemas democráticos, incluindo o problema nacional.

Reivindicamos a liberdade de autodeterminação, isto é, a independência, isto é, a liberdade de separação para as nações oprimidas, não porque sonhamos com a fragmentação econômica ou com o ideal dos pequenos Estados, mas, pelo contrário, porque queremos grandes Estados, porque aspiramos à aproximação e inclusive à fusão das nações, mas numa base verda-

deiramente democrática e verdadeiramente internacionalista, o que é inconcebível sem a liberdade de separação. (...)” (p. 71)

.....

Texto 2: A Revolução Socialista e o Direito das Nações à Autodeterminação (Teses) – janeiro-fevereiro de 1916

O imperialismo, o socialismo e a libertação das nações oprimidas

O imperialismo é a fase superior do desenvolvimento do capitalismo. Nos países avançados, o capital ultrapassou os marcos dos Estados nacionais e colocou o monopólio no lugar da concorrência, criando todas as premissas objetivas para a realização do socialismo. Por isso, na Europa ocidental e nos Estados Unidos está na ordem do dia a luta revolucionária do proletariado pela derrubada dos governos capitalistas e pela expropriação da burguesia. O imperialismo empurra as massas para esta luta ao agudizar enormemente as contradições de classe, ao piorar a situação das massas, tanto no sentido econômico -- trustes, carestia -- quanto no político: ascenso do militarismo, maior frequência das guerras, recrudescimento da reação, afiançamento e ampliação da opressão nacional e da rapina colonialista. O socialismo vitorioso deve necessariamente realizar a democracia total; conseqüentemente, não só tem que pôr em prática a absoluta igualdade de direitos entre as nações, mas também realizar o direito das nações oprimidas à sua autodeterminação, ou seja, o direito à livre separação política. Os partidos socialistas que não demonstraram em toda a sua atividade, agora, durante a revolução, como depois da sua vitória, serem capazes de libertar as nações avassaladas e construir relações com as mesmas sobre a base de uma união livre -- e uma união livre, sem liberdade de separação, é uma frase mentirosa --, esses partidos cometeriam uma traição ao socialismo. Obviamente a democracia também é uma forma de Estado que deverá desaparecer quando desaparecer o Estado, mas isso só ocorrerá quando se produzir a transição do socialismo, definitivamente vitorioso e consolidado, ao comunismo integral.

2. A revolução socialista e a luta pela democracia

A revolução socialista não é um ato único, nem uma batalha numa frente isolada, mas toda uma época de agudos conflitos de classes, uma longa série de batalhas em todas as frentes, ou seja, em todos os problemas da economia e da política, batalhas que só podem culminar na expropriação da burguesia. Seria completamente errôneo pensar que a luta pela democracia possa distrair o proletariado da revolução socialista, ou relegá-la, adia-la, etc. Ao contrário, assim como é impossível um socialismo vitorioso que não realize a democracia total, não pode se preparar para a vitória sobre a burguesia um proletariado que não trave uma luta revolucionária geral e conseqüente pela democracia. Não seria menos errôneo eliminar um dos pontos do programa democrático, por exemplo, o direito das nações à sua autodeterminação, baseando-se no que é aparentemente “irrealizável” ou “ilusório” sob o imperialismo. A afirmação de que o direito das nações à autodeterminação é irrealizável dentro dos limites do capitalismo pode ser interpretada num sentido absoluto, econômico, ou num sentido condicional, político. No primeiro caso, esta afirmação é radicalmente errônea do ponto de vista teórico. Em primeiro lugar, nesse sentido são irrealizáveis, sob o capitalismo, por exemplo, a moeda-trabalho ou a supressão das crises, etc. Mas é em todo sentido incorreto que a autodeterminação das nações seja igualmente irrealizável. Em segundo lugar, o próprio exemplo da Noruega ter se separado da Suécia em 1905 chega para refutar a “irrealizabilidade” nesse sentido. Em terceiro

lugar, seria ridículo negar que com uma pequena modificação nas relações mútuas, políticas e estratégicas, entre a Alemanha e a Inglaterra, por exemplo, hoje ou amanhã poderia ser perfeitamente “realizável” a formação dum novo Estado polaco, hindu, etc. Em quarto lugar, o capital financeiro, na sua tendência à expansão, pode “livremente” comprar e subornar o mais livre governo democrático e republicano, e os funcionários eleitos de qualquer país, ainda que fosse “independente”. O domínio do capital financeiro, o mesmo que do capital em geral, não pode ser eliminado com nenhuma transformação na esfera da democracia política, e a autodeterminação pertence inteira e exclusivamente a esta esfera. Mas o domínio do capital financeiro não destrói em absoluto o significado da democracia política como a forma mais livre, mais ampla e mais clara da opressão classista e da luta de classes. Portanto, toda argumentação sobre o “irrealizável”, no sentido econômico, de uma das reivindicações da democracia política sob o capitalismo, não é mais do que uma definição teoricamente incorreta das relações gerais e básicas entre o capitalismo e a democracia política em geral. No segundo caso, esta afirmação é incompleta e incorreta. Pois não só o direito das nações à autodeterminação, mas todas as reivindicações fundamentais da democracia política são “realizáveis” sob o imperialismo apenas de forma incompleta, deformada e como rara exceção (por exemplo, quando a Noruega se separou da Suécia em 1905). A reivindicação de imediata libertação das colônias, que formulam todos os socialdemocratas revolucionários, é também “irrealizável” sob o capitalismo sem uma série de revoluções. Mas o que se infere disso não é de modo algum a renúncia da socialdemocracia à luta imediata e decidida por todas estas reivindicações -- tal renúncia teria sido vantajosa só para a burguesia e a reação --, mas justamente o contrário, a necessidade de formular e pôr em prática estas demandas, não à maneira reformista, mas ao modo revolucionário; não deixar-se constranger pelos marcos da legalidade burguesa, mas rompê-los; não sentir-se satisfeitos com as intervenções parlamentares e os protestos verbais, mas atrair as massas para a luta ativa, ampliando e alimentando a luta por toda demanda democrática fundamental, até o ataque direto do proletariado contra a burguesia, ou seja, até a revolução socialista que expropria a burguesia. A revolução socialista pode estourar, não só a raiz dum grande greve ou manifestações na rua, ou um motim de famintos, ou uma insurreição militar, ou um levantamento colonial, mas também em consequência de qualquer crise política, como por exemplo o caso Dreyfus[1], ou o incidente de Saverne[2], ou de um referendo com motivo da separação de uma nação oprimida, etc. O recrudescimento da opressão nacional sob o imperialismo exige da socialdemocracia, não que renuncie à luta -- “utópica”, como diz a burguesia -- pela liberdade de separação das nações, mas, ao contrário, que utilize mais intensamente os conflitos que surgem também neste terreno, como motivo para a ação das massas e para os atos revolucionários contra a burguesia.

3. O significado do direito à autodeterminação e a sua relação com a federação

O direito das nações à autodeterminação significa exclusivamente o seu direito à independência no sentido político, o direito à livre separação política da nação que a oprime. Em termos concretos, esta reivindicação da democracia política significa uma liberdade total de propaganda pela separação, e a solução desse problema mediante um referendo na nação que se separa. De modo que esta reivindicação não equivale em absoluto à de separação, fragmentação e formação de pequenos Estados. Significa só uma manifestação consequente da luta contra toda opressão nacional. Quanto mais próximo o regime democrático de um Estado à plena liberdade de separação, mais infrequentes e fracas serão na prática as tendências à separação, pois as vantagens dos Estados grandes são indubitáveis, seja do ponto de vista do progresso econômico seja dos interesses das massas e, além disso, estas vantagens aumentam

continuamente com o crescimento do capitalismo. O reconhecimento da autodeterminação não é equivalente ao reconhecimento da federação como princípio. É possível ser um adversário convicto de tal princípio e partidário do centralismo democrático, mas preferir a federação à desigualdade nacional, como único caminho ao centralismo democrático total. Precisamente deste ponto de vista, Marx, sendo centralista, preferia a federação da Irlanda e a Inglaterra à submissão forçada da Irlanda aos ingleses.[3] O objetivo do socialismo não é só eliminar o fracionamento da humanidade em pequenos Estados e todo isolamento das nações, não é só a aproximação mútua das nações, mas também a fusão destas. E para esta finalidade devemos, por uma parte, explicar às massas a natureza reacionária da ideia de Renner e O. Bauer sobre a assim chamada “autonomia cultural nacional”[4] e, por outra parte, exigir a libertação das nações oprimidas, não em difusas frases gerais, não em declamações desprovidas de conteúdo, não “postergando” o problema até o socialismo, mas num programa político formulado com clareza e precisão, que leve em conta muito especialmente a hipocrisia e covardia dos socialistas nas nações opressoras. Do mesmo modo que a humanidade pode chegar à supressão das classes só através do período de transição da ditadura da classe oprimida, assim também pode chegar à inevitável fusão das nações só através do período de transição da total libertação das nações oprimidas, quer dizer, da sua liberdade de separação.

4. O foco revolucionário do proletariado frente ao problema da autodeterminação das nações.

Não apenas a reivindicação da autodeterminação das nações, mas todos os pontos do nosso programa mínimo democrático foram colocados anteriormente, já nos séculos XVII e XVIII, pela pequeno-burguesia. E até estes momentos, a pequeno-burguesia continua a colocá-los todos, de forma utópica, sem advertir a luta de classes, sem ver que esta luta aumenta sob a democracia, e acreditando no capitalismo “pacífico”. Precisamente assim é a utopia de uma pacífica união de nações equiparadas em direitos sob o imperialismo, utopia que engana o povo e que os kautskistas defendem. Em oposição a esta utopia pequeno-burguesa, oportunista, o programa da socialdemocracia deve postular a divisão das nações em opressoras e oprimidas, como um fato essencial, fundamental e inevitável sob o imperialismo. O proletariado das nações opressoras não pode limitar-se a pronunciar frases gerais, estereotipadas, contra as anexações e pela igualdade de direitos das nações em geral, frases que qualquer burguês pacifista repete. O proletariado não pode silenciar o problema, particularmente “desagradável” para a burguesia imperialista, relativo às fronteiras de um Estado baseado na opressão nacional. O proletariado não pode deixar de lutar contra a manutenção pela força das nações oprimidas dentro das fronteiras de um Estado determinado, e isso equivale justamente a lutar pelo direito à autodeterminação. Deve exigir a liberdade de separação política das colônias e nações que a “sua” nação oprime. Em caso contrário, o internacionalismo do proletariado será vazio e de palavra; nem a confiança, nem a solidariedade de classe entre os operários da nação oprimida e opressora seriam possíveis; ficaria sem desmascarar a hipocrisia dos defensores reformistas e kautskistas da autodeterminação, que nada dizem das nações que a “sua própria” nação oprime e retém pela força no “seu próprio” Estado. Por outra parte, os socialistas das nações oprimidas devem defender e pôr em prática com um afincamento especial a unidade completa e incondicional, incluindo nisso a unidade organizativa, dos operários da nação oprimida com os da nação opressora. Sem isso não é possível defender a política independente do proletariado e a sua solidariedade de classe com o proletariado de outros países, em vista de todos os enganos, traições e fraudes da burguesia. Pois a burguesia das nações oprimidas sempre transforma as palavras de ordem de libertação nacional em engano aos operários: na

política interna utiliza estas palavras de ordem para os acordos reacionários com a burguesia das nações dominadoras (por exemplo, os polacos da Áustria e Rússia, que entram em alianças com a reação para oprimir os judeus e ucranianos); na política exterior, trata de fazer negociações com uma das potências imperialistas rivais, para realizar os seus fins de rapina (a política dos pequenos países dos Balcãs, etc.) A circunstância de que a luta pela liberdade nacional contra uma potência imperialista possa ser aproveitada, em determinadas **condições**, por outra “grande” potência em benefício das suas finalidades, igualmente imperialistas, não pode obrigar a socialdemocracia a renunciar ao reconhecimento do direito das nações à autodeterminação, assim como também não os múltiplos casos em que a burguesia utiliza as palavras de ordem republicanas com fins de engano político e rapina financeira, como por exemplo nos países românicos, podem obrigar os socialdemocratas a renunciar ao seu republicanismo.

5. Marxismo e proudhonismo no problema nacional

Em contraposição aos democratas pequeno burgueses, Marx via em todas as reivindicações democráticas, sem exceção, não um fato absoluto, mas a expressão histórica da luta nas massas populares, dirigidas pela burguesia, contra o feudalismo. Não há uma só destas reivindicações que não pudesse servir, e que não servisse em certas circunstâncias, de instrumento de engano dos operários por parte da burguesia. Destacar neste sentido uma das reivindicações da democracia política, quer dizer, a autodeterminação das nações, para contrapor ela às demais, é radicalmente falso do ponto de vista teórico. Na prática, o proletariado só pode conservar a sua independência subordinando a sua luta por todas as reivindicações democráticas, sem excluir a república, à sua luta revolucionária pela derrocada da burguesia. Por outra parte, em contraposição aos proudhonianos, que “negavam” o problema nacional “em nome da revolução social”, Marx, tendo em vista muito mais os interesses da luta de classe do proletariado dos países avançados, salientava num primeiro plano o princípio fundamental do internacionalismo e do socialismo: não pode ser livre um povo que oprime outros povos[5]. Precisamente do ponto de vista dos interesses do movimento revolucionário dos operários alemães, Marx exigia em 1848 que a democracia vitoriosa da Alemanha proclamasse e realizasse a liberdade dos povos oprimidos pelos alemães[6]. Precisamente do ponto de vista da luta revolucionária dos operários ingleses, Marx exigia em 1869 que se separasse a Irlanda da Inglaterra, acrescentando: “mesmo que depois da separação se chegasse à federação”[7]. Só formulando esta reivindicação Marx educava realmente os operários ingleses num espírito internacionalista. Só assim pôde opor a solução revolucionária desse problema histórico aos oportunistas e ao reformismo burguês, que até os momentos atuais, meio século mais tarde, ainda não realizou a “reforma” irlandesa. Só assim pôde Marx defender -- em contraposição aos apologistas do capital, que vociferam sobre o caráter utópico e irrealizável da liberdade de separação das pequenas nações e sobre o progressista da concentração, não só econômica, mas também política -- o caráter progressista desta concentração cumprida de um modo não imperialista, e defender o achegamento mútuo das nações, não sobre uma base de força, mas sobre a base da livre união dos proletários de todos os países. Só assim pôde Marx contrapor ao reconhecimento retórico e hipócrita da igualdade de direitos e da autodeterminação das nações, a ação revolucionária das massas também para a solução dos problemas nacionais. A guerra imperialista de 1914-1916 e os estábulos de Áugias da hipocrisia oportunista e kaustkista, que esta guerra pôde manifesto, confirmaram palpavelmente a justeza da política de Marx, que deve converter-se em exemplo para todos os países adiantados, pois na realidade cada um deles oprime outras nações[*]. Não é necessário dizer que seria completamente ridículo rejeitar o direito à autodeterminação porque o mesmo emana, aparentemente, da "defesa da pátria". Com a mesma ra-

ção – ou seja, com a mesma falta de seriedade -- os social-chauvinistas em 1914-1916 referem-se a qualquer reivindicação da democracia (por exemplo, o seu republicanismo) e a qualquer fórmula de luta contra a opressão nacional, para justificar "a defesa da pátria". O marxismo deduz a aceitação da defesa da pátria nas guerras, por exemplo, naqueles da Grande Revolução Francesa, ou nas guerras de Garibaldi na Europa, e também a negação da defesa da pátria na guerra imperialista de 1914-1916, da análise das particularidades históricas concretas de cada guerra, e de nenhum modo de algum "princípio geral", ou de qualquer ponto do programa.

6. Três tipos de países, no que diz respeito à autodeterminação das nações

Neste aspecto, é necessário distinguir três tipos principais de países: Em primeiro lugar, os países capitalistas avançados da Europa ocidental e Estados Unidos. Os movimentos nacionais burguês-progressistas terminaram nestes há muito tempo. Cada uma destas "grandes" nações oprime outras nas colônias e dentro do país. As tarefas do proletariado das nações dominantes são exatamente iguais às que teve o proletariado de Inglaterra no século XIX a respeito da Irlanda[*]. * Muitas vezes, é argumentado -- por exemplo, recentemente, pelo chauvinista alemão Lensch, nos números 8 e 9 de Die Glocke [8] -- que a posição negativa de Marx sobre o movimento nacional de alguns povos, por exemplo, os tchecos em 1848, refuta a necessidade de reconhecer a autodeterminação das nações do ponto de vista marxista. Mas é falso, porque em 1848 houve razões históricas e políticas para estabelecer uma diferença entre as nações "reacionárias" e as democrático-revolucionárias. Marx estava correto em condenar as primeiras e apoiar as segundas[9]. O direito à autodeterminação é uma das reivindicações da democracia, que logicamente deve ser subordinar-se aos interesses gerais desta. Em 1848 e nos anos seguintes, esses tais interesses gerais residiam, em primeiro lugar, na luta contra o czarismo. Em segundo lugar, no leste da Europa: Áustria, os Balcãs e, especialmente, a Rússia. Aqui, o século XX imprimiu um desenvolvimento particular aos movimentos nacionais democrático-burgueses e agudizou a luta nacional. As tarefas do proletariado desses países, tanto no que toca a culminação de sua transformação democrático-burguesa como no que se refere à ajuda à revolução socialista de outros países, não podem ser cumpridas sem defender o direito das nações à autodeterminação. Aqui é particularmente difícil e importante a tarefa de fundir a luta de classes dos operários das nações opressoras e oprimidas. Em terceiro lugar, os países semi-coloniais, como a China, a Pérsia, a Turquia e todas as colônias; no total, cerca de 1 bilhão de habitantes. Aqui, os movimentos democrático-burgueses, em parte, estão apenas no seu começo e em parte estão longe de ter terminado. Os socialistas devem exigir, não apenas a libertação incondicional e imediata sem indenização das colônias -- e essa exigência, na sua expressão política, não significa nada além do reconhecimento do direito à autodeterminação --; os socialistas devem apoiar da maneira mais determinada os elementos mais revolucionários dos movimentos democrático-burgueses de libertação nacional desses países e ajudar com a sua rebelião -- e se for esse o caso, também com a sua guerra revolucionária -- contra as potências imperialistas que os oprimem. Em alguns países pequenos que foram deixados à margem na guerra de 1914-1916, por exemplo, a Holanda e a Suíça, a burguesia explora energicamente a consigna "autodeterminação das nações" para justificar a participação na guerra imperialista. Este é um dos motivos que levam os social-democratas desses países a negar o direito à autodeterminação. Defende-se com argumentos infelizes uma política proletária acertada, a saber: negar "a defesa da pátria" na guerra imperialista. Há assim uma distorção do marxismo na teoria e, na prática, uma espécie de pequenês nacionalista, um esquecimento de centenas de milhões de habitantes, das nações destruídas pelas "grandes potências". O cama-

rada Gorter, em seu excelente panfleto Imperialismo, guerra e social-democracia, nega o princípio da autodeterminação das nações, mas aplica esse princípio com sucesso quando imediatamente exige "a independência política e nacional" das índias holandesas e desmascara os oportunistas holandeses, que se recusam a apresentar essa reivindicação e lutar por ela.

7. O social-chauvinismo e a autodeterminação das nações

A época imperialista e a guerra de 1914-1916 fizeram com que ganhasse uma importância especial a tarefa de lutar contra o chauvinismo e o nacionalismo nos países avançados. No problema da autodeterminação distinguem-se duas matizes principais entre os social-chauvinistas, quer dizer, os oportunistas e os kautskistas, que embelezam a guerra imperialista reacionária, aplicando-lhe o conceito de "a defesa da pátria". De uma parte, vemos os serventes declarados da burguesia, que defendem as anexações alegando que o imperialismo e a concentração política são progressistas, e negando o direito à autodeterminação, que seria utópico, ilusório, pequeno-burguês, etc. Entre eles figuram Cunow, Parvus e os ultraoportunistas da Alemanha, uma parte dos fabianos e dos líderes tradeunionistas da Inglaterra, os oportunistas da Rússia: Siemkowski, Libman, Iurkiévich, etc. De outra parte, vemos os kautskistas, entre os que se contam Vandervelde, Renaudel e muitos pacifistas da Inglaterra e a França. Eles estão pela unidade com os anteriormente mencionados, e na prática coincidem por completo com estes, ao defender o direito à autodeterminação de um modo puramente retórico e hipócrita: consideram "excessiva" (zu viel verlangf: Kautsky em Neue Zeit[*] de 21 de Maio de 1915) a reivindicação da liberdade de separação política, não sustentam a necessidade da tática revolucionária dos socialistas das nações opressoras, mas, pelo contrário, ocultam as suas obrigações revolucionárias, justificam o seu oportunismo, facilitam o engano do povo, eludem os problemas das fronteiras de um Estado que retém sob o seu domínio pela força as nações privadas de direitos, etc. Tanto uns como outros são oportunistas que prostroem o marxismo, tendo perdido toda capacidade de compreender o significado teórica e a urgência prática da tática que Marx explicou com o exemplo da Irlanda. Quanto às anexações em particular, este problema adquiriu uma especial atualidade a raiz da guerra. Mas, o que é uma anexação? É fácil advertir que o protesto contra as anexações, ou bem se resume no reconhecimento da autodeterminação das nações, ou se baseia numa fraseologia pacifista, que defende o status quo e se opõem a toda violência, inclusive revolucionária. Semelhante fraseologia é fundamentalmente falsa e incompatível com o marxismo.

8. As tarefas concretas do proletariado num futuro imediato

A revolução socialista pode começar no futuro mais próximo. Neste caso, apresentar-se -á ao proletariado a tarefa imediata da conquista do poder, a expropriação dos bancos e a realização de outras medidas ditatoriais. A burguesia -- e especialmente a intelectualidade de tipo fabiano e kautskista -- procurará nesse momento parcializar e frear a revolução, impondo-lhe objetivos democráticos, limitados. Todas as demandas puramente democráticas, em condições de um ataque já iniciado do proletariado contra os fundamentos do poder burguês, podem desempenhar em certo sentido o papel de obstáculo para a revolução; mas a necessidade de proclamar e realizar a liberdade de todos os povos oprimidos (quer dizer, o seu direito de autodeterminação), será tão urgente na revolução socialista como o foi para a vitória da revolução democrático-burguesa, por exemplo, na Alemanha em 1848, ou na Rússia em 1905. Porém, é possível que antes do começo da revolução socialista passem 5, 10 ou mais anos. Então, a tarefa a realizar será a educação revolucionária das massas num sentido tal que torne impossível a permanência no partido operário de socialistas-chauvinistas e oportunistas, e a sua vitória

ria, semelhante à vitória de 1914-1916. Os socialistas deverão explicar às massas que os socialistas ingleses -- que não exigem a liberdade de separação das colônias e da Irlanda --, os socialistas alemães -- que não exigem a liberdade de separação para as colônias --, os alsacianos, daneses e polacos -- que não estendem a imediata propaganda revolucionária e a ação revolucionária de massas à esfera da luta contra a opressão nacional, que não aproveitam incidentes como o de Saverne para mais ampla propaganda ilegal no proletariado da nação opressora, para organizar manifestações de rua e atos revolucionários de massas --; os socialistas russos -- os que não exigem a liberdade de separação da Finlândia, Polônia, Ucrânia, etc. --, comportam-se como chauvinistas, como lacaios, cobertos de sangue e lama, das monarquias imperialistas e a burguesia imperialista.

9. Atitude da socialdemocracia russa e polaca, e da II Internacional, frente à autodeterminação das nações

As divergências entre os socialdemocratas revolucionários da Rússia e os socialdemocratas polacos em torno do problema da autodeterminação já se manifestava em 1903, no Congresso que aprovou o programa do P.O.S.D.R. e que, apesar do protesto da delegação socialdemocrata polaca, incluiu em tal programa o parágrafo 9, que reconhece o direito das nações à autodeterminação. Desde então, os socialdemocratas polacos nunca repetiram, em nome do seu Partido, a proposição de eliminar o parágrafo 9 do programa do nosso Partido, ou de substituí-lo por alguma outra formulação. Na Rússia, onde nada menos que 57% da população pertence às nações oprimidas, mais de 100 milhões de pessoas; onde estas nações ocupam principalmente regiões periféricas; onde parte destas nações é mais culta que os grão-russos; onde o regime político se distingue pelo seu caráter particularmente bárbaro e medieval; onde ainda não houve a revolução democrático-burguesa, o reconhecimento do direito à livre separação da Rússia por parte das nações oprimidas pelo czarismo, é absolutamente obrigatório para os socialdemocratas, em nome dos seus objetivos democráticos e socialistas. O nosso Partido, reconstituído em janeiro de 1912, aprovou em 1913 uma resolução[10] em que confirmou o direito à autodeterminação e explicou-a precisamente no sentido concreto que acabamos de assinalar. O descaramento do chauvinismo grão-russo em 1914-1916, que operou tanto na burguesia como nos socialistas oportunistas (Rubanóvic, Plekhánov, Nashe Dielo, etc.), nos impulsionam mais ainda a insistir nesta exigência e a afirmar que aqueles que a negam servem de apoio na prática, ao chauvinismo grão-russo e ao czarismo. O nosso Partido declara que nega veementemente toda responsabilidade por tais manifestações contra o direito à autodeterminação. A recente formulação da posição da socialdemocracia polaca no problema nacional (a declaração da social-democracia polaca na Conferência de Zimmerwald), contém as seguintes ideias: Tal declaração fustiga o governo alemão e outros governos que consideram as “regiões polacas” como uma prenda no próximo jogo das compensações, “privando o povo polaco da possibilidade de resolver por si próprio o seu destino”, “A socialdemocracia polaca protesta categórica e solenemente contra o fracionamento e o desmembramento de um país inteiro”,...Fustiga os socialistas que deixaram nas mãos dos Hohenzollern... “a causa da libertação dos povos oprimidos”. Expressa a convicção de que só a participação na iminente luta do proletariado revolucionário internacional, a luta pelo socialismo, “quebrará as cadeias da opressão nacional, destruirá todas as formas da dominação estrangeira e assegurará ao povo polaco a possibilidade de um livre e amplo desenvolvimento em todos os aspectos, em qualidade de membro igual da união dos povos”. A declaração qualifica a guerra de “duplamente fratricida” “para os polacos” (Boletim da Comissão Socialista Internacional, núm. 2, pág. 15, 27 de setembro de 1915; a tradução russa apareceu na recompilação A Internacional e a Guerra. Estas te-

ses não diferem, no essencial, do reconhecimento do direito das nações à autodeterminação, mas erram pela nebulosidade e vaguidade das formulações políticas, maiores ainda que na maioria dos programas e resoluções da II Internacional. Qualquer tentativa de expressar estas idéias em formulações políticas precisas, e de determinar se são aplicáveis ao regime capitalista, ou só ao socialista, demonstrará com a maior evidência o erro que cometem os socialdemocratas polacos ao negar a autodeterminação das nações. A resolução do Congresso Socialista Internacional de Londres, de 1896, que reconhece o direito das nações à autodeterminação, deve completar-se, em base às teses que acabamos de expor, com as seguintes indicações: 1) da particular urgência de tal reivindicação sob o imperialismo; 2) do caráter politicamente condicional e do conteúdo classista de todas as reivindicações da democracia política, sem excluir esta; 3) da necessidade de diferenciar as tarefas concretas dos socialdemocratas das nações opressoras e os das nações oprimidas; 4) do reconhecimento inconsequente, puramente retórico e portanto hipócrita no seu significado político, que fazem da autodeterminação os oportunistas e os kautskistas; 5) da coincidência real com os chauvinistas por parte daqueles socialdemocratas, particularmente os das grandes potências (os grão-russos, anglo-norte-americanos, alemães, franceses, italianos, japoneses, etc...), que não defendem a liberdade de separação das colônias e países oprimidos pela “sua” nação; 6) da necessidade de subordinar a luta por essa reivindicação, como por todas as reivindicações fundamentais da democracia política, à justa luta revolucionária de massas pela derrubada dos governo burgueses e pela realização do socialismo. Levar à Internacional o ponto de vista de algumas pequenas nações, e em especial dos socialdemocratas polacos, a quem a sua luta contra a burguesia polaca, que engana o povo com as palavras de ordem nacionalistas, levou a negar erroneamente a autodeterminação, teria sido um erro teórico, teria sido substituir o marxismo pelo proudhonismo, e na prática equivaleria a um involuntário apoio ao mais perigoso chauvinismo e oportunismo das grandes potências. A Redação de Sotsial-Demokrat, órgão central do P.O.S.D.R. Poscriptum. No Neue Zeit de 3 de Março de 1916, que acabou de aparecer, Kautsky estende abertamente a mão cristã de conciliação ao representante do mais sujo chauvinismo alemão, Austerlitz, quando rejeita a liberdade de separação das nações oprimidas para a Áustria dos Habsburgo, mas admite-a para a Polônia russa, para brindar um serviço de laçao a Hindenburg e Guilherme II. Difícil seria desejar um modo melhor de desmascarar-se para o kautskismo!

NOTAS

[1] O caso Dreyfus: processo de provocação organizado em 1894 pelos círculos reacionários monárquicos do militarismo francês contra o oficial judeu Dreyfus, do Estado Maior Geral, que foi falsamente acusado de espionagem e de traição ao Estado. Dreyfus foi condenado pelo Tribunal Militar a prisão perpétua. O movimento social que se desenvolveu na França a favor da revisão do caso Dreyfus realizou-se no meio de uma encarniçada luta entre os republicanos e os monárquicos, e resultou na absolvição de Dreyfus em 1906. Lenin chamou o caso Dreyfus “uma dentre as milhares e milhares de vergonhosas maquinações do militarismo reacionário”. [pág. 5]

[2] O incidente de Saverne ocorreu na cidade de Saverne (Alsácia) em novembro de 1913, por consequência dos vexames inflingidos aos alsacianos por parte de um oficial prussiano. Isto provocou uma explosão indignada da população, francesa na sua maioria, contra o jugo militarista prussiano. A respeito deste incidente, veja o artigo de V.I. Lenin “Saverne”, Obras Completas, T. XIX. [pág. 5]

[3] Veja K. Marx e F. Engels, Obras Completas, T. XXXI, cartas de 2 e 30 de novembro de 1867 a Engels. [pág. 6]

[4] Em relação à crítica da chamada “autonomia cultural nacional”, ideias reaccionarias de K. Renner e O. Bauer, veja os trabalhos de Lenin “A autonomia ‘cultural nacional’” (V. I. Lenin, Obras Completas, T. XIX) e “Notas críticas sobre o problema nacional” (Obras Completas, T. XX) e também o trabalho de Stalin “O marxismo e a questão nacional” (J. V. Stalin, Obras, T. II). [pág. 6]

[5] Veja K. Marx e F. Engels, Obras Completas, T. XVIII. [pág. 10]

- [6] Veja K. Marx e F. Engels, Obras Completas, T. V. A tese que Lenin cita é de F. Engels y Lenin a pegou do livro Aus dem literarischen Nachlass von Karl Marx, Friedrich Engels und Ferdinand Lassalle (Hrsg. von Franz Mehring, Stuttgart, 1902, Bd. III, S. 108-114), onde não se indica quem é o autor desse artigo. -- N. de T. [pág. 10]
- [7] Veja K. Marx e F. Engels, Obras Completas, T. XXXI, carta de 2 de novembro de 1867 a Engels. [pág. 10]
- [8] Die Glocke (O sino): Revista quinzenal editada em Munique, e posteriormente em Berlim, de 1915 a 1925, pelo membro do Partido Social-democrata alemão, o social-chauvinista Parvus (Helphand), agente do imperialismo alemão. [pág. 11]
- [9] Veja K. Marx e F. Engels, Obras Completas, T. VI. Lenin utilizou o livro Aus dem literarischen Nachlass von Karl Marx, Friedrich Engels und Ferdinand Lassalle (Hrsg. von Franz Mehring, Stuttgart, 1902, Bd. III, S. 246-264), onde não se indica quem é o autor desse artigo. [pág. 11]
- [10] Lenin se refere à resolução sobre o problema nacional, escrita por ele e aprovada pela Conferência do C.C. do P.O.S.D.R. com os militantes responsáveis do Partido, que teve lugar no dia 6-14 de outubro de 1913, no povo de Poronin (cerca de Cracóvia). Por razões de conspiração, chamaram-na conferência "de verão" ou "de agosto". A resolução foi publicada no tomo XIX.
-

Texto 3: Balanço da Discussão Sobre a Autodeterminação [Julho de 1916 - (Obras- Tomo VI –ed Progresso 1973 – tradução Koba – distribuição <http://bolchetvo.blogspot.com/>)]

No número 2 do jornal marxista El Precursor (Vorbote, abril de 1916), editado pela esquerda de Zimmerwald¹⁵, foram publicadas as teses a favor e contra a autodeterminação das nações, assinadas pela redação do nosso órgão central Sotsial-Demokrat¹⁶, e pela redação do órgão da oposição socialdemocrata polonesa, Gazeta Robotnicza¹⁷. O leitor encontrará acima o texto das primeiras e a tradução das segundas.

Talvez seja a primeira vez que o problema tenha sido levantado tão amplamente na arena internacional: na discussão que realizaram na revista marxista alemã Die Neue Zeit¹⁸ há vinte anos (em 1895-1896), antes do Congresso Socialista Internacional de Londres em 1896, Rosa Luxemburgo, K. Kautsky e os independentistas polacos (os partidários da independência da Polônia, o PSP)¹⁹, que representavam três pontos de vista diferentes, o problema só se colocava em relação à Polônia²⁰. Até agora, a julgar pelas notícias que temos, o problema da autodeterminação tem sido discutido de forma mais ou menos sistemática apenas pelos holandeses e pelos polacos. Temos a esperança de que o E Precursor conseguirá impulsionar a discussão deste problema, tão essencial nos nossos dias, entre os ingleses, norte-americanos, franceses, alemães e italianos.

O socialismo oficial, representado pelos partidários declarados de seu governo, os Plekhanov, os David e Cia., como pelos defensores secretos do oportunismo, os kautskianos (incluindo Axelrod, M Chjeidze e outros), mentiram tanto sobre esse assunto que durante muito tempo serão inevitáveis, de uma parte, os esforços para manter o silêncio e evitar a resposta e, por outro lado, as exigências dos operários para dar-lhes —respostas concretas para as— malditas perguntas. Procuraremos informar oportunamente nossos leitores do desenvolvimento da luta de opiniões entre os socialistas no exterior. Para nós, os social-democratas russos, o problema também tem uma importância particular; esta discussão é uma continuação da realizada em 1903 e 1913/21; o problema causou, durante a guerra, certas vacilações ideológicas entre os membros do nosso partido, e foi exacerbado pelos subterfúgios aos quais líderes proeminentes do partido operário de Gvozdiev ou chauvinistas como Martov e Chkheidze apelaram para evitar a essência da questão. Portanto, é necessário fazer um balanço, mesmo que prévio, da discussão iniciada na ágora internacional.

Como se vê pelas teses, nossos camaradas polacos respondem diretamente a alguns dos nossos argumentos, por exemplo, sobre o marxismo e o proudhonismo. Mas na maioria dos

casos eles não respondem diretamente, mas indiretamente, contrapondo suas afirmações. Vamos examinar suas respostas diretas e indiretas.

1. O socialismo e a auto-determinação das nações. Temos afirmado que seria uma traição ao socialismo renunciar a pôr em prática a autodeterminação das nações no socialismo. Nos contestam: - O direito à autodeterminação não é aplicável à sociedade socialista. A discrepância é gigante. Qual é a sua origem? - Sabemos -apontam nossos contraditores- que o socialismo irá acabar completamente com toda opressão nacional, já que acaba com os interesses de classe que a conduzem... Por que essa consideração sobre as premissas econômicas da abolição da opressão nacional, conhecidas e indiscutíveis por muito tempo, quando a discussão gira em torno de uma das formas de opressão política, ou seja, a retenção violenta de uma nação nas fronteiras do Estado de outra nação? É simplesmente uma tentativa de se esquivar das questões políticas! E as considerações posteriores nos reafirmam mais ainda esta apreciação: Não temos nenhum fundamento para supor que a nação terá na sociedade socialista o caráter de uma unidade político-econômica. O mais provável é que tenha apenas o caráter de uma unidade cultural e linguística, uma vez que a divisão territorial da esfera cultural socialista, sempre que existir, só poderá ser realizada de acordo com as necessidades da produção. Com uma particularidade: essa divisão não deve ser decidida, como é natural, pelas diferentes nações, cada uma por sua conta, com toda a plenitude de seu próprio poder (como exige o Balanço da discussão sobre a autodeterminação —direito de autodeterminação), mas será decidido em conjunto por todos os cidadãos interessados...

Os camaradas polacos gostam deste último argumento da determinação conjunta ao invés da autodeterminação, que eles repetem três vezes em suas teses. Mas a frequência de repetição não transforma esse argumento outubrista e reacionário em socialdemocrata. Porque todos os reacionários e burgueses concedem às nações retidas pela violência nas fronteiras do Estado correspondente o direito de determinar conjuntamente seu destino no Parlamento Geral. Guilherme II também concede aos belgas o direito de determinar conjuntamente o destino do Império alemão no Parlamento geral alemão. Nossos contraditores se esforçam para jogar no canto precisamente o que é controverso, o único assunto em discussão: o direito à separação. Seria ridículo se não fosse tão triste! Em nossa primeira tese já dizemos que a libertação das nações oprimidas pressupõe, no terreno político, uma dupla transformação: 1) igualdade total dos direitos das nações. Isso não provoca discussão e se refere exclusivamente ao que acontece no Estado; 2) liberdade de separação política. Isso se refere à determinação das fronteiras do Estado. Só isso é discutível. E nossos contraditores ficam calados precisamente sobre isso. Não querem pensar sobre as fronteiras do Estado nem mesmo no Estado em geral. É uma espécie de "economismo imperialista" semelhante ao antigo economismo dos anos 1894-1902, que fundamentava assim: o capitalismo triunfou, por isso não vem ao caso as questões políticas. O imperialismo triunfou, por isso não vem ao caso as questões políticas! Tal teoria apolítica é profundamente hostil ao marxismo. Marx dizia na Crítica ao Programa de Gotha: Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista media o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período também corresponde um período político de transição, cujo Estado não pode ser diferente da ditadura revolucionária do proletariado. Até agora, esta verdade foi indiscutível para os socialistas, que envolve o reconhecimento do Estado até que o socialismo triunfante se transforme em comunismo completo. A expressão de Engels sobre a extinção do Estado é bem conhecida. Sublinhamos propositalmente, já em nossa primeira tese, que a democracia é uma forma do Estado, que deverá desaparecer junto com ele. E enquanto nossos contraditores não substituïrem o marxismo por qualquer novo ponto de

vista não estadista, suas considerações serão um erro desde o início até o fim. Ao invés de falar do Estado (e, portanto, da determinação de suas fronteiras!), falam da esfera cultural socialista, ou seja, escolheram intencionalmente uma expressão vaga no sentido de todas as questões relacionadas ao Estado! É uma tautologia ridícula: se o Estado não existe, naturalmente, não existe nenhum problema com suas fronteiras. E então, todo o programa político-democrático acabou. A República também não existirá quando o Estado se extinguir. Nos artigos do chauvinista alemão Lensch que nos referimos na tese 5 (nota) é citada uma passagem interessante da obra de Engels O Pó e O Reno. Engels diz, entre outras coisas, que, no curso do desenvolvimento histórico, que englobava uma série de nações pequenas e carentes de vitalidade, as fronteiras das nações europeias grandes e viáveis foram sendo determinadas cada vez mais pela linguagem e simpatias da população. Engels qualifica essas fronteiras como naturais. Assim foi na época capitalismo progressivo, na Europa, em torno de 1845-1871. Agora, o capitalismo reacionário, imperialista derruba cada vez mais essas fronteiras democraticamente determinadas. Todos os sintomas preveem que o imperialismo deixará para o socialismo, que virá para substituí-lo, fronteiras menos democráticas, uma série de anexações na Europa e em outras partes do mundo. Bem, é que o socialismo triunfante, ao restaurar e concluir a democracia completa em todos os campos, renunciará à determinação democrática das fronteiras do Estado? Não desejará levar em conta as simpatias da população? Basta fazer essas perguntas para ver com maior clareza que nossos companheiros polacos passam do marxismo para o economismo imperialista. Os antigos economistas, que transformavam o marxismo em uma caricatura, ensinavam aos operários que, para os marxistas, apenas o econômico é importante. Os novos economistas pensam ou que o Estado democrático do socialismo triunfante existirá sem fronteiras (como um complexo de sensações sem a matéria), ou então as fronteiras serão determinadas apenas de acordo com as necessidades da produção. Na realidade, essas fronteiras serão determinadas de forma democrática, isto é, de acordo com a vontade e as simpatias da população. O capitalismo violenta essas simpatias, acrescentando novas dificuldades à aproximação das nações. O socialismo, organizando a produção sem opressão classista e garantindo o bem-estar de todos os membros do Estado, oferece toda a possibilidade de manifestar-se para as simpatias da população e, precisamente como consequência disso, alivia e acelera de forma gigantesca a aproximação e a fusão das nações. Para que o leitor descanse um pouco do economismo pesado e desajeitado, citaremos o critério de um escritor socialista alheio à nossa disputa. Esse escritor é Otto Bauer, que também tem seu ponto fraco, a autonomia nacional cultural 26, mas que pensa muito acertadamente em uma série de questões importantíssimas. Por exemplo, na pág. 29 de seu livro A questão nacional e a socialdemocracia destacou com extraordinária exatidão o encobrimento da política imperialista com a ideologia nacional. Na pág. 30, O socialismo e o princípio da nacionalidade, diz: A comunidade socialista jamais estará em condições de incluir pela violência nações inteiras na sua composição. Imagine as massas populares donas de todos bens da cultura nacional e que participam de forma ativa e integral no trabalho legislativo e na administração e, por último, que estão armadas. Poderia ser possível subjugar essas nações pela violência ao domínio de um organismo social estranho? Todo o poder estatal é baseado na força das armas. O atual exército popular, graças a um mecanismo hábil, continua a ser uma arma nas mãos de uma determinada pessoa, família ou classe, exatamente igual aos antigos mercenários e os cavaleiros na antiguidade. Por outro lado, o exército da comunidade democrática da sociedade socialista não será outra coisa senão o povo armado, pois será composto por pessoas de alta cultura que trabalharão voluntariamente nas oficinas sociais e participarão plenamente em todos os domínios da vida do Estado. Em tais condições, qualquer possibilidade de dominação por outra na-

ção desaparecerá. Isso sim é verdade. No capitalismo, não é possível suprimir a opressão nacional (e a política, em geral). Para conseguir isso, é imprescindível abolir as classes, ou seja, implementar o socialismo. Mas, baseando-se na economia, o socialismo não se reduz integralmente a ela, longe disso. Para eliminar a opressão nacional falta uma base: a produção socialista; mas sobre essa base são precisos, além disso, a organização democrática do Estado, o exército democrático, etc. Transformando o capitalismo em socialismo, o proletariado abre a possibilidade de suprimir completamente a opressão nacional; essa possibilidade se torna realidade —somente... somente!— com a completa aplicação da democracia em todos os terrenos, incluindo a determinação das fronteiras do Estado em consonância com as simpatias da população, incluindo a plena liberdade de separação. Nesta base se desenvolverá a eliminação absoluta da menor fricção nacional, da menor desconfiança nacional, se produzirão a aproximação acelerada e a fusão das nações, que culminarão na extinção do Estado. Essa é a teoria do marxismo, da qual os nossos camaradas polacos se afastaram erroneamente.

(...)

2. É “realizável” a democracia no imperialismo? Toda a polêmica antiga dos socialdemocratas polacos contra a autodeterminação das nações reside no argumento de que ela é irrealizável no capitalismo. Já em 1903, na comissão do II Congresso do POSDR encarregada de elaborar o programa do partido, nós, iskristas, rimos desse argumento e dizemos que repetia a caricatura do marxismo feita pelos economistas (de triste memória). Em nossas teses, tratamos com atenção especial este erro, e precisamente nesta questão, que representa a base teórica de toda a discussão, os camaradas polacos não quiseram (não puderam?) responder nenhum de nossos argumentos. A impossibilidade econômica da autodeterminação deveria ser demonstrada por meio de uma análise econômica, assim como demonstramos que é irrealizável a proibição das máquinas ou a implementação dos bônus de trabalho, etc. Ninguém nem tenta fazer essa análise. Ninguém pode afirmar que tenham conseguido implementar no capitalismo os bônus de trabalho, mesmo que seja em um país, como uma exceção; por outro lado, um país pequeno, excepcionalmente, conseguiu na era do imperialismo mais desenfreado realizar a autodeterminação irrealizável e mesmo sem guerra e sem revolução (Noruega em 1905). Em geral, a democracia política é apenas uma das formas possíveis (embora seja teoricamente normal para o capitalismo puro) de superestrutura sobre o capitalismo. Os fatos mostram que tanto o capitalismo como o imperialismo se desenvolvem com qualquer forma política, subordinando todos eles aos seus interesses. Por isso é profundamente errôneo do ponto de vista teórico dizer que são irrealizáveis uma forma e uma reivindicação da democracia. A falta de resposta dos camaradas polacos a esses argumentos nos obriga a considerar a discussão sobre este ponto terminado. Para mais evidências, por assim dizer, temos feito a afirmação mais concreta de que seria ridículo negar que a restauração da Polônia é realizável agora em dependência dos fatores estratégicos, etc., da guerra atual. Mas não nos foi contestada! Os camaradas polacos se limitaram a repetir uma afirmação obviamente equivocada (§ II, 1), dizendo: nos problemas da anexação de regiões estrangeiras as formas da democracia política foram eliminadas; o que decide é a violência aberta... O capital não permitirá nunca ao povo que resolva o problema de suas fronteiras estatais... Como se o capital pudesse permitir ao povo que eleja seus funcionários (do capital), que servem ao imperialismo! Ou como se fossem concebíveis em geral sem a violência aberta quaisquer soluções profundas de importantes problemas democráticos, por exemplo, a república ao invés da monarquia ou a milícia popular ao invés do exército permanente! Subjetivamente, os camaradas polacos desejam aprofundar o

marxismo, mas o fazem sem nenhum sucesso. Objetivamente, suas frases sobre a autodeterminação ser irrealizável são oportunismo, pois implicitamente dizem: é irrealizável sem uma série de revoluções, como também é irrealizável também no imperialismo toda democracia, todas as suas reivindicações em geral. Apenas uma vez, no final do § II, 1, ao falar da Alsácia, os companheiros polacos abandonaram a posição de economismo imperialista, abordando as questões de uma das formas da democracia com uma resposta concreta e não com uma alusão geral ao fator "econômico". E precisamente esse enfoque está errado! Seria —particularista, antidemocrático— escrevem que apenas os alsacianos, sem perguntar aos franceses imporão a eles a incorporação da Alsácia à França, mesmo que uma parte da Alsácia se inclinasse para os alemães e isso ameaçaria uma guerra !!! O imbróglio é hilário: a autodeterminação pressupõe (isto é claro em si mesmo e enfatizamos de forma especial nas nossas teses) a liberdade de se separar do Estado opressor. Na política não é comum falar sobre o fato de que a incorporação em um determinado Estado pressupõe sua conformidade da mesma forma que na economia não se fala da conformidade do capitalista para obter lucros ou do operário para receber seu salário! Falar disso é ridículo. Se você quer ser um político marxista, quando se fala da Alsácia, você terá que atacar os canalhas do socialismo alemão, porque não lutam pela liberdade de separação da Alsácia; terá que atacar os canalhas do socialismo francês porque se reconciliam com a burguesia francesa, que deseja a incorporação violenta de toda a Alsácia; terá que atacar ambos porque servem ao imperialismo de seu país, temendo a existência de um Estado separado, mesmo que seja pequeno; terá que mostrar de que modo os socialistas resolveriam o problema em poucas semanas, reconhecendo a autodeterminação, sem violar a vontade dos alsacianos. Falar, no lugar disso, do terrível perigo de que os alsacianos franceses imponham à França é simplesmente o fim.

(...)

6. É possível contrapor as colônias à “Europa” nesta questão? Em nossas teses, diz-se que a reivindicação pela libertação imediata das colônias é tão irrealizável no capitalismo (isto é, irrealizável sem uma série de revoluções e inconsistente sem o socialismo) como a autodeterminação das nações, a eleição de funcionários pelo povo, a república democrática, etc., e, por outro lado, que a reivindicação pela libertação das colônias não é senão o reconhecimento da autodeterminação das nações. Os camaradas polacos não contestaram nenhum desses argumentos. Tentaram estabelecer uma diferença entre a Europa e as colônias. São anexionistas inconsequentes só para a Europa, negando-se a abolir as anexações porque já foram realizadas. Para as colônias proclamam uma reivindicação absoluta: Fora das colônias! Os socialistas russos devem exigir: Fora do Turquistão, do Jiva, de Bukhara, etc!; mas cairão, de acordo com eles, na utopia, no sentimentalismo acientífico, etc., se reivindicarem essa mesma liberdade de separação para a Polônia, Finlândia, Ucrânia e outros. Os socialistas ingleses devem exigir: Fora da África, Índia, Austrália! Mas não fora da Irlanda. Quais fundamentos teóricos podem explicar essa diferenciação que é óbvia por causa de sua inconsistência? É impossível evitar esta questão. A principal base dos inimigos da autodeterminação é que é irrealizável. Essa mesma ideia, com uma ligeira matiz, está expressa na alusão à concentração econômica e política. É claro que a concentração também é realizada através da anexação de colônias.

A diferença econômica entre as colônias e os povos europeus - a maioria dos últimos, pelo menos - antes consistia no fato de que as colônias eram arrastadas para a troca de mercadorias, mas não ainda para a produção capitalista. O imperialismo mudou essa situação. O imperi-

alismo é, entre outras coisas, a exportação de capital. A produção capitalista é transplantada com crescente rapidez para as colônias. É impossível arrancar delas a dependência do capital financeiro europeu. Do ponto de vista militar, bem como do ponto de vista da expansão, a separação das colônias é realizável, como regra geral, apenas com o socialismo; com o capitalismo, esta separação é realizável excepcionalmente ou por meio de uma série de revoluções e insurreições tanto nas colônias quanto nas metrópoles. Na Europa, a maioria dos países dependentes (embora nem todos: os albaneses e muitos alogênicos da Rússia) estão mais desenvolvidos, do ponto de vista capitalista, do que nas colônias. Mais precisamente, isso suscita maior resistência à opressão nacional e à anexação! Precisamente como consequência disso está mais garantido o desenvolvimento do capitalismo na Europa - quaisquer que sejam as condições políticas, inclusive a separação - do que nas colônias... Lá - dizem os camaradas polacos, referindo-se às colônias (I, 4) -, o capitalismo ainda deve enfrentar a tarefa do desenvolvimento independente das forças produtivas... Na Europa, isso é ainda mais visível: na Polônia, Finlândia, Ucrânia e Alsácia o capitalismo desenvolve, sem dúvida, as forças produtivas com maior energia, rapidez e independência do que na Índia, Turquistão, Egito e outras colônias do tipo mais puro. Numa sociedade baseada na produção mercantil, o desenvolvimento independente - e, em geral, qualquer desenvolvimento - é impossível sem capital. Na Europa, as nações dependentes têm seu próprio capital e uma possibilidade fácil de obtê-lo nas mais diversas condições. As colônias não têm, ou quase não têm, seu próprio capital, e na situação criada pela existência do capital financeiro, eles só podem alcançá-lo desde que se submetam politicamente. O que significa, em virtude de tudo isso, a reivindicação de libertar imediata e absolutamente as colônias? Não está claro que é muito mais utópico, no sentido vulgar, de caricatura do marxismo, no sentido que usam a palavra utopia os Struve, os Lensch e os Cunow vermos infelizmente os camaradas polacos seguindo os seus passos? Neste caso, é entendido por utopia qualquer coisa que fuja do ordinário, assim como qualquer coisa que seja revolucionária. Mas na situação da Europa, os movimentos revolucionários de todos os tipos - incluindo os nacionais - são mais possíveis, mais realizáveis, mais tenazes, mais conscientes e mais difíceis de esmagar do que nas colônias.

O socialismo, dizem os camaradas polacos (I, 3) - saberá emprestar aos povos não desenvolvidos das colônias uma ajuda cultural sem interesses, sem dominar eles. Completamente justo. Mas quais os fundamentos para pensar que uma nação grande, um Estado grande, ao passar para o socialismo, não saberá atrair uma pequena nação oprimida da Europa por meio da ajuda cultural sem interesse? Precisamente a liberdade de separação, que os socialdemocratas polacos concedem às colônias, atrairá a aliança com os Estados socialistas grandes às pequenas nações europeias oprimidas, mas cultas e exigentes no terreno político, pois um Estado grande significará no socialismo: tantas horas a menos de trabalho por dia e muito mais de retorno por dia. As massas trabalhadoras, libertas do jugo da burguesia, tenderão com todas suas forças para a aliança e a fusão com as nações socialistas grandes e avançadas por causa desta ajuda cultural, sempre que os opressores de ontem não ultrajem o sentimento democrático, altamente desenvolvido, da dignidade da longa nação há tanto tempo oprimida; desde que seja concedida essa igualdade a tudo, incluindo a igualdade na construção do Estado, na experiência de construir seu Estado. No capitalismo essa experiência implica em guerras, isolamento, particularismo e egoísmo das pequenas nações privilegiadas (Holanda, Suíça). No socialismo, as próprias massas trabalhadoras não aceitarão em nenhum sítio o particularismo pelos motivos puramente econômicos expostos acima; e a diversidade de formas políticas, a liberdade de se separar do Estado, a experiência de construção do Estado constituem, enquanto não se extinguirem todos os Estados, a base de uma plena vida cultural, a garantia

do processo mais acelerado de aproximação e fusão voluntária das nações. Ao segregar as colônias e contrapô-las à Europa, os camaradas polacos caem em uma contradição de tal natureza, que destrói imediatamente toda a sua argumentação errônea.

7. Marxismo ou proudhonismo? Nossa alusão à atitude adotada por Marx em relação à separação da Irlanda é contrariada pelos camaradas polacos, excepcionalmente, não indiretamente, mas diretamente. Qual é a sua objeção? Segundo eles, as alusões à posição de Marx em 1848-1871 não têm o menor valor. Esta afirmação, irritada e categoricamente extrema, é fundamentada ao dizer que Marx manifesta-se ao mesmo tempo contra os desejos de independência dos tchecos, dos eslavos do sul, etc., etc.³³. Esse argumento é extremamente errado precisamente porque falta qualquer base. Segundo os marxistas polacos, verifica-se que Marx era um simples confusionista, que afirmava ao mesmo tempo coisas opostas! Isso, além de ser completamente falso, não tem nada a ver com o marxismo. Precisamente a exigência de uma análise concreta, que os camaradas polacos formulam para não aplicá-la, nos obriga a examinar se a atitude diferente de Marx perante os diferentes movimentos nacionais concretos não partia de uma única concepção socialista. Como é sabido, Marx era favorável à independência da Polônia do ponto de vista dos interesses da democracia europeia em sua luta contra a força e a influência - poderia ser dito: contra a onipotência e a predominante influência reacionária - do czarismo. O sucesso deste ponto de vista encontrou sua confirmação mais óbvia e real em 1849, quando o exército feudal russo esmagou a insurreição nacional-libertadora e democrático-revolucionária na Hungria. E desde então até a morte de Marx, e até mais tarde, até 1890, quando pairava a ameaça de uma guerra reacionária do czarismo, em aliança com a França, contra a Alemanha não imperialista, mas nacionalmente independente, Engels era partidário, antes e acima de tudo, da luta contra o czarismo. Por isso, e somente por isso, Marx e Engels se manifestaram contra o movimento nacional dos tchecos e dos eslavos do sul. A simples consulta do que Marx e Engels escreveram em 1848-1849 demonstrará a todos aqueles que estão interessados no marxismo, não para renegá-lo, que Marx e Engels contrapunham na época, de forma direta e concreta, povos inteiramente reacionários que serviam como postos avançados da Rússia na Europa aos povos revolucionários: alemães, poloneses e magiares. Este é um fato. E este fato foi apontado com sucesso incontestável: em 1848, os povos revolucionários lutaram pela liberdade, cujo principal inimigo era o czarismo, enquanto os tchecos e outros eram realmente povos reacionários, postos avançados do czarismo.

O que nos ensina este exemplo concreto, que deve ser analisado concretamente caso se deseje permanecer fiel ao marxismo? Unicamente que: **1)** os interesses da libertação de vários povos grandes e muito grandes da Europa estão por cima dos interesses do movimento libertador das pequenas nações; **2)** que a reivindicação de democracia deve ser considerada em escala europeia (agora teria que dizer: em escala mundial), e não isoladamente. E nada mais. Nem sombra de refutação do Balanço da discussão sobre a autodeterminação, princípio socialista elementar que esquecem os polacos e ao qual Marx sempre foi fiel: não pode ser livre o povo que oprime outros povos. Se a situação concreta perante a qual Marx se encontrava na época da influência predominante do czarismo na política internacional voltasse a se repetir sob outra forma, por exemplo, se vários povos iniciassem a revolução socialista (como em 1848 começou a revolução democrático-burguesa na Europa) e outros povos se tornassem os principais pilares da reação burguesa, devemos também ser partidários da guerra revolucionária contra eles, defender seu esmagamento, destruir todos os seus postos avançados, quaisquer que fossem os movimentos de pequenas nações que ali surgissem. Portanto, não deve-

mos rejeitar, longe disso, os exemplos das táticas de Marx - o que significaria reconhecer o marxismo verbalmente e rompendo com ele na verdade -, mas, com base em sua análise concreta, extraindo ensinamentos inescapáveis para o futuro.

As diferentes reivindicações da democracia, inclusive a da autodeterminação, não são algo absoluto, mas uma partícula de todo o movimento democrático (hoje socialista) mundial. Pode acontecer que, em um dado caso, uma partícula esteja em contradição com o todo; então você deve descartá-la. É possível que em um país, o movimento republicano não seja mais que um instrumento das intrigas clericais ou financeiro-monárquicas de outros países; então, não devemos apoiar esse movimento particular. Mas seria ridículo excluir por esse motivo a consigna da república do programa da socialdemocracia internacional. Como a situação concreta mudou de 1848-1871 a 1898-1916 (considerando os marcos mais importantes do imperialismo como período: da guerra imperialista hispano-americana à guerra imperialista europeia)? O czarismo deixou de ser, manifestamente e indiscutivelmente, o principal baluarte da reação; primeiro, como resultado do apoio prestado a ele pelo capital financeiro internacional, especialmente o da França; Em segundo lugar, como resultado do ano de 1905. Naquele momento, o sistema dos grandes Estados nacionais - das democracias da Europa - levava ao mundo a democracia e o socialismo, apesar do czarismo*. Marx e Engels não vieram a viver até então * Riazánov publicou no Arquivo da História do Socialismo, de Grünberg (1916, t. I) um artigo interessante de Engels sobre o problema polaco, datado de 1866. Engels enfatiza que o proletariado deve reconhecer a independência política e a "autodeterminação" (right of dispose of itself) das grandes e importantes nações da Europa, enfatizando o absurdo do "princípio das nacionalidades" (especialmente na sua aplicação bonapartista), isto é, de equiparar qualquer nação pequena com esses grandes. "A Rússia -diz Engels- possui uma enorme quantidade de propriedades roubadas" (isto é, de nações oprimidas), "que terá que devolver no dia do acerto de contas". Nos nossos dias, foi formado um sistema por um punhado de grandes potências imperialistas (5 ou 6), cada uma das quais oprime outras nações. Essa opressão é uma das fontes do atraso artificial da queda do capitalismo e do apoio artificial ao oportunismo e ao social-chauvinismo das nações imperialistas que dominam o mundo.

Então, a democracia da Europa Ocidental, que libertava as nações mais importantes, era inimiga do czarismo, que aproveitava alguns movimentos de pequenas nações para fins reacionários. Agora, a aliança do imperialismo czarista com os países capitalistas europeus mais avançados, com base na opressão por todos eles de uma série de nações, se enfrenta com o proletariado socialista, divididos em dois campos: o chauvinista, social-imperialista, e o revolucionário. Essa é a mudança concreta na situação, que é ignorada pelos socialdemocratas polacos, apesar de sua promessa ser concreta! Disso também se desprende uma mudança concreta na aplicação desses mesmos princípios socialistas: então, acima de tudo, contra o czarismo (assim como contra alguns movimentos nacionais pequenos utilizados por ele com uma orientação antidemocrática) e a favor do povo revolucionário do Ocidente agrupados em grandes nações. Agora, contra a frente única formada pelas potências imperialistas, a burguesia imperialista e os social-imperialistas, e a favor do aproveitamento, para os fins da revolução socialista, de todos os movimentos nacionais dirigidos contra o imperialismo. Quanto mais pura seja hoje a luta do proletariado contra a frente comum imperialista, mais vital será, evidentemente, o princípio internacionalista de que não pode ser livre o povo que oprime outros povos.

Os proudhonistas, em nome da revolução social interpretada de maneira doutrinária, ignoraram o papel internacional da Polônia e não queriam saber nada sobre os movimentos nacionais. Do mesmo jeito doutrinário vêm os socialdemocratas polacos, que rompem a frente internacional de luta contra os social-imperialistas e os ajudam (objetivamente) com suas vacilações

no problema das anexações. Porque é precisamente a frente internacional da luta proletária que mudou em relação à posição concreta das pequenas nações: então (1848-1871), as pequenas nações eram aliados possíveis, tanto da democracia ocidental e dos povos revolucionários, quanto do czarismo; agora (1898-1914), as nações pequenas perderam esse significado e são uma das fontes que nutrem o parasitismo e, como consequência, o social-imperialismo das grandes potências. Tanto o bonapartismo quanto o czarismo aproveitam os movimentos de pequenas nações para seu próprio benefício e contra a democracia europeia.

O importante não é que antes da revolução socialista sejam libertadas 1/50 ou 1/100 das pequenas nações; O importante é que o proletariado, na época imperialista e por razões objetivas, tenha sido dividido em dois campos internacionais, um dos quais é corrompido pelas migalhas que caem da mesa da burguesia imperialista - ao custo, é claro, da exploração dupla ou tripla das pequenas nações - enquanto a outra não pode conseguir sua própria liberdade sem libertar as nações pequenas, sem educar as massas no espírito antichauvinista, isto é, anti-anexionista, isto é, no espírito da autodeterminação. Este aspecto da questão, o principal, é deixado de lado pelos camaradas polacos, que não consideram as coisas desde a questão central na época do imperialismo, do ponto de vista da existência de dois campos no proletariado internacional. Aqui estão outros exemplos palpáveis de seu proudhonismo: **1)** a atitude diante da insurreição irlandesa de 1916, que será discutida mais adiante, **2)** a declaração em suas teses (II, 3, no final do § 3) de que a consigna da revolução socialista não deve ser escondida por nada. É profundamente anti-marxista a ideia de que se possa esconder a consigna da revolução socialista ao relacioná-la com uma posição revolucionária consequente em qualquer problema, inclusive o nacional.

Os social-democratas polacos pensam que nosso programa é nacional-reformista. Compare duas proposições práticas: **1)** pela autonomia (teses polacas, III, 4) e **2)** pela liberdade de separação. É isso, e só isso, o que diferencia nossos programas! E não está claro que o primeiro programa é precisamente o reformista e não o segundo? Uma mudança reformista é aquela que não prejudica as bases do poder da classe dominante e que representa apenas uma concessão, mas mantendo seu domínio. Uma mudança revolucionária é aquela que mina as bases do poder. O reformista no programa nacional não derroga todos os privilégios da nação dominante, não estabelece igualdade de direitos completa, não elimina toda a opressão nacional. Uma nação "autônoma" não tem os mesmos direitos que a nação dominante; os camaradas polacos não podiam deixar de perceber, se eles não insistissem obstinadamente em ignorar (como os nossos antigos economistas) a análise de conceitos e categorias políticas. A Noruega autônoma, como parte da Suécia, gozava da maior autonomia até 1905, mas não tinha direitos iguais à Suécia. Somente sua separação livre revelou de fato e demonstrou seus direitos iguais (acrescentemos, entre parênteses, que precisamente foi essa livre separação que criou a base para uma aproximação mais estreita e mais democrática, baseada na igualdade de direitos). Enquanto a Noruega era exclusivamente autônoma, a aristocracia sueca tinha um privilégio a mais, que a separação não apaziguou (a essência do reformismo é apaziguar o mal, mas não eliminá-lo), mas eliminou completamente (que é o principal expoente do caráter revolucionário de um programa). A propósito, a autonomia, como reforma, é diferente, em princípio, da liberdade de separação, como medida revolucionária. Isso é indubitável. Mas, na prática, a reforma - como todos sabem - é, em muitos casos, apenas um passo na direção da revolução. Precisamente, a autonomia permite que uma nação mantida pela força dentro dos limites de um Estado se estabeleça definitivamente como uma nação, para reunir, conhecer e organizar suas forças, escolher o momento mais apropriado para declarar... ao modo norueguês: nós, autônomos dessa ou daquela nação ou região, declaramos que o imperador de toda a Rússia deixou

de ser rei da Polônia, etc. A isso, há normalmente a objeção: tais problemas são resolvidos por meio de guerras e não com declarações. É justo: na grande maioria dos casos, eles são resolvidos por meio de guerras (assim como os problemas da forma de governo dos grandes Estados também são resolvidos, na maioria esmagadora dos casos, apenas por meio de guerras e revoluções). No entanto, não é demais pensar se é lógica tal objeção contra o programa político de um partido revolucionário. Nos opomos às guerras e revoluções a favor de uma causa justa e útil para o proletariado, a favor da democracia e do socialismo? Mas não podemos ser partidários da guerra entre os grandes povos, do massacre de 20 milhões de homens, por causa da libertação problemática de uma nação pequena e integrada, talvez, por não mais que 10 ou 20 milhões de habitantes! Claro que não podemos! Mas não porque eliminamos do nosso programa a igualdade nacional completa, mas porque os interesses da democracia de um país devem ser subordinados aos interesses da democracia de vários países e de todos os países. Imagine que entre duas grandes monarquias existe uma pequena monarquia, cujo pequeno rei está ligado, por laços de parentesco e de outro tipo, aos monarcas dos dois vizinhos. Imagine, além disso, que a proclamação da república no país pequeno e o exílio de seu monarca significava, de fato, uma guerra entre os dois grandes países vizinhos para a restauração deste ou aquele monarca do país pequeno. Não há dúvida de que, neste caso particular, toda a socialdemocracia internacional, bem como a parte verdadeiramente internacionalista da socialdemocracia do país pequeno, seria contra a substituição da monarquia pela república. A substituição da monarquia pela república não é um objetivo absoluto, mas uma das demandas democráticas subordinada aos interesses da democracia (e, ainda mais, é claro, aos interesses do proletariado socialista) como um todo. É certo que tal caso não suscitaria nenhuma sombra de divergência entre os socialdemocratas dos diferentes países. Mas se algum socialdemocrata propusesse com este motivo a eliminação da consigna da república em geral do programa da socialdemocracia internacional, certamente o considerariam como louco. Eles diriam a ele: apesar de tudo, não se deve esquecer a diferença lógica elementar que existe entre o particular e o geral. Este exemplo nos faz ver um aspecto um pouco diferente do problema da educação internacionalista da classe trabalhadora. Essa educação - sobre a qual a necessidade e importância não há divergências entre a esquerda de Zimmerwald - deve ser concretamente igual nas grandes nações opressoras e nas pequenas nações oprimidas? Nas nações anexadoras e nas nações anexadas? Evidentemente que não. O caminho para o único objetivo - a completa igualdade de direitos, a mais estreita aproximação e a fusão subsequente de todas as nações - obviamente segue diferentes rotas concretas, como, por exemplo, a estrada que leva a um ponto localizado no centro desta página se afasta da esquerda de uma de suas margens e se aproxima da direita da margem oposta. Se o socialdemocrata de uma grande nação opressora, anexadora, professa, em geral, a teoria da fusão das nações, ele esquece, mesmo que por um momento, que o seu Nicolás II, seu Guilherme, seu Jorge, seu Poincaré etc., etc., também defendem a fusão com pequenas nações (através de anexações) - Nicolás II defende a fusão com Galitzia, Guilherme II a fusão com a Bélgica, etc., esse socialdemocrata será, em teoria, um doutrinário ridículo e, na prática, um cúmplice do imperialismo. O centro de gravidade da educação internacionalista dos trabalhadores dos países opressores deve necessariamente estar na pregação e defesa da liberdade de separação dos países oprimidos.

Caso contrário, não há internacionalismo. Temos o direito e o dever de tratar como um imperialista e um canalha todos os social-democratas de uma nação opressora que não realiza essa propaganda. Esta é uma exigência incondicional, embora, praticamente, a separação não seja possível ou realizável antes do socialismo em mais que um em mil casos. Temos o dever de educar os operários na indiferença às diferenças nacionais. Isso é indiscutível. Mas não é a

indiferença dos anexionistas. O membro de uma nação opressora deve permanecer indiferente à questão de saber se pequenas nações pertencem ao seu estado, ao estado vizinho ou a si mesmas, dependendo de suas simpatias: sem tal indiferença não será um social-democrata. Para ser um social-democrata internacionalista, é preciso pensar não só sobre a própria nação, mas colocar sobre ela os interesses de todas as nações, a liberdade e a igualdade de direitos de todos. Em termos teóricos, todos concordam com esses princípios; mas, na prática, revelam precisamente uma indiferença anexionista.

Existe a raiz do mal. E, inversamente, o socialdemocrata de uma pequena nação deve levar como centro de gravidade de suas campanhas de agitação a primeira palavra de nossa fórmula geral: união voluntária das nações. Sem perder os seus deveres como internacionalista, ele pode pronunciar-se em favor da independência política de sua nação e em favor da sua incorporação no Estado vizinho X, Y, Z, etc. Mas você tem que lutar em todos os casos contra a estreiteza de critério, o isolamento, o particularismo de pequena nação, que se tenha em conta o todo e o geral pela subordinação dos interesses do particular aos interesses do geral.

Para aqueles que não penetraram no problema, parece contraditório os socialdemocratas das nações opressoras exigirem a liberdade de separação e os socialdemocratas das nações oprimidas a liberdade de união. Mas com um pouco de reflexão, é que se nota que partindo de uma dada situação, não há e não pode haver outro caminho para o internacionalismo e a fusão das nações, não há e não pode haver outro caminho que conduza para esse fim. E então chegamos à situação peculiar da socialdemocracia holandesa e polonesa.

(...)

11. Conclusão: Apesar da afirmação errada dos socialdemocratas poloneses, a reivindicação da autodeterminação das nações tem desempenhado na agitação do nosso partido um papel não menos importante do que, por exemplo, o armamento do povo, a separação da Igreja e do Estado, a eleição de funcionários pelo povo e outros pontos qualificados como utópicos pelos filisteus. Pelo contrário, a animação dos movimentos nacionais depois de 1905 também originou naturalmente uma animação da nossa agitação: uma série de artigos em 1912-1913 e a resolução adotada por nosso partido em 1913, que deu uma definição exata e anti-kautskiana (digamos, intransigente com o reconhecimento, puramente verbal) da essência do problema. Então já foi descoberto um fato que é intolerável ignorar: oportunistas de diferentes nações, o ucraniano Yurkevich, o bundista Libman, o lacai russo de Potresov e Co., Semkovski, falaram a favor dos argumentos de Rosa Luxemburgo contra a autodeterminação! O que na socialdemocrata polaca foi apenas uma generalização teórica equivocada das condições peculiares do movimento na Polônia, transformou-se (em uma situação mais ampla, nas condições de um Estado não pequeno, mas grande, em escala internacional e não na escala estreita da Polônia), de fato e objetivamente, no apoio oportunista ao imperialismo russo. A história das correntes do pensamento político (não das opiniões de algumas pessoas) veio a confirmar o sucesso do nosso programa. (...)

Texto 4: Problemas de política nacional e internacionalismo proletário [in -Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação –fevereiro-maio de 1914 - pgs 45 a 107 – V.I. Lenin — Akal Editor - 1975 – Madrid]

O ponto 9 do programa dos marxistas da Rússia, que trata do direito das nações à autodeterminação, provocou nos últimos tempos (como já apontamos em Prosvetschenie)* toda uma

campanha dos oportunistas. Tanto o liquidacionista russo Semkovski, no jornal petersburguês dos liquidadores, como o bundista Libman e o social-nacionalista ucraniano Yurké- vich nos seus órgãos de imprensa, atacaram contra dito ponto, tratando-o em um tom de máximo desprezo. Não cabe dúvida de que esta "invasão das doze tribos" do oportunismo, dirigida contra nosso programa marxista, guarda estreita relação com as atuais vacilações nacionalistas em geral. Por isso nos parece oportuno examinar detidamente esta questão. Observemos à essa discussão: todos se limitaram a repetir o que disse Rosa Luxemburgo em seu longo artigo polaco de 1908-1909: A questão nacional e a autonomia. Os "originais" argumentos desta autora serão os que tenremos presentes com mais frequência na nossa exposição.

1. O que é a auto-determinação das nações?

É natural que esta questão se coloque ante tudo quando tentamos examinar de um modo marxista a chamada auto-determinação. O que devemos entender por ela? Devemos buscar a resposta em definições jurídicas, deduzidas de toda classe de "conceitos gerais" de direito? Ou temos que buscar a resposta no estudo histórico-económico dos movimentos nacionais? Não é de estranhar que aos senhores Semkovski, Libman e Yurkévich não haja sequer passado pelas mentes colocar esta questão, desviando do assunto com simples risinhos burlões às custas da "falta de nitidez" do programa marxista e talvez não sabendo sequer em sua simplicidade, que da autodeterminação das nações fala não só o programa russo de 1903, mas também a decisão do Congresso Internacional de Londres de 1896 (já falaremos com cuidado disso mais à frente). Muito mais estranho é que Rosa Luxemburgo, que faz tantas declamações sobre o suposto carácter abstrato e metafísico do dito ponto, tenha incorrido ela mesma precisamente neste pecado do abstrato e metafísico. Precisamente Rosa Luxemburgo é que vem cair a cada passo em indagações gerais sobre a autodeterminação (até chegar inclusive a uma elocubração inteiramente divertida sobre o modo de conhecer a vontade de uma nação), sem colocar em parte alguma de modo nítido e preciso se o quê da questão está nas definições jurídicas ou na experiência dos movimentos nacionais do mundo inteiro. Ao colocar com exatidão esta questão, inevitável para um marxista, teria desfeito no ato nove décimos dos argumentos de Rosa Luxemburgo. Nem é a primeira vez que surgem movimentos nacionais na Rússia, nem são inerentes apenas a ela. A época do triunfo definitivo do capitalismo sobre o feudalismo esteve ligada no mundo todo a movimentos nacionais. A base econômica destes movimentos se apoia em que, para a vitória completa da produção mercantil, é necessário que a burguesia conquiste o mercado interno, é necessário que territórios com população de um só idioma adquiram coesão estatal, eliminando quantos obstáculos se oponham ao desenvolvimento deste idioma e a sua consolidação na literatura. O idioma é o meio principal de comunicação entre os homens; a unidade de idioma e o livre desenvolvimento do mesmo é uma das condições mais importantes de uma circulação mercantil realmente livre e ampla, correspondente ao capitalismo moderno, de uma agrupação livre e ampla da população em cada uma das diversas classes; e, por último, a condição de um estreito nexos do mercado com todo proprietário, grande ou pequeno, com todo vendedor e comprador. Por isso, a tendência de todo movimento nacional é formar Estados nacionais, que são os que melhor cumprem estas exigências do capitalismo contemporâneo. Impulsionam a isto fatores económicos dos mais profundos, e para toda a Europa Ocidental, mais, para todo o mundo civilizado, o Estado nacional é por isso o típico, o normal no período capitalista. Por conseguinte, se queremos entender o que significa a autodeterminação das nações, sem o direito das nações à autodeterminação, sem jogar com definições jurídicas, nem "inventar" definições abstratas, mas sim examinando as condições históricas e económicas dos movimentos nacionais, chegaremos inevitavelmente à seguinte conclu-

são: pela autodeterminação das nações se entende sua separação estatal das coletividades de outra nação, se entende a formação de um Estado nacional independente. Mais abaixo veremos ainda outras razões pelas quais seria errôneo entender por direito à autodeterminação tudo o que não seja o direito a uma existência estatal independente. Mas agora devemos nos deter a analisar como Rosa de Luxemburgo tentou “desfazer-se” da inevitável conclusão sobre as profundas bases econômicas em que descansam as tendências à formação de Estados nacionais. Rosa Luxemburgo conhece perfeitamente o folheto de Kautsky: nacionalidade e internacionalidade (suplemento de *Neue Zeit*⁸⁷, núm. 1, 1907-1908; traduzido ao russo na revista *_aúchnaya Mysl*, Riga, 190888). Sabe que Kautsky*, depois de examinar detalhadamente no ponto 4 do folheto o problema do Estado nacional, chegou à conclusão de que Otto Bauer “subestima a força da tendência à criação de um Estado nacional” (pág. 23 do folheto citado). A própria Rosa Luxemburgo cita as palavras de Kautsky: “O Estado nacional é a forma de Estado que melhor corresponde às condições modernas” (quer dizer, as condições capitalistas civilizadas, progressivas no aspecto econômico, diferente das condições medievais, pré-capitalistas, etc.), “é a forma na qual o Estado pode cumprir com maior facilidade suas tarefas” (quer dizer, as tarefas de um desenvolvimento mais livre, mais amplo e mais rápido do capitalismo). A isto há que somar, ademais, a observação final de Kautsky, mais exata ainda: os Estados de composição nacional heterogênea (os chamados Estados multinacionais diferente dos Estados nacionais) são “sempre Estados cuja estrutura interna é, por tais ou quais razões, anormal ou subdesenvolvida” (atrasada). Disto se entende que Kautsky fala de anormalidade exclusivamente no sentido de não corresponder ao que está mais adequado às exigências do capitalismo em desenvolvimento. Cabe perguntar agora qual foi a atitude de Rosa Luxemburgo ante estas conclusões históricas e econômicas de Kautsky. São corretas ou erradas? Quem tem razão: Kautsky, com sua teoria histórico – econômica, ou Bauer, cuja teoria é, no fundo, psicológica? Que relação guarda o invariável “oportunismo nacional” de Bauer, sua defesa de uma autonomia nacional cultural, suas “paixões” nacionalistas (“a acentuação do fator nacional em certos pontos”, como disse Kautsky), seu “enorme exagero do fator nacional e seu completo esquecimento do fator internacional” (Kautsky), com sua subestimação da força que há dentro da tendência a criar um Estado nacional? Rosa Luxemburgo não colocou sequer este problema. Não notou esta relação. Não refletiu sobre o conjunto das concepções teóricas de Bauer. Nem sequer opôs no problema nacional a teoria histórico-econômica à psicológica. Se limitou às seguintes observações contra Kautsky: “...Este Estado nacional “mais perfeito” não é senão uma abstração, facilmente suscetível de ser desenvolvida e defendida teoricamente, mas que não corresponde à realidade” (*Przegląd Socjaldemokratyczny*⁸⁹, 1908, núm. 6, pág. 499). E para confirmar esta declaração categórica, segue raciocinando: o desenvolvimento das grandes potências capitalistas e o imperialismo tornam ilusório o “direito à autodeterminação” dos pequenos povos. “Por acaso é possível falar a sério - exclama Rosa Luxemburgo- da “autodeterminação” dos montenegrinos, búlgaros, romenos, sérvios, gregos, e, em parte, inclusive dos suíços, povos todos que gozam de independência formal, produto esta da luta política e do jogo diplomático do “concerto europeu”?” (!) (pág. 500).

O que melhor responde às condições “não é o Estado nacional, como supõe Kautsky, mas sim o Estado de rapina”. Então, insere umas dezenas de cifras sobre as proporções das colônias que pertencem à Inglaterra, à França, etc. Lendo semelhantes racionalizações, um não pode ao menos ficar assombrado com a capacidade da autora em não distinguir as coisas! Ensinar Kautsky, dando importância, que os Estados pequenos dependem economicamente dos grandes; que os Estados burgueses lutam entre si pelo submetimento e rapina de outras nações; que existem o imperialismo e as colônias: tudo isso são elucubrações ridículas, infantis, porque

não tem nada que ver com o assunto. Não só os pequenos Estados, mas também a Rússia, por exemplo, dependem por inteiro, no aspecto econômico, do poderio do capital financeiro imperialista dos países burgueses "ricos". Não só os Estados balcânicos, Estados e miniatura, mas também a América do século XIX foi, no aspecto econômico, uma colônia da Europa, segundo já disse Marx no *Capital*. Tudo isso sabe de sobra Kautsky, como qualquer marxista, mas nada disso vem ao caso com relação aos movimentos nacionais e ao Estado nacional. Rosa Luxemburgo substitui o problema da autodeterminação política das nações na sociedade burguesa, de sua independência estatal, com o de sua autodeterminação e independência econômica. Isto é tão inteligente como uma pessoa expor, ao tratar da reivindicação programática que exige a supremacia do parlamento, quer dizer, da assembléia de representantes populares, no Estado burguês, sua convicção, plenamente justa, de que, no país burguês, o grande capital tem a supremacia sob qualquer regime. Não cabe dúvida de que a maior parte da Ásia, o continente mais populoso do mundo, está na situação de colônias dos "grandes poderes" ou de estados altamente dependentes e oprimidos no sentido nacional. Mas, por acaso esta circunstância conhecida de todos altera alguma coisa o fato indiscutível de que, na mesma Ásia, só no Japão, quer dizer, só um Estado nacional independente, foram criadas condições para o desenvolvimento mais completo da produção mercantil, para o crescimento mais livre, amplo e rápido do capitalismo? Este Estado é burguês e, por isso, começou oprimir ele mesmo a outras nações e subjugar colônias; não sabemos se, antes da falência do capitalismo, a Ásia terá tempo de estruturar-se em um sistema de Estados nacionais independentes, semelhante à Europa. Mas fica como um fato indiscutível que o capitalismo, depois de despertar a Ásia, provocou também lá em todas partes movimentos nacionais, que estes movimentos tendem a criar na Ásia Estados nacionais e que precisamente tais Estados são os que asseguram as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo.

O exemplo da Ásia fala a favor de Kautsky contra Rosa Luxemburgo. O exemplo dos Estados balcânicos fala também contra ela, porque qualquer um pode ver agora que precisamente à medida que se criam nessa península Estados nacionais independentes, vão se dando as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo nela. Por conseguinte, o exemplo de toda a humanidade civilizada de vanguarda, o exemplo dos Balcãs e o exemplo da Ásia demonstram, apesar de Rosa Luxemburgo, a absoluta justeza das teses de Kautsky: o Estado nacional é regra e "norma" do capitalismo, o Estado de composição nacional heterogênea é atraso ou exceção. Desde o ponto de vista das relações nacionais, o Estado nacional é o que oferece, sem dúvida alguma, as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo. O qual não quer dizer, naturalmente, que semelhante Estado, erigido sobre as relações burguesas, possa excluir a exploração e a opressão das nações. Quer dizer somente que os marxistas não podem perder de vista os poderosos fatores econômicos que originam as tendências a criar Estados nacionais. Quer dizer que "a autodeterminação das nações", no programa dos marxistas, não pode ter, desde o ponto de vista histórico-econômico, outra significação que a autodeterminação política, a independência estatal, a formação de um Estado nacional. Mais abaixo falaremos detalhadamente das condições exigidas, desde o ponto de vista marxista, quer dizer, desde o ponto de vista proletário de classe, para apoiar a reivindicação democrática burguesa do "Estado nacional". Agora nos limitamos a definir o conceito de "autodeterminação", e só devemos assinalar que Rosa Luxemburgo conhece o conteúdo deste conceito ("Estado nacional"), enquanto que seus partidários oportunistas, os Libman, os Semkovski, os Yurkévich não sabem nem isso. * (Ao preparar em 1916 a re-edição do artigo, Lenin deu neste lugar a seguinte nota: —Rogamos aos leitores que não se esqueçam que Kautsky foi até 1909, quando publicou seu magnífico folheto "O caminho do poder", inimigo do oportunismo, defensor do qual se tornou em 1910-1911, e, com maior decisão em 1914-1916.

2. Abordagem histórica concreta da questão

A teoria marxista exige de um modo absoluto que, para analisar qualquer problema social, se lhe enquadre um marco histórico determinado, e depois se trata de um só país (por exemplo, de um programa nacional para um país determinado), que se tenham em conta as particularidades concretas que distinguem este país dos outros em uma mesma época histórica. O que implica este requisito absoluto do marxismo aplicado ao nosso problema? Antes de tudo, que é necessário distinguir por completo estritamente duas épocas diferentes do capitalismo desde o ponto de vista dos movimentos nacionais. Por uma parte, a época da falência do feudalismo e do absolutismo, a época em que se constituem a sociedade democrática burguesa e seu Estado, a época em que os movimentos nacionais adquirem pela primeira vez o caráter de movimentos de massas, incorporando de um ou outro modo todas as classes da população à política por meio da imprensa, de sua participação em instituições representativas, etc. Por outra parte, vemos uma época em que os Estados capitalistas têm já sua estrutura acabada, um regime constitucional há muito tempo estabelecido e um antagonismo muito desenvolvido entre o proletariado e a burguesa; presenciemos uma época que pode chamar-se véspera do colapso do capitalismo. O típico da primeira época é o despertar dos movimentos nacionais e a incorporação a eles dos camponeses, que são o setor mais numeroso da população e mais "difícil de mover" para a luta pela liberdade política em geral e pelos direitos da nação em particular. O típico da segunda é a ausência de movimentos democráticos burgueses de massas, quando o capitalismo desenvolvido, ao aproximar e misturar cada dia mais as nações, o direito das nações à autodeterminação já plenamente incorporadas ao intercâmbio comercial, põe em primeiro plano o antagonismo entre o capital fundido a escala internacional e o movimento operário internacional.

Claro que nem uma, nem a outra época estão separadas entre si por uma muralha, mas sim ligadas por numerosas ligações de transición; ademais, os diversos países se distinguem pela rapidez do desenvolvimento nacional, pela composição nacional de sua população, por sua distribuição etc., etc. Não se pode nem falar de que marxistas de um país determinado se ponham a elaborar o programa nacional sem ter em conta todas as condições históricas gerais e estatais concretas.

Aqui é justamente onde tropeçamos com o ponto mais débil dos raciocínios de Rosa Luxemburgo. Rosa Luxemburgo embeleza com verve extraordinária seu artigo, usando palavreado "forte" contra o apartado 9 de nosso programa, declarando-o "muito geral", "cliché", "frase metafísica", etc., etc. Era natural esperar que uma autora que condena de maneira tão excelente a metafísica (em sentido marxista, quer dizer, anti-dialética) e as abstrações vazias, nos desse exemplo de uma análise concreta do problema, enquadrado na história. Se trata do programa nacional dos marxistas de um país determinado, Rússia, em uma época determinada, no início do século XX. Era de se supor que Rosa Luxemburgo falasse da época histórica pela qual atravessa Rússia, de quais são as particularidades concretas do problema nacional e dos movimentos nacionais do país dado e na época dada. Absolutamente nada disse sobre isso Rosa Luxemburgo! No se encontrará nela nem sombra de análise de cómo se aborda o problema nacional na Rússia na época histórica presente, de quais são as particularidades de Rússia nesse sentido! Nos diz que o problema nacional se coloca nos Bálcãs de um modo distinto que na Irlanda; que Marx conceituava assim e assado os movimentos nacionais polaco e checo nas condições concretas de 1848 (uma página de citações de Marx); que Engels emitia tal e qual juízo sobre a luta dos cantões forestais de Suíça contra Áustria e a batalha de Morgarten, que se rendeu em 1315 (uma página de citações de Engels com o correspondente comentário de Kautsky); que Lassalle considerava reacionária a guerra camponesa do século XVI na Alema-

nha, etc. Não pode afirmar-se que estas observações e estascitações brilhem por sua novidade, mas, em todo caso, ao leitor resulta interessante voltar a recordar uma e outra vez como precisamente abordavam Marx, Engels y Lassalle a análise de problemas históricos concretos de diversos países. E, ao releer as instrutivas citações de Marx y de Engels, se vê com singular evidência a ridícula situação em que Rosa Luxemburgo se colocou a si própria. Predica com gravidade e eloquência que é necessário fazer uma análise concreta do problema nacional, enquadrado na história de épocas diferentes de distintos países, e ela mesma não faz o a mínima tentativa de determinar qual é a fase histórica de desenvolvimento do capitalismo, pela qual atravessa Rússia nos inícios do século XX, quais são as peculiaridades do problema nacional neste país. Rosa Luxemburgo adiciona exemplos de como outros analisaram de maneira marxista o problema,, como que sublinhando assim deliberadamente quão a miúdo está o caminho do inferno empedrado de boas intenções e se encobre com bons conselhos o não querer ou não saber utilizá-los na prática. Eis aqui uma das instrutivas confrontações. Colocando-se contra a consigna de independência da Polônia, Rosa Luxemburgo se refere a um trabalho seu de 1898 que demonstrava o rápido "desenvolvimento industrial da Polônia" com a saída dos produtos manufaturados para a Rússia. Nem é preciso dizer que disto não se deduz absolutamente nada sobre o problema do direito a autodeterminação, que isto só demonstra que desapareceu a velha Polônia senhorial, etc. Mas Rosa Luxemburgo passa de maneira imperceptível e sem parar à conclusão de que, entre os fatores que ligam Rússia com Polônia, predominam já na atualidade os breves fatores econômicos das relações capitalistas modernas. Mas eis aqui que nossa Rosa passa ao problema da autonomia e –embora seu artigo se intitule "O problema nacional e a autonomia" em geral-, começa por demonstrar que o reino da Polônia tem um direito exclusivo à autonomia (vejam sobre este ponto Prosveschenie, 1913, núm. 12*). Para corroborar o direito da Polônia à autonomia, Rosa Luxemburgo caracteriza o regime estatal de Rússia por indícios evidentemente econômicos, políticos, etnológicos e sociológicos, por um conjunto de traços que, em suma, dão o conceito de "despotismo asiático" (núm. 12 de Przegld, pág.137). É sabido por todos que semelhante regime estatal tem uma solidez muito grande quando, na economia do país de que se trate, predominam traços absolutamente patriarcais, pré-capitalistas, e um desenvolvimento insignificante da economia mercantil e da dissociação das classes. Mas se em um país, cujo regime estatal se distingue por apresentar um caráter nitidamente pré-capitalista, existe uma região nacional delimitada que tem um rápido desenvolvimento do capitalismo, resulta que quanto mais rápido seja esse desenvolvimento capitalista tanto mais forte será a contradição entre este desenvolvimento e o regime estatal pré-capitalista, tanto mais provável será que a região avançada se separe do resto do país, ao qual não a ligam os laços do "capitalismo moderno", mas sim os de um "despotismo asiático". Desse jeito, Rosa Luxemburgo não atou em absoluto cabos, nem sequer no que se refere à estrutura social do poder na Rússia em relação à Polônia burguesa; e quanto às peculiaridades históricas concretas dos movimentos nacionais na Rússia, nem sequer as levanta. Nisso é que devemos nos deter.

(...)

4. O "praticismo" no problema nacional

Os oportunistas fizeram seu e com zelo singular o argumento de Rosa Luxemburgo de que o ponto 9 de nosso programa não contém nada "prático". Rosa Luxemburgo está tão entusiasmada com este argumento que em algumas ocasiões encontramos repetida oito vezes esta "consigna" em uma mesma página de seu artigo. O ponto 9 "não dá -diz ela- nenhuma indica-

ção prática para a política cotidiana do proletariado, nenhuma solução prática dos problemas nacionais". Analizemos este argumento, que também é formulado de maneira que o ponto 9 ou não expressa absolutamente nada ou obriga a apoiar todas as aspirações nacionais. O que significa a reivindicação de "praticismo" no problema nacional? Ou um apoio a todas as aspirações nacionais, ou o "sim ou não" à disjuntiva de separação de cada nação ou, em geral, a "possibilidade de satisfação" imediata das reivindicações nacionais. Examinemos estas três interpretações possíveis da reivindicação de "praticismo". A burguesia, que atua, como é natural, nos inícios de todo movimento nacional como força hegemônica (dirigente) do mesmo, chama trabalho prático ao apoio a todas as aspirações nacionais. Mas a política do proletariado no problema nacional (como nos demais problemas) só apoia a burguesia em uma direção determinada, mas nunca coincide com sua política. A classe trabalhadora só apoia a burguesia em aras da paz nacional (que a burguesia não pode dar plenamente e é viável só se há uma completa democratização), em benefício da igualdade de direitos, em benefício da situação mais favorável possível para a luta de classes. Por isso, precisamente contra o praticismo da burguesia, os proletários defendem uma política de princípios no problema nacional, prestando à burguesia sempre um apoio só condicional. No problema nacional, toda burguesia deseja ou privilégios para sua nação ou vantagens exclusivas para esta; precisamente isso é o que se chama "prático". O proletariado está contra toda classe de privilégios, contra todo exclusivismo. Exigir-lhe "praticismo" significa ir à reboque da burguesia, cair no oportunismo. Responder "sim ou não" no que se refere à separação de cada nação? Parece uma reivindicação sumamente "prática". Mas, na realidade, é absurda, metafísica na teoria e leva à subordinar o proletariado à política da burguesia na prática. A burguesia coloca sempre em primeiro plano suas reivindicações nacionais. E as coloca de uma maneira incondicional. O proletariado as subordina aos interesses da luta de classes. Teoricamente não se pode garantir de antemão que a separação de uma nação determinada ou sua igualdade de direitos com outra nação ponha fim à revolução democrática burguesa. Ao proletariado lhe importa, em ambos casos, garantir o desenvolvimento de sua classe; à burguesia lhe importa dificultar este desenvolvimento, subordinando as tarefas de dito desenvolvimento às tarefas de "sua" nação. Por isso o proletariado se limita à reivindicação negativa, por assim dizer, de reconhecer o direito à autodeterminação, sem garantir nada a nenhuma nação nem comprometer-se a dar nada às expensas de outra nação. Isso não será "prático", mas é de fato o que garante com maior segurança a mais democrática das soluções possíveis; o proletariado necessita somente estas garantias, enquanto a burguesia de cada nação necessita garantias de suas vantagens, sem ter em conta a situação (as possíveis desvantagens) de outras nações. O que mais interessa à burguesia é a "possibilidade de satisfação" da reivindicação dada; daí a eterna política de transações com a burguesia de outras nações em detrimento do proletariado. Em troca, ao proletariado lhe importa fortalecer sua classe contra a burguesia, educar às massas no espírito da democracia consequente e do socialismo. Isso não será "prático" para os oportunistas, mas é a única garantia real, a garantia da máxima igualdade e paz nacionais, a despeito tanto dos feudais como da burguesia nacionalista. Toda a missão dos proletários na questão nacional "não é prática", desde o ponto de vista da burguesia nacionalista de cada nação, pois os proletários, inimigos de todo nacionalismo, exigem a igualdade "abstrata", pra começar a ausência do mínimo privilégio. Ao não compreendê-lo e louvar de modo irracional o praticismo, Rosa, Luxemburgo abriu as portas de par em par precisamente aos oportunistas, em particular às concessões do oportunismo ao nacionalismo russo. Por que ao russo? Porque os russos são na Rússia a nação opressora, e no aspecto nacional, naturalmente, o oportunismo terá uma expressão entre as nações oprimidas e outra, distinta, entre as opressoras. O direito das nações à autodeterminação em aras de

"practicismo" de suas reivindicações, a burguesia das nações oprimidas chamará ao proletariado a apoiar incondicionalmente suas aspirações. O mais prático é dizer sim um "sim" categórico à separação de tal ou qual nação, e não ao direito de todas as nações, qualquer que seja, à separação. O proletariado se opõe a semelhante praticismo: ao reconhecer a igualdade de direitos e o direito igual a formar um Estado nacional, aprecia e coloca por cima de tudo a união dos proletários de todas as nações, avalia toda reivindicação nacional e toda separação nacional com a mira posta na luta de classes dos operários. A consigna de praticismo não é, na realidade, senão a de adotar sem crítica às aspirações burguesas. Nos dizem: apoiando o direito à separação, apoiáis o nacionalismo burguês das nações oprimidas. Isto é o que diz Rosa Luxemburgo e o atrás dela repete o oportunista Semkovski, único representante, por certo, das idéias dos liquidadores sobre este problema no jornal dos liquidadores. Nós respondemos: - não, precisamente à burguesia é a quem importa aqui uma solução "prática", enquanto que aos trabalhadores lhes importa a separação em princípio de duas tendências. Enquanto a burguesia de uma nação oprimida luta contra a opressora, nós estamos sempre, em todos os casos e com mais decisão do que ninguém, a favor, já que somos os inimigos mais intrépidos e consequentes da opressão. Enquanto a burguesia da nação oprimida está a favor de seu nacionalismo burguês, nós estamos contra. Luta contra os privilégios e violências da nação opressora e nenhuma tolerância com o afã de privilégios da nação oprimida. Se não lançamos, nem levantamos na agitação a consigna do direito à separação, favoreceremos não só a burguesia, mas também aos feudais e o absolutismo da nação opressora. Faz tempo que Kautsky empregou este argumento contra Rosa Luxemburgo, eo argumento é irrefutável. Em seu temor de "ajudar" à burguesia nacionalista da Polônia, Rosa Luxemburgo nega o direito à separação no programa dos marxistas da Rússia, e a quem ajuda, na realidade, é aos russos ultrarreacionários. Ajuda, na realidade, ao conformismo oportunista com os privilégios (e com coisas piores que os privilégios) dos russos. Tomada pela luta contra o nacionalismo na Polônia, Rosa Luxemburgo esqueceu o nacionalismo dos russos, embora precisamente este nacionalismo seja agora o mais temível; é precisamente um nacionalismo menos burguês, mas mais feudal; é precisamente o maior freio para a democracia e para a luta proletária. Em todo nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e a este conteúdo lhe prestamos um apoio incondicional, separando rigorosamente a tendência ao exclusivismo nacional, lutando contra a tendência do burguês polaco a oprimir ao hebreu, etc., etc. Isto "não é prático", desde o ponto de vista do burguês e do filisteu. Mas é a única política prática e soma aos princípios no problema nacional, a única que ajuda de verdade à democracia, à liberdade e à união proletária. Reconhecer o direito à separação para todos; apreciar cada questão concreta sobre a separação desde um ponto de vista que elimine toda desigualdade de direitos, todo privilégio, todo exclusivismo.

Tomemos a posição da nação opressora. Pode por acaso ser livre um povo que oprime a outros povos? Não. Os interesses da liberdade da população* russa exigem que se lute contra tal opressão. A larga história, a secular história de repressão dos movimentos das nações oprimidas, a propaganda sistemática desta repressão por parte das "altas" classes criaram enormes obstáculos para a causa da liberdade do mesmo povo russo em seus preconceitos, etc. Os ultrarreacionários russos apoiam conscientemente estes preconceitos e os atacam. A burguesia russa transige com eles ou se amolda a eles. O proletariado russo não pode alcançar seus fins, não pode aplainar para si o caminho para a liberdade sem lutar sistematicamente contra estes preconceitos. Formar um Estado nacional autônomo e independente segue sendo por agora, na Rússia, tão só- o privilégio da nação russa. Nós os proletários russos não defendemos privi-

légios de nenhum gênero e tampouco defendemos este privilégio. Lutamos sobre o terreno de um Estado determinado, unificamos aos trabalhadores de todas as nações deste Estado, não podemos garantir tal ou qual via de desenvolvimento nacional, vamos a nosso objetivo de classe por todas as vias possíveis. Mas não se pode ir para este objetivo sem lutar contra todos os nacionalismos e sem levantar a igualdade de todas as nações. Assim, por exemplo, depende de mil fatores, desconhecidos de antemão, se a Ucrânia lhe caberá a sorte de formar um Estado independente. E, como não queremos fazer "conjecturas" vãs, estamos firmemente pelo que é indubitável: o direito da Ucrânia a semelhante Estado. Respeitamos este direito, não apoiamos os privilégios do russo sobre os ucrânianos, educamos as massas no espírito do reconhecimento deste direito, no espírito da negação dos privilégios estatais de qualquer nação. Nos saltos pelos quais atravessaram todos os países na época das revoluções burguesas são possíveis e prováveis os choques e a luta pelo direito a um Estado nacional. Nós, proletários, nos declaramos de antemão adversários dos privilégios dos russos, e nesta direção desenvolvemos toda nossa propaganda e nossa agitação. No afã do "praticismo", Rosa Luxemburgo perdeu de vista a tarefa prática principal, tanto do proletariado russo como do proletariado de toda outra nação: a tarefa da agitação e propaganda cotidianas contra toda classe de privilégios nacionais de tipo estatal, pelo direito igual de todas as nações, a ter seu Estado nacional; esta tarefa é (agora) nossa principal tarefa no problema nacional, porque só assim defendemos os interesses da democracia e da união, baseada na igualdade de direitos de todos os proletários de todas as nações. Pouco importa que esta propaganda "não seja prática" tanto desde o ponto de vista dos opressores russos como desde o ponto de vista da burguesia das nações oprimidas (uns e outros exigem um sim ou não determinado, acusando aos social-democratas de "imprecisão"); na prática, precisamente esta propaganda, e apenas ela, assegura uma educação das massas verdadeiramente democrática e verdadeiramente socialista. Só uma propaganda tal garante também as maiores probabilidades de paz nacional na Rússia, se segue sendo um Estado de composição nacional heterogênea, e a divisão mais pacífica (e inócua para a luta de classe proletária) em diversos Estados nacionais, se se coloca o problema de semelhante divisão. Para explicar de um modo mais concreto esta política - a única proletária no problema nacional - analisemos a atitude do liberalismo russo ante a "autodeterminação das nações" e o exemplo da separação da Noruega da Suécia. * A certo L. VI. de Paris, lhe parece que esta palavra não é marxista. Este L. VI., é engraçado —superklugll (o que pode ser traduzido como —superinteligente). O —superinteligente L. VI. se propõe, pelo visto, escrever um estudo sobre a eliminação de nosso programa mínimo (desde o ponto de vista da luta de classes!) das palavras: —população, —povo, etc.

(...)

8. Carlos Marx, o utópico, e Rosa Luxemburgo, a prática

Declarando "utopia" a independência da Polônia e repetindo até dar náuseas, Rosa Luxemburgo exclama com ironia: por que não exigir a independência da Irlanda? Evidentemente, a "prática" Rosa Luxemburgo desconhece a atitude de C. Marx ante a independência de Irlanda. Vale a pena deter-se neste ponto para dar um exemplo analítico de uma reivindicação concreta de independência nacional desde o ponto de vista verdadeiramente marxista, e não oportunista. Marx tinha o costume de "tatear", como ele dizia aos socialistas que ele conhecia, comprovando sua consciência e a firmeza de sua convicção¹⁰⁹. Quando conheceu Lopatin, Marx escreveu a Engels em 5 de julho de 1870 um juízo muito louvável sobre o jovem socialista russo, mas agregava: "...O ponto débil: Polônia. Sobre este ponto Lopatin diz exatamente o mesmo que um inglês - por exemplo, um cartista¹¹⁰ inglês da velha escola sobre Irlanda". Marx inter-

roga a um socialista que pertence a uma nação opressora o que ele pensa de uma nação oprimida e descobre no ato o defeito comum dos socialistas das nações dominantes (inglesa e russa): a incompreensão de seu dever socialista para com as nações oprimidas, o remoer preconceitos tomados da burguesia da "nação grande". Antes de passar às declarações positivas de Marx sobre Irlanda, há que fazer a reserva de que Marx e Engels guardavam em geral uma atitude rigorosamente crítica frente ao problema nacional, apreciando seu valor histórico relativo. Assim, Engels escreve a Marx em 23 de maio de 1851 que o estudo da história lhe leva a conclusões pessimistas em relação à Polônia, que a importância da Polónia é temporária, só até a revolução agrária na Rússia. O papel dos polacos na história é o de "tonterías atrevidas". "Nem por um momento pode se supor que a Polónia, inclusive comparada somente com a Rússia, represente com êxito o progresso ou tenha certo valor histórico". Na Rússia há mais elementos de civilização, de instrução, de indústria, de burguesia do que na "letárgica Polónia dos latifundiários nobres". " O que significam Varsóvia e Cracóvia comparadas com São Petersburgo, Moscou e Odessa!". Engels não acredita no êxito das insurreições da nobreza polaca. Mas todas estas idéias, que tanto têm de perspicácia genial, de modo algum impediram Marx e Engels doze anos mais tarde, quando Rússia seguia ainda na sua letargia, e Polónia, em troca, fervia, adotar a atitude da mais cálida e profunda simpatia pelo movimento polaco. Em 1864, ao redatar a mensagem da Internacional, Marx escreve a Engels (4 de novembro de 1864) que é preciso lutar contra o nacionalismo de Mazzini. "Quando na mensagem se fala de política internacional, me refiro a países, não a nações, e denuncio a Rússia, e não a Estados de menor importância", escreve Marx. Para Marx não existe dúvidas sobre a subordinação do problema nacional à "questão operária". Mas sua teoria está tão longe do propósito de passar por alto os movimentos nacionais como o céu da terra. Chega o ano 1866. Marx escreve a Engels sobre a "camarilha proudhoniana" de Paris, que "declara que as nações são um absurdo e ataca a Bismarck e a Garibaldi. Como polêmica contra o chovinismo, sua tática é útil e explicável. Mas quando aqueles que crêem em Proudhon (y entre eles figuran dois bons amigos meus daqui Lafargue e Longuet) pensam que toda Europa pode e deve permanecer quieta, sentada tranquilamente em suas cadeiras até que os senhores acabem com a miséria e a ignorância na França... tornam-se ridículos" (carta de 7 de junho de 1866). "Ontem -escreve Marx em 20 de junho de 1866- houve no Conselho da Internacional um debate sobre a guerra atual... Como era de esperar, a discussão girou em torno ao problema das "nações" e a nossa atitude ante ele... Os representantes da "jovem França" (não operários) defenderam o ponto de vista de que todo grupo étnico e a mesma nação são preconceitos antiquados. Stirnerianismo proudhoniano. Todo o mundo deve esperar que os franceses amadureçam para a revolução social... Os ingleses riram muito quando eu comecei meu discurso dizem que nosso amigo Lafargue e outros, que supimiram as nações, nos falaram em francés, quer dizer, na língua incompreensível para as 9/10 partes da reunião. Logo deu a entender que Lafargue, sem dar-se ele mesmo conta disso, entendia por negação das nações, ao parecer, sua absorção pela exemplar nação francesa."

A dedução que resulta de todas estas observações críticas de Marx é nítida: a classe operária é a que menos pode fazer um fetiche do problema nacional, porque o desenvolvimento do capitalismo não desperta necessariamente a todas as nações a uma vida independente. Mas, uma vez surgidos os movimentos nacionais de massas, desenterar-se deles, negar-se a apoiar o que neles há de progressivo significa cair, na realidade, sob a influência de preconceitos nacionalistas, quer dizer: considerar a "sua própria" nação como "nação exemplar" (ou, agregaremos nós, como nação dotada do privilégio exclusivo de organizar-se em Estado)*. Mas voltemos ao problema da Irlanda. A posição de Marx neste problema a expressam, com especial nitidez, os

seguintes fragmentos de suas cartas: "Tratei por todos os meios de promover nos operários ingleses uma manifestação de simpatia pela luta dos fenianos...¹¹² Antes acreditava impossível a separação da Irlanda da Inglaterra. Agora creio inevitável. Embora depois da separação se possa chegar a uma federação". Isto é o que dizia Marx a Engels na carta de 2 de novembro de 1867. E em outra carta, de 30 de novembro do mesmo ano, agregava: "Que conselho devemos dar aos operários ingleses? A meu juízo, deben fazer da ruptura a união" (de Irlanda com Inglaterra, quer dizer, da separação da Irlanda da Inglaterra) "um ponto de sua declaração, em poucas palavras, o assunto de 1783, mas democratizado e adaptado às condições do momento. Esta é a única forma legal e, por conseguinte, a única possível de emancipação dos irlandeses que pode entrar no programa de um partido inglês. A experiência haverá de mostrar mais tarde se a simples união pessoal pode seguir existindo entre os dois países... "...O que necessitam os irlandeses é: "1) Autonomia e independência em relação à Inglaterra. "2) Uma revolução agrária..." Como Marx concedia imensa importância ao problema da Irlanda, dava conferências de hora e meia sobre este tema na União Operária alemã (carta de 17 de dezembro de 1867). Em uma carta de 20 de novembro de 1868, Engels assinala "o ódio que existe entre os operários ingleses e irlandeses", e no decorrer de um ano, pouco mais ou menos (24 de outubro de 1869), voltando a este tema, escreve: "De Irlanda a Rússia il n'y a qu'un pas (não há mais que um passo)... Pelo exemplo da história irlandesa se pode ver que desgraça é para um povo haver subjugado outro. Todas as infâmias inglesas têm sua origem na esfera irlandesa. Todavía tenho que estudar a época de Cromwell; mas, de todo modo, não me cabe a menor dúvida de que, também na Inglaterra, as coisas haveriam tomado outro cariz, se não houvesse sido necessário dominar pelas armas Irlanda e criar uma nova aristocracia". Assinalaremos de passagem a carta de Marx a Engels de 18 de agosto de 1869: "Em Posnania, os operários polacos tiveram uma greve vitoriosa graças à ajuda de seus camaradas de Berlim. Esta luta contra "o senhor capital" – inclusive em sua forma inferior, na forma de greves - terminará com os preconceitos nacionais de um modo mais sério que as declamações sobre a paz na boca dos senhores burgueses". Pelo que segue, se pode ver a política que Marx aplicava na Internacional em relação ao problema irlandês. Em 18 de novembro de 1869 Marx escreveu a Engels que havia pronunciado no Conselho da Internacional um discurso de uma hora e quinze minutos sobre a atitude do governo britânico ante a anistia irlandesa e que havia proposto a seguinte resolução: "Se recorda que, em sua resposta à exigência irlandesa de por em liberdade aos patriotas irlandeses, o senhor Gladstone ultraja deliberadamente a nação irlandesa; que Gladstone liga a anistia política a condições igualmente humilhantes tanto para as vítimas do mal governo como para o povo representado por esse governo; o direito das nações à autodeterminação que Gladstone, se bem obrigado por sua situação oficial, aplaudiu pública e solenemente a revolta dos escravistas norteamericanos e agora se põe a predicar ao povo irlandês a doutrina da submissão passiva; que, no tocante à anistia irlandesa, toda sua política em uma autêntica manifestação da "política de conquista" que desmascarou o senhor Gladstone, derrubando deste modo o ministério de seus adversários, os tories¹¹³; que o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores expressa sua admiração ante a valentia, a firmeza e a elevação de espírito com que o povo irlandês desfrauda sua campanha pela anistia; que esta resolução deverá ser comunicada a todas as seções da Associação Internacional dos Trabalhadores e a todas as organizações operárias da Europa e América que estejam relacionadas com ela". Em 10 de dezembro de 1869 Marx escreve que seu informe sobre o problema irlandês no Conselho da Internacional terá a estrutura seguinte: ...Independentemente de toda frase "internacionalista" e "humanitária" sobre "justiça para Irlanda" - porque isto se sobre-entende no Conselho da Internacional-, o interesse absoluto e direto da classe trabalha-

dora inglesa exige a ruptura de sua atual união com Irlanda. Estou profundamente convencido disso, e as razões não as posso revelar, em parte, aos próprios operários ingleses.

Acreditei durante muito tempo que a ascendência da classe operária inglesa permitiria derrubar o regime irlandês. Defendi sempre esta opinião no New York Daily Tribune¹¹⁴ (jornal norteamericano no qual Marx colaborou muito tempo). Um estudo mais profundo me persuadiu do contrário. A classe operária inglesa não fará nada enquanto não se desembarace da Irlanda... A reação inglesa ,na Inglaterra, tem suas raízes na submissão da Irlanda" (sublinhado por Marx). Agora terá o leitor bem nítido qual era la política de Marx no problema irlandês. O "utopista" Marx era tão "pouco prático" que estava a favor da separação da Irlanda, separação que, meio século mais tarde, não se realizou ainda. A que se deve esta política de Marx? Não foi por acaso um erro? A princípio, Marx acreditava que o movimento que liberaria Irlanda seria o movimento operário da nação opressora e não o nacional da nação oprimida. Marx, sabedor de que só a vitória da classe operária poderá trazer a liberação completa de todas as nações, não faz dos movimentos nacionais algo absoluto. É impossível ter em conta de antemão todas as correlações que podem se estabelecer entre os movimentos burgueses de liberação nas nações oprimidas e o movimento proletário de liberação na nação opressora (precisamente isto é o que faz tão difícil o problema nacional na Rússia contemporânea).

Mas as coisas aconteceram de uma maneira que a classe operária inglesa caiu por um período bastante longo sob a influência dos liberais, indo atrás deles, decapitando-se ela mesma com uma política operária liberal. O movimento burguês de liberação na Irlanda se acentuou e adquiriu formas revolucionárias. Marx então revisou sua opinião e a corrigiu. "Qué desgraça é para um povo o fato de oprimir a outro". A classe operária da Inglaterra não poderá se liberar, enquanto Irlanda não se libere do jugo inglês. A escravização da Irlanda fortalece e nutre a reação na Inglaterra (assim como nutre a reação na Rússia o submetimento de uma série de nações).

E Marx, ao fazer aprovar na Internacional uma resolução de simpatia pela "nação irlandesa", pelo "povo irlandês" (o inteligente L. VI. faria, seguramente, em pedaços o pobre Marx por haver se esquecido da luta da classe!), levanta a separação da Irlanda da Inglaterra, "embora depois da separação possa se chegar a uma federação". Quais são as premissas teóricas desta conclusão de Marx? Na Inglaterra faz já muito tempo que, em geral, terminou a revolução burguesa. Mas não é assim na Irlanda, onde estão terminando agora, meio século depois, as reformas dos liberais ingleses. Se o capitalismo tivesse sido derrubado na Inglaterra com a rapidez que esperava Marx ao princípio, não haveria lugar na Irlanda para um movimento democrático burguês do conjunto da nação. Mas, posto que surgiu, Marx aconselha aos operários ingleses que o apoiem, que lhe imprimam um impulso revolucionário, que o levem a termo para o bem de sua própria liberdade.

Na década de 60 do século passado, as relações econômicas entre Irlanda e Inglaterra eram, desde logo, mais estreitas ainda que as relações entre Rússia e Polônia, Ucrânia, etc. Saltava à vista que a separação da Irlanda era "pouco prática", "irrealizável" (embora só fosse por sua situação geográfica e pelo imenso poderio colonial da Inglaterra). Sendo em princípio inimigo do federalismo, Marx admite, neste caso, inclusive a federação* desde que a liberação da Irlanda não se faça por via reformista, mas sim revolucionária, pelo movimento das massas do povo na Irlanda, apoiado pela classe operária da Inglaterra. Não pode haver nenhuma dúvida de que só uma solução semelhante deste problema histórico haveria sido a mais benéfica para o proletariado e para um rápido desenvolvimento social. Mas as coisas se sucederam de outro modo. Tanto o povo irlandês como o proletariado inglês, acabaram sendo débeis. Só agora, por míseros compromissos entre os liberais ingleses e a burguesia irlandesa, fé resolvido (o

exemplo de Ulster demonstra com que dificuldade) o problema irlandês com uma reforma agrária (com indenização) e a autônoma (sem estabelecer ainda). E? Se deve por acaso deduzir disto que Marx e Engels eram "utopistas", que apresentavam reivindicações nacionais "irrealizáveis", que cediam à influência dos nacionalistas irlandeses, pequenos burgueses (é indubitável o caráter pequeno-burguês do movimento dos "fenianos"), etc. Não. Marx e Engels levantaram, também na questão irlandesa, uma política consequentemente proletária, uma política que educará de verdade as massas no espírito da democracia e do socialismo. Só esta política podia salvar, tanto a Irlanda como a Inglaterra, de adiar por meio século as transformações necessárias e de que os liberais as desfigurassem para complacência da reação. A política de Marx e Engels no problema irlandês constitui um magnífico exemplo da atitude que deve manter o proletariado das nações opressoras ante os movimentos nacionais, e este exemplo ha conservou, até hoje em dia, um valor prático enorme: esta política é uma advertência contra a "precipitação lacaia" com que os pequenos burgueses de todos os países, línguas e cores se apressam a declarar "utópica" a modificação das fronteiras dos Estados criados pelas violências e privilégios dos latifundiários e da burguesia de uma nação. Se o proletariado da Irlanda e o da Inglaterra não tivessem adotado a política de Marx, se não tivessem feito sua a consigna de separação da Irlanda, isso haveria sido o pior dos oportunismos da sua parte, haveria significado um esquecimento das missões de um democrata e de um socialista, uma concessão à reação e à burguesia inglesas. * Comparem, ademais, a carta de Marx a Engels del 3 de junho de 1867: —...Pelas crônicas de Paris do Times¹¹¹ soube com verdadeira satisfação das exclamações "polonófilas" dos parisienses contra Rússia... O senhor Proudhon e sua minúscula camarilha doutrinária não são o povo francês.

10. Conclusão

Façamos o balanço. Desde o ponto de vista da teoria do marxismo em geral, o problema do direito à autodeterminação não apresenta dificuldades. Não se pode nem falar sério em colocar em dúvida o acordo de Londres de 1896, nem de que por autodeterminação se entende unicamente o direito à separação, nem de que a formação de Estados nacionais independentes é uma tendência de todas as revoluções democráticas burguesas. Até certo ponto, cria a dificuldade o fato de que na Rússia lutam e devem lutar juntos o proletariado das nações oprimidas e o proletariado da nação opressora. A tarefa consiste em salvaguardar a unidade da luta de classe do proletariado pelo socialismo, repelir todas as influências burguesas e ultrarreacionárias do nacionalismo. Entre as nações oprimidas, a separação do proletariado em um partido independente conduz às vezes a uma luta tão encarniçada contra o nacionalismo da nação de que se trata, que se deforma a perspectiva e se esquece do nacionalismo da nação opressora. Mas esta deformação da perspectiva é possível tão só durante curto tempo. A experiência da luta conjunta dos proletários de nações diferentes prova com demasiada nitidez que nós devemos colocar os problemas políticos desde o ponto de vista de toda Rússia, e não desde o "de Cracóvia". Enquanto, na política de toda Rússia dominam os Purishkévich e os Kokoshkin predominam suas idéias; e a perseguição dos habitantes alógenos por "separatismo", por pensar na separação, é defendida e levada à prática na Duma, nas escolas, nas igrejas, nos quartéis, em centenas e milhares de jornais. Todo o clima político da Rússia inteira está cheio do veneno deste nacionalismo russo.

A desgraça do povo consiste em que, ao escravizar a outros povos, afiança a reação em toda Rússia. As recordações de 1849 y 1863 constituem uma tradição política viva que, se não produzem tempestades de proporções muito grandes, ameaçará durante longos decênios dificultar todo movimento democrático e, sobretudo, socialdemocrata. Não pode haver dúvida de que,

por natural que pareça às vezes o ponto de vista de alguns marxistas das nações oprimidas (cuja "desgraça" consiste às vezes em que as massas da população ficam deslumbradas pela ideia de "sua" liberação nacional), na prática, tendo em conta a correlação objetiva das forças das classes na Rússia, a renúncia a defender o direito à autodeterminação equivale ao pior oportunismo, a contagiar o proletariado com as idéias dos Kokoshkin. E estas idéias são, no fundo, as ideias e a política dos Purishkévich. Por isso, se o ponto de vista de Rosa Luxemburgo podia justificarse al principio como estrechez específica polaca, "de Cracovia"*, agora, quando em todas as partes tem se acentuado o nacionalismo e, sobretudo, o nacionalismo governamental, russo, quando é este nacionalismo o que dirige a política, semelhante estreiteza é a imperdonável. Na prática se aferram a ela os oportunistas de todas as nações, temerosos ante a idéia de "tempestades" e de "saltos", que consideram terminada a revolução democrática burguesa e vão atrás do liberalismo dos Kokoshkin. O nacionalismo russo, como todo nacionalismo, atravessará distintas fases, segundo predominem no país burguês umas ou outras classes. Até 1905, quase não conhecemos mais que nacional-reacionários. Depois da revolução surgira, em nosso país nacional-liberais. Esta é a posição que ocupam de fato em nosso país os outubristas como os democratas constitucionalistas (Kokoshkin), quer dizer, toda a burguesia contemporânea. No futuro é inevitável que surjam democratas nacionais russos. Um dos fundadores do partido "socialista popular"¹¹⁹, o senhor Peshejónov, já expressou este ponto de vista quando exortava (no fascículo de agosto de Rússkoie Bogatstvo¹²⁰ o direito das nações à autodeterminação de 1906) a proceder com prudência em relação aos preconceitos nacionalistas do mujik. Por muito que caluniem a nós, bolcheviques, dizendo que "idealizamos" o mujik, nós sempre distinguimos e distinguiremos rigorosamente entre o juízo do mujik e o preconceito do mujik, entre o espírito democrático do mujik contra Purishkévich e a tendência do mujik a transigir com o pope e o latifundiário.

A democracia proletária deve ter em conta o nacionalismo dos camponeses russos (não no sentido de concessões, mas sim no sentido de luta) já agora, e o terá em conta, provavelmente durante um período bastante prolongado**. O despertar do nacionalismo nas nações oprimidas, que tem se mostrado com tanta força depois de 1905 (recordemos ainda que somente o grupo de "autonomistas-federalistas" da I Duma, o ascenso do movimento ucraniano, do movimento musulmano, etc.), provocará inevitavelmente um recrudescimento do nacionalismo da pequena burguesia russa na cidade e no campo. Quanto mais lenta seja a transformação democrática da Rússia, tanto mais determinados, duros e ferozes serão o fustigamento nacional e as discórdias entre a burguesia das diversas nações. O singular espírito reacionário dos Purishkévich russos engendrará (e intensificará) ao mesmo tempo tendências "separatistas" em umas ou outras nações oprimidas, que às vezes gozam de uma liberdade muito maior nos Estados vizinhos. Semelhante estado de coisas coloca ao proletariado da Rússia uma dupla tarefa, ou melhor, bilateral: lutar contra todo nacionalismo e, em primeiro termo, contra o nacionalismo russo; reconhecer não só a completa igualdade de direitos de todas as nações em geral, mas também a igualdade de direitos em relação à edificação estatal, quer dizer, o direito das nações à autodeterminação, à separação; e, ao mesmo tempo e precisamente no interesse do êxito da luta contra toda classe de nacionalismos de todas as nações, levantar a unidade da luta proletária e das organizações proletárias, sua mais íntima fusão em uma comunidade internacional, a despeito das tendências burguesas ao isolamento nacional. Completa igualdade de direitos das nações; direito de autodeterminação das nações; fusão dos operários de todas as nações; este é o programa nacional que ensina aos trabalhadores o marxismo, que ensina a experiência do mundo inteiro e a experiência da Rússia.

O presente artigo estava já pronto quando recebi o número 3 de _asha Rabóchaya Gazeta¹²¹, onde o senhor V. Kosovski escreve sobre o reconhecimento do direito à autodeterminação para todas as nações: "Mecanicamente transposto da resolução do I Congresso do partido (1898) que, por sua vez, o tomou dos acordos dos congressos socialistas internacionais, este direito, conforme se pode ver pelos debates, era interpretado pelo Congresso de 1903 no mesmo sentido que lhe dava a Internacional Socialista: no sentido da autodeterminação política, quer dizer, da autodeterminação da nação para a independência política. Deste modo, a fórmula de autodeterminação nacional, que significa o direito à separação territorial, não diz respeito para nada ao problema de como regular as relações nacionais dentro de um organismo estatal determinado para as nações que não possam ou não queiram sair do Estado existente". Por onde se pode ver que o senhor V. Kosovski teve nas mãos as atas do II Congresso de 1903 e conhece perfeitamente o verdadeiro (e único) sentido do conceito de autodeterminação. Comparem com isto o fato de que a redação do jornal bundista Zait solte o senhor Libman para que se mofe do programa e lhe impute falta de nitidez!! Extranhos hábitos "de partido" possuem os senhores bundistas... Só "Alá sabe" por que Kosovski declara que aceitar o congresso a autodeterminação é uma transposição mecânica. Há pessoas que "querem fazer objeções", mas não vão ao fundo do assunto, não sabem quais, nem como, nem porque, nem para que fazê-las. Escrito entre fevereiro e maio de 1914. Publicado de abril a junho de 1914, nos números 4, 5 e 6 da revista" ** Seria interessante seguir o processo de modificação, por exemplo, do nacionalismo em Polônia, passando de nacionalismo aristocrático a nacionalismo burguês e depois a nacionalismo camponês. Ludwig Bernhard, em seu livro "Os polacos na Prússia" (há uma tradução russa), se colocando ele mesmo no ponto de vista de um Kokoshkin alemão, descreve um fenômeno extraordinariamente característico: a formação de uma, espécie de "república camponesa" de polacos na Alemanha, na forma de estreita agrupação de toda classe de cooperativas e demais uniões dos camponeses polacos em luta pela nação, pela religião, pela terra "polaca". O jugo alemão agrupou os polacos, lhes fez voltar-se sobre si mesmos, despertando o nacionalismo, a princípio, na aristocracia, depois nos burgueses e, por último, na massa camponesa (sobretudo depois de que os alemães iniciaram em 1873 uma campanha contra o idioma polonês nas escolas). Para este mesmo esse mesmo lado vão as coisas na Rússia, e não só pelo que se refere à Polônia.

Texto 5: Lênin e o Movimento Feminino (Clara Zetkin — in Notas de Meu Diário. Lênin, Tal Como Era. Páginas escritas depois da morte de Lênin. Fonte: O Socialismo e a Emancipação da Mulher, Editorial Vitória, 1956.

O camarada Lênin falou-me várias vezes sobre a questão feminina, à qual atribuía grande importância, uma vez que o movimento feminino era para ele parte integrante e, em certas ocasiões, parte decisiva do movimento de massas. É desnecessário dizer que ele considerava a plena igualdade social da mulher como um princípio indiscutível do comunismo.

Nossa primeira conversa longa sobre esse assunto ocorreu no outono de 1920, em seu grande gabinete, no Kremlin. Lênin estava sentado diante de sua mesa coberta de livros e de papéis, que indicavam seu tipo de ocupação e seu trabalho, mas sem exibir «a desordem dos gênios».

«Devemos criar necessariamente um poderoso movimento feminino internacional, fundado sobre uma base teórica clara e precisa» — começou ele, depois de haver-me saudado. «É claro que não pode haver uma boa prática sem teoria marxista. Nós, comunistas, devemos

manter sobre tal questão nossos princípios, em toda sua pureza. Devemos distinguir-nos claramente de todos os outros partidos. Infelizmente, nosso II Congresso Internacional não teve tempo de tomar posição sobre esse ponto, embora a questão feminina tivesse sido ali levantada. A culpa é da comissão, que faz com que as coisas se arrastem. Ela deve elaborar uma resolução, teses, uma linha precisa. Mas até agora seus trabalhos não avançaram muito. Deveis ajudá-la.»

Já ouvira falar do que agora me dizia Lênin e expressei-lhe meu espanto. Era uma entusiasta de tudo quanto haviam feito as mulheres russas durante a revolução, de tudo quanto ainda faziam para defendê-la e para ajudá-la a desenvolver-se. Quanto à posição e à atividade das mulheres no Partido Bolchevique, parecia-me que, por este lado, o Partido se mostrava realmente à altura de sua tarefa. Só o Partido Bolchevique fornece quadros experimentados, preparados, para o movimento feminino comunista internacional e, ao mesmo tempo, servia de grande exemplo histórico.

«Exato, exatíssimo» — observou Lênin com um leve sorriso. «Em Petrogrado, em Moscou, nas cidades e nos centros industriais afastados, o comportamento das mulheres proletárias durante a revolução foi soberbo. Sem elas, muito provavelmente não teríamos vencido. Essa é minha opinião. De que coragem deram provas e que coragem mostram ainda hoje! Imaginai todos os sofrimentos e as privações que suportaram... Mas mantêm-se firmes, não se curvam, porque defendem os soviets, porque querem a liberdade e o comunismo.

Sim, as nossas operárias são magníficas, são verdadeiras lutadoras de classes. Merecem nossa admiração e nosso afeto.

Sim, possuíamos em nosso Partido companheiras seguras, capazes e incansáveis. Podemos confiar-lhes postos importantes nos soviets, nos comitês executivos, nos Comissariados do Povo, na administração. Muitas delas trabalham dia e noite no Partido ou entre as massas proletárias e camponesas, ou no Exército Vermelho. Tudo isso é muitíssimo precioso para nós. E é importante para as mulheres do mundo inteiro, porque comprova a capacidade das mulheres e o elevado valor que tem seu trabalho, para a sociedade.

A primeira ditadura do proletariado abre verdadeiramente o caminho para a completa igualdade social da mulher. Elimina mais preconceitos que a montanha de escritos sobre a igualdade feminina. E apesar de tudo isso, não possuímos ainda um movimento feminino comunista internacional. Mas devemos chegar a formá-lo, a todo custo. Devemos proceder imediatamente à sua organização. Sem esse movimento, o trabalho de nossa Internacional e das suas seções será incompleto e assim permanecerá.

Nosso trabalho revolucionário deve ser conduzido até o fim. Mas, disse-me, como vai o trabalho comunista no exterior?»

Transmiti-lhe todas as informações que havia conseguido recolher; informações limitadas, em virtude dos elos débeis e irregulares que então existiam entre os partidos aderentes à Internacional Comunista. Lênin, um pouco inclinado para a frente, escutava atento, sem nenhum sinal de aborrecimento, de impaciência ou cansaço. Interessava-se vivamente mesmo por detalhes de importância secundária.

Não conheço ninguém que saiba escutar melhor que ele, classificar tão rapidamente os fatos e coordená-los, como se podia ver pelas perguntas breves, mas sempre muito precisas, que me dirigia, de vez em quando, enquanto eu falava e pela maneira de voltar depois a algum detalhe de nossa conversa. Ele havia tomado algumas notas breves.

Naturalmente falei principalmente da situação na Alemanha. Disse-lhe que Rosa considerava da maior importância conquistar para a luta revolucionária as massas femininas. Quando se formou o Partido Comunista, Rosa insistiu para que se publicasse um jornal dedicado ao

movimento feminino. Quando Leo Jogiches examinava comigo o plano de trabalho do Partido, durante nosso último encontro, trinta e seis horas antes que o assassinassem, e me confiava algumas tarefas a realizar, "incluía também um plano de organização para as operárias. Essa questão já fora tratada na primeira conferência ilegal do Partido. Os propagandistas e os dirigentes mais preparados e experientes, que se haviam distinguido antes da guerra e durante a mesma, haviam permanecido quase todos nos partidos socialdemocratas das duas tendências, exercendo uma grande influência sobre as massas conscientes e ativas de operárias. Todavia, mesmo entre as mulheres, se havia formado um núcleo de camaradas enérgicas e cheias de abnegação, que participavam de todo o trabalho e da luta de nosso Partido. O Partido, por sua vez, estava desenvolvendo uma ação metódica entre as operárias. Tratava-se apenas do começo, mas de um bom começo.

«Não vai mal, de fato não vai mal» — disse Lênin. «A energia, o espírito de abnegação e o entusiasmo das mulheres comunistas, sua coragem e sua inteligência no período da ilegalidade ou de semilegalidade, abrem uma bela perspectiva para o desenvolvimento desse trabalho. Apoderar-se das massas e organizar sua ação, eis os elementos preciosos para o desenvolvimento e o reforço do partido.

Mas, em que ponto estais, no que se refere à compreensão exata da base dessa ação? Como ensinai às camaradas? Esse problema tem uma importância decisiva para o trabalho que se deve desenvolver entre as massas. Exerce uma grande influência, porque penetra justamente no coração da massa, porque a atrai para nós e a inflama. Não consigo recordar-me agora quem foi que disse: nada se faz de grande sem paixão. Ora, nós e os trabalhadores do mundo inteiro temos ainda, de fato, grandes coisas a realizar.

Assim, o que anima vossas camaradas, as mulheres proletárias da Alemanha? Em que ponto está sua consciência de classe, de proletárias? Seus interesses, sua atividade se volta para as reivindicações políticas do momento? Sobre que se concentra sua atenção?

A esse respeito, ouvi dizer coisas estranhas, das camaradas russas e alemãs. Devo contar-vos. Foi-me dito que uma comunista muito qualificada publica em Hamburgo um jornal para as prostitutas e tenta organizar essas mulheres para a luta revolucionária. Rosa agiu como comunista ao escrever um artigo no qual tomava a defesa das prostitutas, que são lançadas à prisão por infrações a qualquer regulamento da polícia referente à sua triste profissão. Duplamente vítimas da sociedade burguesa, as prostitutas merecem ser lamentadas. São vítimas, antes de tudo, do maldito sistema da propriedade, depois do maldito moralismo hipócrita. Somente os brutos ou os míopes podem esquecê-lo.

No entanto, não se trata de considerar as prostitutas como, por assim dizer, um setor especial da frente revolucionária e de publicar para elas um jornal especial.

Será que não existem, talvez, na Alemanha, operárias industriais para organizar, para educar com um jornal, para arrastar à luta? Eis aí um desvio mórbido. Isso me recorda muito a moda literária em que toda prostituta era apresentada como uma doce madona. É verdade que mesmo naquele caso a 'raiz' era sã: a compaixão social, a indignação contra a hipocrisia virtuosa da honrada burguesia. Mas essa raiz sã, sofrendo a contaminação burguesa, apodreceu. Em geral, a prostituição, mesmo no nosso país, colocará diante de nós numerosos problemas de difícil solução. Trata-se de reconduzir a prostituta ao trabalho produtivo, de indicar-lhe um lugar na economia social; o que, no estado atual de nossa economia e nas condições atuais, é uma coisa complicada e dificilmente realizável. Eis portanto um aspecto da questão feminina que, depois da conquista do poder pelo proletariado, se apresenta em toda a amplitude e exige solução. Na Rússia soviética, esse problema dará ainda pano para mangas. Mas voltemos ao vosso caso particular na Alemanha. O Partido não pode tolerar, em nenhum caso, semelhantes

atos, não autorizados, por parte de seus membros. Isso confunde as coisas e desagrega nossas forças. Que fizestes para impedi-lo?»

Sem esperar minha resposta, Lênin continuou:

«A lista de vossos pecados, Clara, ainda não terminou. Ouvei dizer que, em vossas reuniões noturnas dedicadas à leitura e aos debates com as operárias, ocupai-vos sobretudo com as questões do sexo e do casamento. Esse assunto estaria no centro de vossas preocupações, de vossa instrução política e de vossa ação educativa! Não acreditei no que ouvi.

O primeiro estado no qual se realizou a ditadura proletária está cercado de contrarrevolucionários de todo o mundo. A situação da própria Alemanha exige a máxima união de todas as forças revolucionárias proletárias para repelir os ataques sempre mais vigorosos da contra-revolução. E, agora, justamente agora, as comunistas ativas tratam da questão sexual, das formas de casamento no passado, no presente e no futuro, julgam que seu primeiro dever é instruir as operárias nessa ordem de ideias. Disseram-me que o folheto de uma comunista vienense sobre a questão sexual tivera amplíssima difusão. Que tolice, esse folheto! As poucas noções exatas que contém, as operárias já as conhecem desde Bebel e não sob a forma de um esquema árido e desinteressante, como no folheto, mas sob a forma de uma propaganda apaixonante, agressiva, cheia de ataques contra a sociedade burguesa. As hipóteses freudianas mencionadas no folheto em questão conferem ao mesmo um caráter que se pretende 'científico', mas no fundo se trata de uma confusão superficial. A própria teoria de Freud não é hoje senão um capricho da moda. Não tenho confiança alguma nessas teorias expostas em artigos, apreciações, folhetos etc., em resumo, nessa literatura específica que floresce com exuberância no terço da sociedade burguesa. Desconfio daqueles que estão absorvidos constantemente e obstinadamente com as questões do sexo, como o faquir hindu com a contemplação do próprio umbigo.

Parece-me que essa abundância de teorias sexuais, que não são em grande parte senão hipóteses arbitrarias, provém de necessidades inteiramente pessoais, isto é, da necessidade de justificar aos olhos da moral burguesa a própria vida anormal ou os próprios instintos sexuais excessivos e de fazê-la tolerá-los.

Esse respeito velado pela moral burguesa repugna-me tanto quanto essa paixão pelas questões sexuais. Tem um belo revestimento de formas subversivas e revolucionárias, mas essa ocupação não passa, no fim das contas, de puramente burguesa. A ela se dedicam de preferência os intelectuais e as outras camadas da sociedade que lhes são próximas. Para tal tipo de ocupação não há lugar no Partido, entre o proletariado que luta e tem consciência de classe.»

Fiz notar que as questões sexuais e matrimoniais, no regime de propriedade privada, suscitavam múltiplos problemas, que eram causa de contradições e de sofrimentos para as mulheres de todas as classes e de todas as camadas sociais. A guerra e suas consequências, disse eu, agravaram ao extremo para a mulher as contradições e os sofrimentos que existiam antes, nas relações entre os sexos. Os problemas, ocultos até então, foram agora revelados aos olhos das mulheres e isto na atmosfera da revolução recém-começada. O mundo, dos velhos sentimentos, das velhas ideias desmorona por toda parte. Os vínculos sociais, de uma só vez, se enfraquecem e se rompem. Veem-se surgir os germes de novas premissas ideológicas, que ainda não tomaram forma, para as relações entre os homens. O interesse que essas questões suscitam exprime a necessidade de uma nova orientação. Surge ainda a reação que se produz contra as deformações e as mentiras da sociedade burguesa. A mudança das formas matrimoniais e familiares no curso da História, em sua dependência da economia, constituem um bom meio para varrer do espírito das operárias a crença na perpetuidade da sociedade burguesa.

Fazer a crítica histórica dessa sociedade significa dissecar sem piedade a ordem burguesa, desnudar sua essência e suas consequências e estigmatizar além disso a falsa moral sexual. Todos os caminhos levam a Roma. Toda análise verdadeiramente marxista de uma parte importante da superestrutura ideológica da sociedade ou de um fenômeno social importante deve conduzir à análise da ordem burguesa e de sua base, a propriedade privada; cada uma dessas análises deve conduzir a esta conclusão: «É preciso destruir Cartago.»

Lênin sorria e fazia com a cabeça sinais de aprovação

«Muito bem. Tendes o ar de um advogado que defende seus companheiros e seu partido. Sem dúvida, o que dissestes é justo. Mas poderia servir apenas para desculpar o erro cometido na Alemanha, não para justificá-lo. Um erro cometido continua a ser um erro. Podeis garantir-me seriamente que as questões sexuais e matrimoniais são discutidas em vossas reuniões sempre do ponto de vista do materialismo histórico vital, bem compreendido? Isso exige conhecimentos vastos, aprofundados, conhecimento marxista, claro e preciso, de uma enorme quantidade de materiais. Dispondes, neste momento, das forças necessárias? Em caso afirmativo, não teria sucedido que um folheto, como aquele do qual falamos, fosse usado como material de estudo em vossas reuniões noturnas, dedicadas à leitura e ao debate. Aquele folheto é recomendado e difundido, ao invés de ser criticado. A que conduz, na final das contas, esse exame insuficiente e não marxista da questão? Ao seguinte: a que os problemas sexuais e matrimoniais não sejam vistos como parte da principal questão social e que, ao contrário, a grande questão social, apareça como parte, como apêndice do problema sexual. A questão fundamental é relegada a segundo plano, como secundária. Isso não só prejudica a clareza da questão, mas obscurece o pensamento em geral, a consciência de classe das operárias.

Outra observação, que não é inútil. O sábio Salomão dizia: cada coisa a seu tempo. Peço-vos responder: é precisamente este o momento de manter ocupadas as operárias, meses inteiros, para falar-lhes do modo como se ama ou se é amado, do modo como se faz a corte ou se aceita a corte entre os vários povos, tanto no passado, como no presente e no futuro? E é isso que se denomina orgulhosamente de materialismo histórica! Neste momento, todos os pensamentos das operárias, das mulheres trabalhadoras devem estar voltados para a revolução proletária. Ela é que criará inclusive base para as novas condições de casamento e novas relações entre os sexos. Agora, realmente, devem passar para primeiro plano outros problemas, que não aqueles que se referem às formas de casamento entre os maorís da Austrália ou os casamentos realizados entre consanguíneos na antiguidade.

A História põe hoje na ordem do dia do proletariado alemão a questão dos soviets, do tratado de Versalhes e da sua influência sobre a vida das massas femininas, o problema do desemprego, da rebaixa dos salários, dos impostos e muitas outras coisas. Em suma, penso que tal modo de educação política e social das operárias não é absolutamente o que deve ser feito. Como vos pudestes calar? Devíeis ter usado vossa autoridade!»

Ao meu amigo, que me criticava, expliquei que não havia perdido ocasião para criticar, para replicar às camaradas dirigentes, para fazer ouvir minha voz em diferentes lugares, mas ele devia saber que ninguém é profeta em sua terra, nem em sua família. Com a minha crítica tornava-me suspeita de continuar ainda fiel às sobrevivências da ideologia social-democrata e do espírito pequeno-burguês de velho estilo. No entanto, minha crítica acabou por dar seus frutos. Os problemas do sexo e do casamento não estavam mais no centro das nossas discussões em nossos círculos e em nossas reuniões noturnas destinadas aos debates.

Lênin continuou a desenvolver seu pensamento.

«Eu sei, eu sei» — disse ele. «Também me acusam de filisteísmo. Mas isso não me perturba. Os pássaros que mal saíram do ovo das concepções burguesas crêem-se sempre terri-

velmente inteligentes. É preciso ter calma. O próprio movimento juvenil está contaminado pela tendência moderna e pela predileção desmedida pelos problemas sexuais.»

Lênin sublinhou com ironia a palavra «moderna», com ar de desaprovação.

«Disseram-me que os problemas sexuais são mesmo um assunto predileto das vossas organizações juvenis. Nunca faltam relatores sobre esse assunto. Isto é particularmente escandaloso, particularmente deletério para o movimento juvenil. Tais assuntos podem contribuir facilmente para excitar, para estimular a vida sexual de certos indivíduos, para destruir a saúde e a força da juventude. Deveis lutar também contra essa tendência. O movimento feminino e o juvenil têm muitos pontos de contato. Nossas camaradas comunistas devem fazer, portanto, junto com os jovens, um trabalho sistemático. Isso trará como resultado elevá-las, transportá-las do mundo da maternidade individual para o da maternidade social. É preciso contribuir para todo despertar da vida social e da atividade da mulher, para ajudá-la a elevar-se acima da mentalidade estreita pequeno-burguesa, individualista, da sua vida doméstica e familiar.

Mesmo entre nós, uma grande parte da juventude trabalha diariamente para rever a concepção burguesa da 'moral' nos problemas sexuais. E devo dizê-lo, é a elite de nossa juventude, aquela que realmente promete muito. Como observastes, nas condições criadas pela guerra e pela revolução, os antigos valores ideológicos são abalados, perdem sua força. Os novos valores só se cristalizam lentamente, através da luta.

As concepções sobre as relações entre o homem e a mulher são transtornadas, assim como os sentimentos e as ideias. Delimitam-se de novo os direitos do indivíduo e os da coletividade e, por isso, os deveres do indivíduo. É um processo lento e muitas vezes doloroso, de perecimento e de nascimento. Isso é igualmente verdade no terreno das relações sexuais, do casamento e da família. A decadência, a putrefação, a lama do casamento burguês, com as suas dificuldades de dissolução, com a liberdade para o marido e a escravidão para a mulher, a mentira infame da moral sexual e das relações sexuais enchem os melhores homens de um desgosto profundo.

O jugo que as leis do Estado burguês fazem pesar sobre o casamento e a família agrava ainda mais o mal e torna os conflitos mais agudos. É o jugo da 'sagrada propriedade' que sanciona a venalidade, a baixeza, a obscenidade. E a hipocrisia convencional da 'honrada' sociedade burguesa faz o resto.

As pessoas começarão a revoltar-se contra essas deformações da natureza. E na época em que vacilam Estados poderosos, em que desaparecem antigas formas de dominação, em que todo um mundo social perece, os sentimentos do indivíduo isolado se modificam rapidamente.

Difunde-se uma sede ardente de prazeres fáceis. As formas do casamento e das relações entre os sexos, no sentido burguês, já não satisfazem. Nesse terreno, aproxima-se uma revolução que corresponde à revolução proletária. Compreende-se que todo esse novelo extraordinariamente intrincado de problemas preocupa profundamente tanto às mulheres como os jovens. Uns e outros sofrem particularmente da atual confusão nas relações sexuais. A juventude protesta contra esse estado de coisas com o ardor barulhento própria da idade. É compreensível. Nada seria mais falsa que pregar à juventude o ascetismo monástico e a santidade da imundície burguesa. Mas não está bem, penso eu, que os problemas sexuais colocados em primeiro plano por razões naturais, se tornem nestes anos a preocupação principal dos jovens. As conseqüências, algumas vezes, poderiam ser fatais.

Em sua nova atitude diante das questões concernentes à vida sexual, a juventude se apega, naturalmente, aos princípios, à teoria. Muitos qualificam sua posição de 'revolucionária' e 'comunista'. Creem sinceramente que assim seja. Não nos ouvem, a nós, velhos. Embora eu

não seja absolutamente um asceta melancólico, essa nova vida sexual da juventude e frequentemente, dos adultos, me parece muitas vezes totalmente burguesa, um dos múltiplos aspectos de um lupanar burguês. Tudo isso nada tem a ver com a 'liberdade do amor', tal como nós comunistas a concebemos. Conheceis, sem dúvida, a famosa teoria segundo a qual, na sociedade comunista, satisfazer o instinto sexual e o impulso amoroso é tão simples e tão insignificante como beber um copo de água. Essa teoria do 'copo de água' deixou a nossa juventude louca, inteiramente louca.

Ela foi fatal a muitos rapazes e moças. Seus defensores afirmam que é uma teoria marxista. Belo marxismo esse para o qual todos os fenômenos e todas as modificações que se dão na superestrutura ideológica da sociedade decorrem de pronta, em linha direta e sem quaisquer reservas, unicamente da base econômica! A coisa não é tão simples como parece. Um certo Frederich_Engels, já há muito tempo, salientou em que consiste verdadeiramente o materialismo histórico.

Considero a famosa teoria do 'copo de água' como não marxista e, além disso, como anti-social. Na vida sexual se manifesta não só aquilo que deriva da natureza, mas também o que nos dá a cultura, quer se trate de coisas elevadas ou inferiores.

Engels, em sua Origem da Família, mostra toda a importância do desenvolvimento e de aprimoramento do amor sexual. As relações entre os sexos não são simplesmente a expressão da ação da economia social e da necessidade física, dissociadas no pensamento por uma análise psicológica.

A tendência a atribuir diretamente à base econômica da sociedade a modificação dessas relações, separando-as de sua conexão com toda a ideologia, já não seria marxismo, mas racionalismo. Sem dúvida, a sede deve ser saciada, mas será que um homem normal, em condições igualmente normais, se deitará no chão, na rua, para beber água suja de um lameiro? Ou beberá. em um copo marcado nas beiradas por dezenas, de outros lábios? Todavia o mais importante é o aspecto social. De fato, beber água é coisa pessoal. Mas, no amor, estão interessadas duas pessoas e pode vir uma terceira, um novo ser. É disso que surge o interesse social, o dever para com a coletividade. Como comunista, não sinto simpatia alguma pela teoria do 'copo de água', embora traga a etiqueta de 'amor livre'. Além de não ser comunista, essa teoria nem é nova sequer. Recordai-vos, certamente, de que foi 'pregada' na literatura em meados do século passado, como 'emancipação do coração', que a prática burguesa transformou depois em 'emancipação da carne'. Então, se pregava com mais talento que hoje. Quanto à prática, não posso julgá-la.

Não desejo, absolutamente, com minha crítica, pregar o ascetismo. Longe disso. O comunismo deve trazer não o ascetismo, mas a alegria de viver e o bem-estar físico, devidos também, à plenitude do amor. Penso que o excesso que se observa hoje, na vida sexual não produz nem a alegria de viver nem o bem-estar físico, mas, pelo contrário, os diminuem. Ora, em épocas revolucionárias isto, é mal, muito mal.

Particularmente a juventude necessita da alegria de viver e do bem-estar físico. Esporte, ginástica, natação, excursões, todo tipo de exercícios físicos, variados interesses intelectuais, estudos, análises, pesquisas: aprender, estudar, pesquisar, quanto mais possível, em comum. Tudo isso dará à juventude muito mais que a teoria e as discussões intermináveis sobre a questão sexual e sobre a assim chamada maneira de 'gozar a vida'.

Mente são em corpo são. Nem monge, nem D. Juan e nem mesmo, como meio-termo, filisteu alemão. Conheceis bem vosso jovem camarada Huz. É um jovem perfeito, bem-dotado, mas receio que não dê nada de bom. Lança-se de uma aventura amorosa a outra. Isto é um mal para a luta política e para a revolução. Não confiarei, quanto à segurança e à firmeza na

luta, nas mulheres cujos romances pessoais se misturam com a política, nem nos homens que correm atrás de todas as saias e os que se deixam enfeitiçar pela primeira moça que surge. Não, isso não é compatível com a revolução.»

Lênin se ergueu bruscamente, bateu na mesa e deu alguns passos pela sala.

«A revolução exige concentração, tensão das forças, tanto das massas, como dos indivíduos. Não pode tolerar estados orgíacos, do tipo peculiar às heroínas e aos heróis decadentes de D'Annunzio. Os excessos na vida sexual são sinal de decadência burguesa. O proletariado é uma classe em ascensão. Não necessita inebriar-se, atordoar-se, excitar-se. Não precisa embriagar-se nem com excessos sexuais, nem com álcool. Não deve olvidar, e não olvidará a baixeza, a lama e a barbárie do capitalismo. Haure seus maiores impulsos de luta na situação de sua classe e no ideal comunista. O que lhe é necessário é clareza e sempre clareza. Assim, repito, nada de fraqueza, nada de desperdício ou destruição de forças. Dominar-se, disciplinar os próprios atos não é escravidão, e é igualmente necessário no amor.

Mas, desculpai-me, Clara, afastei-me muito do ponto de partida de nossa conversação. Por que não me chamaste à ordem? Deixei--me levar pelo ardor. O futuro de nossa juventude me preocupa muito. A juventude é uma parte da revolução. Ora, se as influências nocivas da sociedade burguesa começam a atingir até mesmo o mundo da revolução, como as raízes amplamente ramificadas de algumas ervas, é melhor reagir em tempo. Tanto mais quanto essas questões também dizem respeito ao problema feminino.»

Lênin falara com muita vivacidade e convicção. Eu sentia que cada uma de suas palavras vinha do fundo do coração; a expressão de seu rosto comprovava isso. Um movimento enérgico da mão sublinhava às vezes seu pensamento. O que me assombrava era vê-lo, embora enfronhado nos problemas políticos mais urgentes e graves, dar tanta atenção às questões secundárias e analisá-las com tanto cuidado, não se limitando apenas ao que se referia à Rússia soviética, mas ocupando-se também dos países capitalistas. Como perfeito marxista, Lênin concebia cada fenômeno isolado, sob qualquer forma e em qualquer lugar que surgisse, relacionado com o geral, com o todo, apreciando o valor do primeiro na dependência do segundo. Sua vontade, sua aspiração vital, sua energia, irresistível como uma força da natureza, estavam inteiramente voltadas para acelerar a revolução, na qual vira a causa das massas. Lênin avaliava cada fenômeno do ponto de vista da influência que pudesse exercer sobre as forças de combate nacionais e internacionais da revolução, porque via sempre diante de si, — levando em conta as particularidades históricas nos diferentes países e as diversas etapas de seu desenvolvimento — uma única e indivisível revolução proletária mundial.

«Como lamento, camarada Lênin, — exclamei eu — que centenas e milhares de pessoas não tenham ouvido vossas palavras. A mim, sabeis bem, não precisais convencer. Mas seria extremamente importante que vossa opinião fosse conhecida por nossos amigos e por nossos inimigos.»

Lênin sorriu.

«Um dia talvez pronuncie um discurso ou escreva sobre este assunto. Não agora, mais tarde. Hoje devemos concentrar todo o nosso tempo e todas as nossas forças em outras questões. Agora, temos outros problemas mais graves e mais árduas. A luta pela manutenção e consolidação do poder soviético ainda está muito longe de seu termo. Ainda precisamos tirar as melhores vantagens possíveis da guerra com a Polônia. Wrangel continua no sul. Tenho a firme convicção, é verdade, de que a venceremos; o que dará que pensar aos imperialistas franceses e ingleses e a seus pequenos vassallos. Mas a parte mais difícil de nosso trabalho, a reconstrução, ainda está por realizar.

Através desse processo ganharão igualmente importância a questão das relações entre os sexos, e as questões de casamento e família. Enquanto isso, deveis lutar sempre e em toda parte. Não deveis permitir que tais questões sejam tratadas de maneira não marxista, que criem um terreno favorável a desvios e deformações prejudiciais. E agora passemos ao vosso trabalho.»

Lênin olhou o relógio.

«O tempo de que dispunha — disse ele — já se reduziu à metade. Falei demais. Apresentai por escrito vossas propostas para o trabalho comunista entre as mulheres. Conheço vossos princípios e vossa experiência: nossa conversa por isso será breve. Ao trabalho, pois! Quais são vossos projetos?»

Eu os expus. Enquanto falava, Lênin fez muitas vezes sinais de aprovação. Quando terminei, olhei-o interrogativamente.

«De acordo — disse Lênin. — Discuti com Zinoviev e seria bom se pudésseis discutir também numa reunião de dirigentes comunistas. É pena, realmente pena, que a camarada Inês não esteja aqui; está doente, partiu para o Cáucaso. Depois da discussão, apresentai as propostas por escrito. Uma comissão as examinará e depois o Executivo decidirá. Desejo esclarecer apenas alguns pontos nos quais compartilho de vossa opinião. Parecem-me importantes para o nosso atual trabalho de agitação e propaganda, se esse trabalho pretender de fato conduzir à ação e a uma luta coroada de êxito. As teses devem deixar bastante claro que somente através do comunismo se realizará a verdadeira libertação da mulher. É preciso salientar os vínculos indissolúveis que existem entre a posição social e a posição humana da mulher: isto servirá para traçar uma linha clara e indelével de distinção entre a nossa política e o feminismo. Esse ponto será mesmo a base para tratar o problema da mulher como parte da questão social, como problema que toca aos trabalhadores, para uni-lo solidamente à luta de classe do proletariado. O movimento comunista feminino deve ser um movimento de massas, uma parte do movimento geral de massas, não só do proletariado, mas de todos os explorados e de todos os oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo e de qualquer outra forma de escravidão. Nisso está sua significação no quadro da luta de classes do proletariado e de sua criação histórica: a sociedade comunista.

Temos o direito de estar orgulhosos de possuir no Partido e na Internacional a fina flor das mulheres revolucionárias. Mas isso não basta. Devemos atrair para o nosso campo milhões de mulheres trabalhadoras das cidades e do campo. Devemos atraí-las para o nosso lado a fim de que contribuam em nossa luta e particularmente na transformação comunista da sociedade. Sem as mulheres não pode existir um verdadeiro movimento de massas. Nossas concepções ideológicas comportam problemas específicos de organização. Nenhuma organização especial para as mulheres. Uma mulher comunista é membro do Partido tanto como um homem comunista. Não deve existir quanto a isso nenhuma imposição especial. Todavia, não devemos esquecer que o Partido deve possuir pessoas, grupos de trabalho, comissões, comitês, escritórios ou o que mais for preciso, com a tarefa específica de despertar as massas femininas, de manter contato com elas e de influenciá-las. Isso, exige, é evidente, um trabalho sistemático.

Devemos educar as mulheres que ganharmos para nessa causa e torná-las capazes de participar da luta de classe do proletariado, sob a direção do Partido Comunista. Não me refiro apenas às mulheres proletárias, que trabalham na fábrica ou em casa. Também as camponesas pobres, as pequeno-burguesas, são vítimas do capitalismo e o são ainda mais em caso de guerra. A mentalidade antipolítica, anti-social e atrasada dessas mulheres, o isolamento a que as obriga sua atividade, todo o seu modo de vida; eis fatos que seria absurdo, completamente

absurdo, subestimar. Necessitamos de organismos apropriados para realizar o trabalho entre as mulheres. Isso não é feminismo: é o caminho prático, revolucionário.»

Disse a Lênin que suas palavras me infundiam coragem: muitos camaradas e além disso bons camaradas, se opunham decididamente à ideia de que o Partido constituísse organizações especiais para o trabalho entre as mulheres. Rejeitavam-na como feminismo e como retorno às tradições social-democratas e afirmando que os Partidos Comunistas, ao adotar como princípio a igualdade de direitos entre homens e mulheres, deviam trabalhar sem fazer diferenças entre as massas trabalhadoras. As mulheres devem ser admitidas nas nossas organizações como os homens e sem distinção alguma. Qualquer discriminação tanto na agitação como na organização, decorrente das circunstâncias descritas por Lênin, era tachada de oportunismo, por parte daqueles que a ela se opunham, como uma capitulação e uma traição.

«Isso não é uma novidade nem uma prova — disse Lênin — e não vos deveis deixar desviar. Por que nunca tivemos no Partido um número igual de homens e mulheres, nem mesmo na República soviética? Por que é tão diminuto o número de mulheres trabalhadoras filiadas aos sindicatos? Tais fatos devem levar-nos a refletir. Não reconhecer a necessidade de organização diferenciada para o nosso trabalho entre as massas femininas significa ter uma concepção, idêntica à dos nossos mas radicais e altamente morais amigos do Partido Comunista⁽²⁾ Operário, segundo os quais devia existir uma única forma de organização: os sindicatos operários. Conheço-os. Muitos revolucionários atacados de confusionismo se apegam aos princípios quando lhes faltam ideias', ou seja, quando sua inteligência está fechada para os fatos puros e simples, para os fatos a considerar. Mas como podem os guardiães dos 'princípios puros' adaptar suas ideias às exigências da política revolucionária que o momento histórico comporta? Todo aquele palavreiro se desfaz, diante da necessidade inexorável. Somente se milhões de mulheres estiverem conosco poderemos exercer a ditadura do proletariado, poderemos construir segunda diretrizes comunistas. Devemos encontrar a maneira de uni-las, devemos estudar para encontrar essa maneira. Por isso é justo formular reivindicações em favor das mulheres: já não se trata de um programa mínimo, de um programa de reformas, no sentido dos social-democratas da II Internacional. Não é um reconhecimento da eternidade ou pelo menos da longa duração do poder da burguesia e da sua forma estatal. Não é uma tentativa de satisfazer as mulheres com reformas e desviá-las do caminho da luta revolucionária. Não se trata disso nem de outros truques reformistas. Nossas exigências se apoiam nas conclusões práticas que tiramos das necessidades prementes, da vergonhosa humilhação da mulher e dos privilégios do homem.

Odíamos, sim; odíamos tudo aquilo que tortura e oprime a mulher trabalhadora, a dona de casa, a camponesa, a mulher do pequeno comerciante e, em muitos casos, a mulher das classes possuidoras. Exigimos da sociedade burguesa uma legislação social em favor da mulher, porque compreendemos a situação destas e seus interesses, aos quais dedicaremos nossa atenção durante a ditadura do proletariado. Naturalmente, não o exigimos como fazem os reformistas, utilizando palavras brandas para convencer as mulheres a permanecer inativas, contendo-as. Não, naturalmente não, mas como convém a um revolucionário, chamando-as para trabalhar lado a lado a fim de transformar a velha economia e a velha ideologia.»

Disse a Lênin que compartilhava de suas ideias, as quais teriam certamente encontrado resistência e seriam julgadas oportunismo perigoso por parte de elementos inseguros e temerosos. Nem se poderia negar, aliás, que nossas reivindicações imediatas em favor das mulheres teriam podido ser mal interpretadas e mal expressas.

«Tolice!» — respondeu Lênin quase colérico. «Esse perigo é inato a tudo que dizemos e fazemos. Se esse receio devesse dissuadir-nos de fazer o que é justo e necessário, então seria melhor nos tornarmos hipnotizadores hindus. Não te movas, não te movas! Contemplemos nossos princípios do alto de uma coluna! Naturalmente, preocupamo-nos não só com o conteúdo de nossas reivindicações, mas também com o modo de as formular. Naturalmente, não formularemos nessas reivindicações para as mulheres como se desfiássemos mecanicamente as contas de nosso rosário. Não, segundo as exigências do momento, lutaremos ora por este objetivo, ora por aquele. E, naturalmente, tendo sempre presentes os interesses gerais do proletariado.

Cada uma dessas lutas se erguerá contra as respeitáveis relações burguesas e os seus não menos respeitáveis admiradores reformistas, que obrigaremos a lutar ao nosso lado, sob a nossa bandeira — o que eles não desejam — ou denunciaremos o que são. Além disso, finalmente, a luta desvenda as diferenças entre nós e os outros partidos, torna claro nosso comunismo. Assegura-nos a confiança das massas femininas que se sentem exploradas, submetidas, oprimidas pelo homem, pelo patrão, por toda a sociedade burguesa. Traídas e abandonadas por todos, as trabalhadoras reconhecerão que deve lutar ao nosso lado. É preciso que vos lembre novamente que a luta por nossas reivindicações a favor das mulheres deve estar ligada à finalidade de conquistar o poder e de realizar a ditadura do proletariado? Esse é hoje nosso objetivo fundamental.

Mas não basta simplesmente proclamá-lo continuamente, como se soássemos as trombetas de Jerico, para que as mulheres se sintam atraídas irresistivelmente para a nossa luta pelo poder estatal. Não; não! As mulheres devem adquirir consciência da ligação política que existe entre as nossas reivindicações e seus sofrimentos, suas necessidades, suas aspirações. Devem compreender o que significa para elas a ditadura do proletariado: completa igualdade com o homem diante da lei e na prática, na família, no Estado, na sociedade; o fim do poder da burguesia.»

«A Rússia soviética é uma prova disso,» — interrompi eu.

«Esse grande exemplo servirá para ensinar-lhes — continuou Lenin. — A Rússia soviética lança nova luz sobre nossas reivindicações em favor das mulheres. Sob a ditadura do proletariado, essas reivindicações não são objeto de luta entre o proletariado e a burguesia. Pertencem à estrutura da sociedade comunista, indicam às mulheres dos outros países a importância decisiva da tomada do poder, por parte do proletariado. É preciso que a diferença seja decididamente salientada, para que as mulheres participem da luta de classe do proletariado.

Ganhá-las para nossa causa, por meio de uma compreensão clara e de uma sólida organização básica é essencial para os partidos comunistas e para o triunfo deles. Não nos deixemos enganar, porém. Nossas seções nacionais ainda não têm uma visão clara do problema. Estão inertes, quando lhes cabe a tarefa de criar um movimento de massas sob a direção dos comunistas. Não compreendem que o desenvolvimento e a organização de tal movimento de massas é parte importante de toda a atividade do Partido; que é, na realidade, uma boa metade de todo o trabalho do Partido. O reconhecimento ocasional da necessidade e do valor de um movimento comunista forte e bem dirigido é um reconhecimento em palavras, platônico, e não um empenho e uma preocupação constante do Partido.

O trabalho de agitação e de propaganda entre as mulheres, a difusão do espírito revolucionário entre elas, são considerados problemas ocasionais, tarefas que cabem unicamente às companheiras. Somente às companheiras se reprova e adverte se o trabalho nessa frente não caminha mais rápida e energicamente. Isso é mal, muito mal. É separatismo puro e simples, é feminismo à rebours, como dizem os franceses, feminismo às avessas! Que é que está na ba-

se dessa atitude errada de nossas seções nacionais? Em última análise, trata-se de uma subestimação da mulher e de seu trabalho. Justamente isso! Infelizmente, ainda pode dizer-se de muitos companheiros: 'Raspa um comunista e encontrarás um filisteu!' Evidentemente, deve-se raspar no ponto sensível, em sua concepção sobre a mulher. Pode haver prova mais condenável do que a calma aceitação dos homens diante do fato de as mulheres se consumirem no trabalho humilhante, monótono, da casa, gastando e desperdiçando energia e tempo e adquirindo uma mentalidade mesquinha e estreita, perdendo toda sensibilidade, toda vontade? Naturalmente, não me refiro às mulheres da burguesia, que descarregam sobre as empregadas a responsabilidade de todo o trabalho doméstico, inclusive a amamentação dos filhos. Refiro-me à esmagadora maioria das mulheres, às mulheres dos trabalhadores e àquelas que passam o dia numa oficina. Pouquíssimos homens — mesmo entre os proletários — se apercebem da fadiga e da dor que poupariam à mulher se dessem uma mão 'ao trabalho da mulher'. Mas não, isto vai de encontro aos 'direitos e à dignidade do homem': este quer paz e comodidade. A vida doméstica de uma mulher constitui um sacrifício diário, feito por mil ninharias. A velha supremacia do homem sobrevive em segredo. A alegria do homem e sua tenacidade na luta diminuem, diante do atraso da mulher, diante de sua incompreensão dos ideais revolucionários: atraso e incompreensão que, como cupim, secretamente, lentamente, mas sem salvação, roem e corroem. Conheço a vida dos trabalhadores não apenas através dos livros. Nosso trabalho de comunistas entre as mulheres, nosso trabalho político, exige uma boa dose de trabalho educativo entre os homens. Devemos varrer por completo a velha idéia do 'patrão', tanto no Partido, como entre as massas. É uma tarefa política nossa não menos importante que a tarefa urgente e necessária de criar um núcleo dirigente de homens e mulheres, bem preparados teórica e praticamente para desenvolver entre as mulheres uma atividade de Partido.»

Diante de minha pergunta sobre a situação na Rússia soviética, no que diz respeito a esse problema, Lênin respondeu:

«O governo da ditadura do proletariado, juntamente com o Partido Comunista e os sindicatos, naturalmente nada deixou de tentar, no esforço para eliminar o atraso dos homens e das mulheres, para destruir a velha mentalidade não comunista. A lei estabelece, naturalmente, a completa igualdade de direitos entre homens e mulheres. E o desejo sincero de traduzi-la na prática existe em toda parte. Introduzimos a mulher na economia social, no poder legislativo e no governo. Abrimos-lhe as portas de nossas instituições educacionais para que possa aumentar sua capacidade profissional e social. Criamos cozinhas comunais e restaurantes, lavanderias, laboratórios, creches e jardins de infância, casas para crianças, institutos educativos de toda espécie.

Em resumo, estamos realizando seriamente nosso programa de transferir para a sociedade as funções educativas e econômicas do núcleo familiar. Isso significa para a mulher a libertação da velha fadiga doméstica aniquilante e do estado de submissão ao homem. Isso lhe permitirá desenvolver plenamente seu talento e suas inclinações. As crianças são criadas melhor que em suas casas, tãr as trabalhadoras, temos as leis protetoras mais avançadas do mundo que os dirigentes das organizações sindicais põem em prática. Estamos construindo maternidades, casas para as mulheres e as crianças, clínicas femininas; organizamos cursos de puericultura e exposições para ensinar às mulheres a cuidar de si próprias e dos seus filhos etc.; fazemos sérios esforços para ajudar às mulheres desocupadas e sem amparo.

Compreendemos perfeitamente que tudo isso é insuficiente, diante das necessidades das trabalhadoras, diante das condições existentes na Rússia capitalista e czarista. Mas já é muito em comparação com os países onde ainda impera o capitalismo. É um bom início, na direção justa, e, tende certeza, nessa direção continuaremos a caminhar com toda nossa energia. Ca-

da dia de existência do Estado soviético demonstra de fato que não podemos avançar sem as mulheres. Pensai o que significa isso, num país em que os camponeses constituem cerca de 80% da população! Pequena economia camponesa significa pequenos núcleos familiares separados, com as mulheres acorrentadas a esse sistema. Para vós, desse ponto de vista, a tarefa será mais fácil e melhor de realizar, com a condição de que vossas mulheres proletárias saibam aproveitar o memento histórico objetivo para a tomada do poder, para a revolução. Nós não desesperamos. Nessa força cresce com as dificuldades. A força das coisas impelirá a buscar novas medidas para libertar as massas femininas. A cooperação no regime soviético, fará muito. Cooperação no sentido comunista e não burguês, naturalmente, cooperação não como a pregam os reformistas, cujo entusiasmo, ao contrário de revolucionário, não é senão um fogo de palha. A iniciativa individual deve seguir passo a passo com a cooperação, a qual deve crescer e fundir-se com a atividade das comunas. Sob a ditadura do proletariado, a libertação da mulher se realizará através do desenvolvimento do comunismo, também no campo. Tenho grandes esperanças na eletrificação da indústria e da agricultura. Um trabalho imenso! E as dificuldades para pô-lo em prática são grandes, enormes! Para realizá-lo é preciso despertar a energia das massas. E a energia de milhões de mulheres nos ajudará.»

Nos últimos dez minutos haviam batido duas vezes à porta, mas Lênin continuara a falar. Nesse ponto, abriu a porta, dizendo: «Já vou.» Depois, voltando-se para mim, acrescentou sorrindo:

«Sabeis, Clara, eu me justificarei explicando que estava com uma mulher. Desculpar-me-ei pelo atraso aludindo à conhecida volubilidade feminina. De fato, desta vez foi o homem e não a mulher quem falou muito. Posso, aliás, testemunhar que sabeis escutar com seriedade. Talvez isso tenha estimulado minha eloquência.» Brincando assim, ajudou-me a vestir o capote. *«Deveis abrigar-vos melhor»* — disse seriamente. *«Moscou não é Estocolmo. Deveis ter cuidado convosco. Não apanheis frio. Auf wiedersehen!»*. Apertou-me cordialmente a mão.

Duas semanas depois tive com Lênin outra conversa sobre o movimento feminino. Lênin viera procurar-me. Como de costume, sua visita inesperada, foi uma pausa improvisada, em meio ao trabalho extenuante que iria depois abater o chefe da revolução vitoriosa. Ele parecia muito cansado e preocupado. A derrota de Wrangel ainda não estava assegurada e o problema do abastecimento das grandes cidades se erguia diante do governo soviético como uma esfinge inexorável. Lênin pediu notícias sobre as diretivas ou teses. Disse-lhe que todas as companheiras dirigentes que se encontravam em Moscou se haviam reunido e exposto suas opiniões. Suas propostas eram agora examinadas por uma comissão reduzida. Lênin recomendou-me não esquecer que o III Congresso mundial deveria tratar da questão com a atenção necessária.

«Esse simples fato destruirá muitos preconceitos das companheiras. Quanto ao resto, as camaradas devem lançar-se ao trabalho e trabalhar energeticamente, não murmurando, por entre os lábios, como velhas tias, mas falando em voz alta, claramente, como combatentes» — exclamou Lênin com ardor. *«Um congresso não é uma sala de visitas, onde as mulheres brilham com seus encantos, como dizem os romances. É a arena onde começamos a agir como revolucionários. Demonstrei que sabeis lutar. Antes de tudo, contra o inimigo, naturalmente, mas, se é preciso, mesmo no seio do Partido. Teremos o que fazer, com milhões de mulheres. Nosso Partido russo será favorável a todas as propostas e medidas que contribuam para atraídas para nossa movimento. Se não estão conosco, a contra-revolução poderá conduzi-las contra nós. Devemos sempre pensar nisto. Devemos conquistar as massas femininas, quaisquer que sejam as dificuldades.»*

Aqui, no meio da revolução, no meio daquele burburinho de atividade, com aquele rápido e forte ritmo de vida, havia eu elaborado um plano de ação internacional entre as massas de trabalhadoras.

«Minha idéia surgiu de vossos grandiosos congressos e reuniões de mulheres sem partido. Transportaremos essa idéia do plano nacional para o internacional. É inegável que a guerra mundial e suas conseqüências golpearam profundamente todas as mulheres, das várias classes e camadas sociais. Elas têm vivido um período de fermentação e de atividade. O problema que as envolve hoje é o de conservar a vida. Como viver? A maior parte delas não havia pensado jamais que se pudesse chegar a tal ponto e somente poucas compreenderam o porquê disto. A sociedade burguesa não pode dar uma resposta satisfatória a esse problema. Somente o comunismo pode fazê-lo. Devemos levar as mulheres dos países capitalistas a compreender esse fato e precisamente por isso organizaremos um congresso internacional de mulheres, sem distinção de partido.»

Lênin não respondeu logo. Com o olhar fixo, profundamente absorto, os lábios cerrados, o lábio inferior ligeiramente estendido, pesava minha sugestão. Depois disse:

«Sim, devemos fazê-lo. É um bom plano. Mas os bons planos, mesmo os melhores, de nada valem se não são bem realizados. Pensastes como realizá-lo? Qual o vosso ponto de vista a respeito disso?»

Expus-lhe os detalhes. Em primeiro lugar, devia-se organizar um comitê de companheiras dos vários países que manteria contato estreito com as seções nacionais e preparar, elaborar, em seguida, o congresso. Restava decidir se, por razões de oportunidade, o comitê deveria começar a trabalhar logo oficialmente e publicamente. De qualquer maneira, seus membros deviam, como primeira coisa, pôr-se em contato com as dirigentes dos movimentos sindicais e políticos, das organizações femininas burguesas de todo tipo (inclusive médicas, jornalistas, professoras etc.) e formar em cada país um comitê nacional organizador apartidário.

O comitê internacional, composto de membros dos comitês nacionais, deveria estabelecer a data, o lugar e o programa de trabalho do congresso.

O congresso, na minha opinião, deverá tratar, em primeiro lugar, do direito das mulheres ao trabalho profissional. Nesse ponto, se poderão inscrever as questões do desemprego, do salário igual para trabalho igual, da jornada legal de oito horas, da legislação de proteção à mulher, dos sindicatos e das organizações profissionais de previdência social para a mãe e o filho, das instituições sociais para ajudar as donas de casas e as mães etc. A ordem do dia deveria portanto incluir a seguinte tema: a situação da mulher no direito matrimonial e familiar e no direito público político. Uma vez aprovadas essas propostas, sugeria que os comitês nacionais realizassem entre as mulheres ativas e trabalhadoras de todas as camadas sociais, uma campanha sistemática, por meio da imprensa e dos comícios, a fim de preparar o congresso e assegurar-lhe a presença e a cooperação de representantes de todas as organizações com as quais se houvesse tomado contacto, bem como de delegações de reuniões públicas femininas.

O congresso poderia ser uma «representação do povo», mas bem diversa do parlamento.

Naturalmente, as mulheres comunistas deveriam ser não somente a força motriz, mas também a força dirigente no trabalho de preparação, na atividade do comitê internacional e no próprio congresso e, finalmente, na aplicação das decisões. No congresso deveriam ser apresentadas, sobre todos os pontos da ordem do dia, teses e resoluções comunistas inspiradas em princípios unitários e baseadas no exame científico das condições existentes. Essas teses seriam depois discutidas e aprovadas pelo Executivo da Internacional. Palavras de ordem comunistas e propostas comunistas deveriam estar no centro do trabalho do congresso, exigindo a atenção geral. Após o congresso, essas mesmas palavras de ordem deveriam ser difundidas

entre as mais amplas massas femininas, a fim de impulsionar uma ação internacional de massas, por parte das mulheres. A condição indispensável para que as mulheres comunistas desenvolvessem um bom trabalho nos comitês e no congresso era manterem-se solidamente unidas, trabalhar coletiva e sistematicamente, apoiando-se em princípios claros e bem determinados. Nenhuma comunista devia sair da linha traçada. Enquanto eu falava, Lênin_ aprovava com sinais de cabeça ou fazia breves comentários de concordância.

«Parece-me, querida camarada — disse ele — que estudastes muito bem o aspecto político da questão e mesmo os problemas fundamentais de organização. Estou firmemente convencido de que neste momento um congresso semelhante pode desenvolver trabalho importante. Pode conquistar para a nossa causa, amplas massas de mulheres: massas de profissionais, de trabalhadoras na indústria, de donas-de-casa, de professoras e outras. Bem, muito bem. Pensai: em caso de graves divergências entre os grupos industriais ou de greves políticas, que aumento de força representa para o proletariado revolucionário a contribuição das mulheres, que se revoltam conscientemente. Naturalmente tudo isso sucederá se soubermos atraí-las e mantê-las em nosso movimento. A vantagem será grande, imensa. Mas existem algumas questões. É possível que as autoridades governamentais não vejam com bons olhos os trabalhos do congresso, que tentem impedi-lo. Não creio que tentem sufocá-lo por meios brutais. O que irão fazer não vos deverá atemorizar. Mas não receais que nos comitês e no congresso as comunistas se deixem controlar pela maioria numérica dos elementos burgueses e reformistas e pela força desigual de sua routine? Finalmente, e sobretudo, tendes realmente confiança na preparação marxista das nessas camaradas a tal ponto de fazer delas um pelotão de assalto, que sairá da luta com honra?»

Respondi que indubitavelmente as autoridades não iriam recorrer à violência contra o congresso. Expedientes e medidas brutais serviriam apenas para fazer propaganda do próprio congresso. O número e o peso dos elementos não comunistas seria enfrentado por nós, comunistas, com a força superior que deriva de uma compreensão e de uma elucidação científica dos problemas sociais, à luz do materialismo histórico, da coerência de nossas reivindicações e propostas e, por último, mas não menos importante, da vitória da revolução proletária na Rússia e de sua ação de vanguarda para a libertação da mulher. As debilidades e as deficiências das companheiras individualmente, no que se referia à sua educação e capacidade de compreender as situações, pode-riam ser superadas com o trabalho coletivo e a preparação sistemática.

Muito espero das camaradas russas, que deverão ser o núcleo de aço de nossa falange. Com elas, ousarei muito mais que lutas congressistas. Além disso, mesmo se fôssemos derrotadas pelo voto, nossa própria luta teria lançado o comunismo em primeiro plano, com um excelente resultado propagandístico e serviria para criar novos vínculos para o nosso trabalho futuro.

Lênin riu gostosamente:

«Sempre o mesmo entusiasmo pelas mulheres revolucionárias russas! Sim, sim, o velho amor ainda não acabou. E creio que tendes razão. Mesmo a derrota, depois de uma boa luta assinalaria uma vantagem e uma preparação para êxitos futuros entre as trabalhadoras. Considerando tudo, vale a pena arriscar. Todavia, naturalmente, espero de todo o coração a vitória. Seria uma importante contribuição de força, um grande desenvolvimento e reforço de nossa frente, traria nova vida, movimento e atividade a nossas fileiras. E isso é sempre útil. Semelhante congresso acelerará a desintegração das forças contra-revolucionárias e por isso, as debilitará. Todo debilitamento das forças do inimigo representa ao mesmo tempo um reforço de nossa potência. Aprova o congresso. . .»

Desgraçadamente, o congresso fracassou, por causa da atitude das camaradas alemãs e búlgaras que, naquele tempo, constituíam o melhor movimento feminino comunista fora da Rússia. Elas repeliram a proposta de organizar o congresso. Quando eu o disse a Lênin, ele exclamou:

«Pena, uma verdadeira pena! As camaradas deixaram fugir uma esplêndida ocasião para lançar um raio de esperança às massas de trabalhadoras e de trazê-las para a luta revolucionária da classe operária. Quem sabe quando se apresentará novamente uma ocasião tão favorável? É preciso malhar o ferro enquanto está quente. A tarefa continua. Deveis encontrar o modo de unir as mulheres que o capitalismo lançou na mais pavorosa miséria. Deveis encontrar, deveis. Não nos podemos furtar a esta necessidade. Sem uma atividade organizada de massas, sob a direção dos comunistas, não se pode obter a vitória sobre o capitalismo, nem a construção do comunismo. Eis porque as mulheres terminarão por revoltar-se. . .»

Texto 6:Lenin -O direito ao divórcio [Sobre a caricatura do marxismo e o “economicismo” imperialista, 1916.]

(O artigo Sobre a caricatura do marxismo e o "economicismo" imperialista foi escrito em resposta ao artigo de P.Kievski: O proletariado e "o direito das nações à autodeterminação" na época do capital financeiro.)

O mesmo ocorre com a questão do divórcio. Recordemos ao leitor que esta questão foi colocada pela primeira vez por Rosa Luxemburgo ao se discutir o problema nacional. Ela expressou a justa opinião de que, ao defender a autonomia dentro do Estado (região, território, etc.), nós, socialdemocratas centralistas, devemos levantar que os problemas estatais mais importantes, entre os quais figura a legislação sobre o divórcio, sejam resolvidos pelo poder de todo o Estado, pelo Parlamento de todo o Estado. El exemplo do divórcio mostra nitidamente que não se pode ser democrata e socialista sem exigir imediatamente a plena liberdade de divórcio, pois a falta desta liberdade implica a subjugação do sexo oprimido, da mulher, embora não é nada difícil compreender que o reconhecimento da liberdade de deixar os maridos não significa convidar todas as mulheres a que procedam assim.

P. Kievski —objeta: —Como seria esse direito (do divórcio) —se nestes casos (quando a mulher quer deixar o marido) —a mulher não o pudesse exercer? Ou se sua realização dependesse da vontade de terceiras pessoas, ou, pior ainda, da vontade dos pretendentes —à mão da mulher em questão? Trataríamos de obter a proclamação de tal direito? Claro que não! Esta objeção mostra a mais completa incompreensão da relação que existe entre a democracia em geral e o capitalismo. No capitalismo são habituais, não como caso isolado, mas sim como fenômenos classes oprimidas —realizar seus direitos democráticos. O direito ao divórcio seguirá sendo irrealizável no capitalismo, na maioria dos casos, pois o sexo oprimido se acha aplastado economicamente, pois a mulher segue sendo no capitalismo, em qualquer classe de democracia, —uma escrava doméstica, uma escrava encerrada no dormitório, no cuidado das crianças e na cozinha. O direito a eleger juízes populares, funcionários, professores, jurados, etc., —próprios é também irrealizável no capitalismo, na maioria dos casos, precisamente por causa do aplastamento econômico dos operários e camponeses.

O mesmo acontece com a república democrática: nosso programa a —proclama como —poder soberano do povo, embora todos os socialdemocratas sabem muito bem que, no capitalismo, a república mais democrática só conduz ao soborno dos funcionários pela burguesia e à aliança

da Bolsa com o governo. Unicamente gente absolutamente incapaz de pensar, ou que desconhece em absoluto o marxismo, deduz disto: Então a república não serve para nada; a liberdade de divórcio não serve para nada; a democracia não serve para nada; a autodeterminação das nações não serve para nada! Os marxistas, ao contrário, sabem que a democracia não suprime a opressão de classe, mas faz sim a luta de classes mais pura, mais ampla, mais aberta, mais nítida, que é, precisamente, o que necessitamos. Quanto mais ampla seja a liberdade de divórcio, tanto mais claro será para a mulher que a fonte de sua —escravidão doméstica é o capitalismo, e não a falta de direitos. Quanto mais democrático seja o regime político, tanto mais nítido será para os operários que a raiz do mal é o capitalismo e não a falta de direitos. Quanto mais ampla seja a igualdade nacional (que não é completa sem a liberdade de separação), tanto mais nítido será para os trabalhadores da nação oprimida que o x da questão está no capitalismo, e não na falta de direitos. E assim sucessivamente.

Repetimos uma e outra vez: é maçante mastigar o abecê do marxismo, mas o que fazer se P. Kíevski o desconhece? P. Kíevski raciocina sobre o divórcio de maneira semelhante a como fazia -em Golos de París, se mal me recordo- Semkovski, um dos secretários do CO no estrangeiro. É certo, dizia, que a liberdade de divórcio não é um convite a todas as mulheres a que abandonem seus maridos, mas se começamos a demonstrar a uma mulher que os demais maridos são melhores que o seu, o resultado será o mesmo! Ao raciocinar assim, Semkovski esquecia que ser extravagante não significa faltar com o dever de socialista e de democrata. Se Semkovski tivesse pretendido convencer a qualquer mulher de que todos os maridos são melhores! Mas se a Semkovski lhe tivesse ocorrido defender e chamar de democrata a uma pessoa que negasse a liberdade de divórcio e recorresse, por exemplo, aos tribunais, ou a polícia, ou à igreja contra a mulher que o abandonava, estamos seguros de que até a maioria dos colegas de Semkovski do Secretariado no estrangeiro, apesar de serem frouxinhos como socialistas, lhes negariam solidariedade. Tanto Semkovski como P. Kíevski —falaram do divórcio, revelaram incompreensão do problema e eludiram o essencial: no capitalismo, o direito ao divórcio, como todos os direitos democráticos sem exceção, é difícil de exercer, é convencional, limitado, estreito e formal; não obstante, nem um só socialdemocrata honesto terá por socialista nem sequer por democrata a quem nega este direito. Aí está o essencial. Toda a democracia consiste em proclamar e realizar —direitos, cuja realização no capitalismo é muito escassa e muito convencional; mas sem esta proclamação, sem a luta pela concessão imediata dos direitos, sem a educação das massas no espírito de tal luta, o socialismo é impossível.

TROTSKY

Texto1: A Independência da Ucrânia e a Confusão Sectária – 30 de Julho de 1939.

Numa dessas pequenas publicações sectárias que se publicam na América do Norte, alimentando-se das migalhas que caem da mesa da Quarta Internacional e que nos retribuem com a mais negra ingratidão, por acaso eu encontrei um artigo dedicado à questão ucraniana. Que confusão! Seu sectário autor se opõe, é claro, a consigna de uma Ucrânia soviética independente. Está a favor da revolução mundial e do socialismo “da cabeça aos pés”.

Ele nos acusa de ignorar os interesses da URSS e de nos afastarmos da concepção da revolução permanente. Caracteriza-nos como centristas. A crítica é muito grave, quase implacável. Desgraçadamente, ele não entende nada (o título desta minúscula publicação, O marxista, resulta bastante irônico). Mas, a sua incapacidade de compreensão assume formas tão definidas, quase clássicas, o que nos permite esclarecer melhor e mais acabadamente a questão.

O nosso crítico parte da seguinte formulação: “Se os trabalhadores da Ucrânia soviética derrubarem o stalinismo e restabelecerem um Estado operário genuíno se separarão do resto da URSS? Não.” E segue assim por diante. “Se os trabalhadores derrubarem o stalinismo”, então poderemos ver mais claramente o que fazer. Mas, é preciso primeiro derrubar o stalinismo. E, para conseguir isso, não se devem fechar os olhos diante do crescimento das tendências separatistas na Ucrânia, mas dar-lhes uma expressão política adequada. “Não viramos as nossas costas à União Soviética [continua o autor], mas alcançar a sua regeneração como a poderosa cidadela da revolução mundial; este é o caminho do marxismo.” A tendência real do desenvolvimento das massas, neste caso as massas nacionalmente oprimidas, se substitui por nossas especulações sobre o melhor caminho possível que poderia tomar este tal desenvolvimento. Aplicando o mesmo método, mas com muito mais lógica, se poderia dizer: “Nossa tarefa não é defender uma União Soviética degenerada, mas a revolução mundial triunfante que transformará o mundo inteiro numa União Soviética mundial”, etc. Tais apriorismos são muito baratos.

O crítico repete diversas vezes sua formulação que o destino de uma Ucrânia independente está indissolúvelmente ligado à da revolução proletária mundial. Partindo desta perspectiva geral, o ABC de qualquer marxista, consegue, no entanto, juntar um amálgama de passividade temporizadora e niilismo nacional. O triunfo da revolução proletária em escala mundial é o produto final de múltiplos movimentos, campanhas e batalhas e não uma condição pré-fabricada para a solução automática de todos os problemas. Somente a colocação direta e audaz da questão ucraniana nas condições concretas dadas permitirá que as massas pequeno-burguesas e camponesas se organizem à volta do proletariado, como aconteceu na Rússia em 1917.

É verdade que o autor poderia objetar que antes de outubro a revolução que a Rússia haveria de realizar era burguesa, enquanto que hoje já se fez a revolução socialista. Uma consigna que em 1917 podia ser progressiva, atualmente é reacionária. Este raciocínio, totalmente imbuído de espírito burocrático e sectário, é falso do princípio ao fim.

O direito à autodeterminação nacional é, sem dúvida, um princípio democrático, não um princípio socialista. Porém, na nossa era quem apoia e aplica os princípios genuinamente democráticos é o proletariado revolucionário; por esta razão as tarefas democráticas se entrelaçam com as socialistas. A luta resoluta do Partido Bolchevique pelo direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas pela Rússia facilitou muito a conquista do poder pelo proletariado. Foi como se a revolução proletária tivesse absorvido os problemas democráticos, sobretudo o agrário e o nacional, dando à Revolução Russa um caráter combinado. O proletariado já encarava tarefas socialistas, porém não podia elevar a este nível os camponeses e as nações oprimidas (por sua vez predominantemente camponesas), dedicados à solução de suas tarefas democráticas.

Daí surgiram os compromissos, inescapáveis historicamente, tanto na esfera agrária como na nacional. Apesar das vantagens econômicas da agricultura em grande escala, o governo soviético se viu obrigado a dividir as grandes propriedades. Depois de diversos anos o governo pôde passar à agricultura coletiva; imediatamente deu um salto muito audaz e depois de um tempo se viu obrigado a fazer concessões aos camponeses, permitindo a propriedade

privada da terra, que em muitos lugares tende a devorar as fazendas coletivas. Ainda não se resolveram as próximas etapas deste contraditório processo.

A necessidade de um compromisso, ou melhor, de vários compromissos, se coloca de maneira similar no tocante à questão nacional, sendas que não são mais retilíneas que as da revolução agrária. A estrutura federada da União Soviética é fruto de um compromisso entre o centralismo que exige uma economia planificada e a descentralização necessária para o desenvolvimento das nações que no passado estavam oprimidas. Construído o Estado operário sobre o princípio de compromisso de uma federação, o Partido Bolchevique inscreveu na sua constituição o direito das nações à separação completa, indicando desta maneira que não considera resolvida de uma vez e para sempre a questão nacional.

O autor do artigo crítico argumenta que os dirigentes partidários esperavam “convencer as massas que permanecessem dentro dos marcos da República Soviética Federada”. Isto é correto, sempre que se tome a palavra “convencer” no sentido de promover a experiência da colaboração econômica, política e cultural e não no de argumentação lógica. A agitação abstrata em favor do centralismo não tem grandepesopor si mesma. Como dissemos, a federação foi um desvio necessário do centralismo. É preciso agregar também que a composição de uma federação não fica estabelecida para sempre. Segundo as condições objetivas, o desenvolvimento de uma federação pode tender a um centralismo maior ou, pelo contrário, em direção de uma independência mais ampla dos seus componentes nacionais. Politicamente não se trata de se é conveniente “em geral” que diversas nacionalidades convivam dentro dos marcos de um Estado único, mas se cada nacionalidade, baseando-se na sua própria experiência, considera vantajoso aderir a um Estado determinado.

Noutras palavras: qual tendência, a centrípeta ou a centrífuga, predomina no regime de compromisso de uma federação? Ou, para colocar mais concretamente: Stálin e os seus sátrapas ucranianos conseguiram ou não convencer as massas ucranianas da superioridade do centralismo de Moscou sobre a independência da Ucrânia? Esta questão é de uma importância decisiva. Não obstante, o seu autor nem mesmo suspeita da sua existência.

Desejam as amplas massas do povo ucraniano se separar da URSS? À primeira vista poderia parecer difícil de responder esta pergunta, já que o povo ucraniano, igual a todos os outros povos da URSS, não tem nenhuma oportunidade de expressar a sua vontade. Porém, a origem mesma do regime totalitário e a sua intensificação cada vez mais brutal, especialmente na Ucrânia, provam que as massas ucranianas são irreconciliavelmente hostis à burocracia soviética. Não faltam evidências que uma das razões fundamentais desta hostilidade constitui a supressão da independência ucraniana. As tendências nacionalistas irromperam violentamente na Ucrânia entre 1917 e 1919. No Partido Borotba[Luta] se expressava a ala esquerda destas tendências. O indicador mais importante do êxito da política leninista na Ucrânia foi a fusão do Partido Bolchevique ucraniano com a organização dos borotbistas.

No transcurso da década seguinte, se produziu uma ruptura com o grupo Borotba, começa a se perseguir seus dirigentes. O velho bolchevique Skripnik, stalinista de puro sangue, se vê impelido ao suicídio em 1933 por a sua suposta tolerância para com as tendências nacionalistas. O verdadeiro “organizador” deste suicídio foi o enviado stalinista, Postishev, que depois fica na Ucrânia como o representante da política centralista. Atualmente, no entanto, o próprio Postishev caiu em desgraça. Estes fatos são profundamente sintomáticos porque revelam a força da pressão da oposição nacionalista sobre a burocracia. Em nenhum lugar os expurgos e repressões assumiram um caráter tão selvagem e massivo como na Ucrânia.

Reveste-se de uma enorme importância política o profundo afastamento da União Soviética dos elementos democráticos ucranianos de fora da URSS. Quando se agrava o problema

ucraniano no começo deste ano não se escuta nenhuma voz comunista, porém as dos clérigos e nazistas ucranianos soam muito fortes. Isto significa que a vanguarda proletária deixou o movimento nacional ucraniano lhe escapar das mãos e que este movimento tenha ido muito longe pelo caminho do separatismo. Recentemente também resultam fortemente significativos os ânimos dos ucranianos emigrados na América do Norte. No Canadá, por exemplo, os ucranianos conformam o grosso do Partido Comunista; em 1933 começa, como me informa um importante ativista do movimento, um notório afastamento do comunismo por parte dos operários e camponeses ucranianos que caíram na passividade ou nas mais variadas matizes do nacionalismo. De conjunto, estes sintomas e fatos testificam indiscutivelmente a força crescente das tendências separatistas entre as massas ucranianas.

Este é o fator fundamental em que reside a base de todo o problema. Demonstra que malgrado o gigantesco avanço realizado pela Revolução de Outubro no terreno das relações internacionais, a revolução proletária isolada num só país atrasado tem sido incapaz de resolver a questão nacional, especialmente a ucraniana, que é, em essência, de caráter internacional. A reação termidoriana, coroada pela burocracia bonapartista, fez retroceder as massas também na esfera do nacional. As grandes massas do povo ucraniano estão insatisfeitas com a situação da nação e desejam mudá-la drasticamente. Este é o fato do qual tem de partir a política revolucionária, diferentemente do que faz a burocrática e a sectária.

Se o nosso crítico fosse capaz de raciocinar politicamente teria imaginado sem muita dificuldade os argumentos dos stalinistas contra a consigna de uma Ucrânia independente: “nega a defesa da União Soviética”, “quebra a unidade das massas revolucionárias”, “não serve aos interesses da revolução, mas os do imperialismo”. Noutras palavras, os stalinistas repetiriam os argumentos do nosso autor. Inevitavelmente o farão no futuro.

A burocracia do Kremlin diz à mulher soviética: como no nosso país há socialismo você deve ser feliz e não abortar (ou sofrer o castigo consequente). Aos ucranianos lhes diz: como a revolução socialista resolveu a questão nacional é seu dever ser feliz na URSS e renunciar à toda ideia de separação (ou aceitar o esquadrão de fuzilamento).

O que diz o revolucionária à mulher? “Deve ser você a decidir se quer um filho; eu defenderei o seu direito ao aborto contra a polícia do Kremlin.” Ao povo ucraniano lhe diz: “O que a mim me importa é a sua atitude sobre o seu destino nacional e não os sofismas ‘socialistas’ da polícia do Kremlin; apoiarei a sua luta pela independência com todas as minhas forças!”

O sectário, como tantas vezes sucede, se acha localizado no bando da polícia, salvaguardando o status quo, quer dizer, a violência policial, baseando-se na especulação estéril sobre a superioridade da unificação socialista das nações e contra o fato de que permaneçam divididas. Seguramente, a separação da Ucrânia é uma desvantagem se se compara com uma federação socialista voluntária e igualitária, porém será uma vantagem indiscutível comparada com o estrangulamento burocrático do povo ucraniano. Para unir-se mais estreitamente e honestamente às vezes é necessário separar-se primeiro. Lênin frequentemente recordava que as relações entre os operários noruegueses e suecos melhoraram e se fizeram mais estreitas depois da ruptura da unificação compulsória de Noruega e Suécia.

Temos de partir dos fatos e não de preceitos ideais. A reação termidoriana na URSS, a derrota de várias revoluções, os triunfos do fascismo (que está modelando o mapa da Europa ao seu gosto) deve-se pagar efetivamente em todos os terrenos, inclusive no da questão ucraniana. Se ignorarmos a nova situação criada como consequência das derrotas, se pretendermos que não se passou nada de extraordinário, se contrapusermos as abstrações comuns aos fatos desagradáveis, podemos muito bem estar cedendo à reação as oportunidades que teremos de vingar-nos num futuro mais ou menos imediato.

O nosso autor interpreta a consigna de uma Ucrânia independente da seguinte maneira: “Primeiro a Ucrânia soviética há de se liberar do resto da União Soviética; depois se fará a revolução proletária e se unificará com o resto da Ucrânia”. Porém, como pode haver aí uma separação sem que ocorra primeiro uma revolução? O autor se vê preso num círculo vicioso, e a consigna de uma Ucrânia independente junta com a “lógica defeituosa” de Trotsky fica irremediavelmente desprestigiada. De fato, esta lógica peculiar (“primeiro” e “depois”) é não mais que um exemplo evidente do pensamento escolástico. O nosso desventurado crítico nem suspeita que os processos históricos podem não se produzir “primeiro” e “depois”, mas paralelamente, influenciando uns sobre os outros. Acelerar-se ou retardar-se mutuamente; e que a tarefa da política revolucionária consiste precisamente em acelerar a ação e a reação mútua dos processos progressivos. A consigna de uma Ucrânia independente dirige os seus dardos diretamente contra a burocracia de Moscou e permite a vanguarda proletária nuclear as massas camponesas. Por outro lado, a própria consigna dá ao partido proletário a oportunidade de exercer um papel dirigente no movimento nacional ucraniano da Polônia, Romênia e Hungria(1). Ambos processos políticos farão avançar o movimento revolucionário e incrementarão a influência da vanguarda proletária.

O nosso sábio distorce a minha colocação que os operários e camponeses da Ucrânia Ocidental (Polônia) não querem se unir à União Soviética, tal como está constituída atualmente, e que este fato é um argumento a mais a favor de uma Ucrânia independente. Afirme, ainda que o desejassem, não poderiam unir-se à União Soviética porque só poderiam fazê-lo “depois da revolução proletária na Ucrânia ocidental” (obviamente Polônia). Noutras palavras, hoje a separação da Ucrânia é impossível, e depois que a revolução triunfe seria reacionária. Uma canção velha e familiar!

Luxemburgo, Bukharin, Piatakove muitos outros mais se utilizaram deste mesmo argumento contra o programa de autodeterminação nacional: sob o capitalismo é utópico, sob o socialismo reacionário. O argumento é falso até a medula dos ossos porque ignora a etapa da revolução social e suas tarefas. Com toda a segurança, sob a dominação do imperialismo é impossível uma independência genuína, estável e em que se possa confiar, das nações pequenas e medianas. Também é certo que no socialismo plenamente desenvolvido, que dizer, com a desapareção progressiva do Estado, desaparecerá também o problema das fronteiras nacionais. Porém também é certo que entre estes dois momentos, o do socialismo atual e o do socialismo realizado, transcorrerão décadas durante as quais nos prepararemos para concretizar o nosso programa. A consigna de uma Ucrânia soviética independente é de importância excepcional para mobilizar as massas e educá-las no período transicional.

O sectário simplesmente ignora o fato de que a luta nacional, uma das formas da luta de classes mais labirínticas e complexas, porém, ao mesmo tempo, de extrema significação, não pode ser descartada apenas com simples referências à futura revolução mundial. Com suas vistas colocadas fora da União Soviética, sem receber suporte nem direção do proletariado internacional, as massas pequeno-burguesas e inclusive operárias da Ucrânia ocidental estão sendo vítimas da demagogia reacionária. Sem dúvida, se estão dando processos similares na Ucrânia soviética, ainda que seja mais difícil descobri-los. A consigna de uma Ucrânia independente, colocada a tempo pela vanguarda proletária, levará a uma inevitável estratificação da pequena-burguesia e facilitará às suas camadas inferiores a aliança com o proletariado. Apenas desta maneira é possível preparar a revolução proletária.

“Se os operários realizam com êxito uma revolução na Ucrânia ocidental [...] [persiste nosso autor] a nossa estratégia deveria ser exigir que a Ucrânia soviética se separe e se unifique ao setor ocidental? Precisamente deveria ser a oposta.” Esta afirmação demonstra bem

claramente a profundidade da “nossa estratégia”. Novamente escutamos a mesma melodia: “Se os operários realizam...” O sectário se satisfaz com a dedução lógica a partir de uma revolução triunfante que se supõe já realizada. Porém, para um revolucionário o nó da questão consiste precisamente em como aplainar o caminho à revolução, como encontrar um caminho quea façamais fácil às massas, como aproximá-la, como garantir o seu triunfo. “Se os operários realizem...” uma revolução vitoriosa, pode desconta tudo e ainda será belo. Porém, agora não há revolução vitoriosa; ao contrário, há uma reação vitoriosa.

Achar ao ponto que permita passar da reação à revolução; esta é a tarefa. De passagem, digamos que isto é o que propõe todo o nosso programa de consignas transicionais (O Programa de Transição). Não devemos nos surpreender que os sectários de todos os matizes não compreendem o seu conteúdo. Movem-se com abstrações, uma abstração do capitalismo e uma abstração da revolução socialista. O problema da transição do imperialismo real à revolução real, de como mobilizar as massas em cada situação histórica concreta para a conquista do poder, constitui para estes sabichões estéreis um segredo escondido à sete chaves.

Acumulando indiscriminadamente uma acusação sobre a outra, o nosso crítico declara que a consigna de uma Ucrânia independente serve aos interesses dos imperialistas (!) e dos stalinistas (!!) porque “nega completamente a posição de defesa da União Soviética”. É impossível compreender o que o leva a nos colar com “os interesses dos stalinistas”. Porém, nos limitemos ao problema da defesa da URSS. Poderia ver-se ameaçada por uma Ucrânia independente unicamente no caso em que esta fosse hostil não só à burocracia, mas também à URSS. Contudo, proposta esta premissa (obviamente falsa), como pode exigir um socialista que a Ucrânia hostil permaneça dentro dos marcos da URSS? Ou se refere só ao período da revolução nacional?

Não obstante, o nosso crítico aparentemente reconheceu que é inevitável uma revolução contra a burocracia bonapartista. Esta revolução, como qualquer outra, apresentará indubitavelmente determinados perigos desde o ponto de vista da defesa. Que fazer? Se o nosso crítico tivesse pensado realmente no problema nos retrucaria que aquele perigo é historicamente ineludível, já que sob a dominação da burocracia bonapartista a URSS está esmagada. O mesmo raciocínio se aplica, identicamente e total, à insurreição nacional revolucionária que representa nada mais que um segmento isolado da revolução política.

É notável que ao nosso crítico não lhe passe pela cabeça o argumento mais sério contra a independência. A economia da Ucrânia é parte integral do plano. A sua separação ameaçaria jogá-lo abaixo e diminuiria as forças produtivas. Porém, este argumento tampouco é decisivo. Um plano econômico não é um livro sagrado. Se as seções nacionais da federação, malgrado a unificação do plano, pressionam em direções opostas, significa que o plano não os satisfaz. Um plano está feito de homens. Pode ser reconstruído de acordo com as novas fronteiras. Na medida que o plano beneficie a Ucrânia, esta desejará estabelecer os acordos necessários com a União Soviética e encontrará o modo de fazê-lo, da mesma maneira em que chegará a estabelecer as alianças militares necessárias.

Mais ainda, é inadmissível esquecer que o governo rude e arbitrário da burocracia tem muito que ver com este plano econômico, e constitui uma pesada carga para a Ucrânia. Isto exige antes de tudo uma drástica revisão do plano. A casta governante está destruindo sistematicamente a economia do país, o seu exército e a sua cultura; está aniquilando a nata da população e preparando o terreno para uma catástrofe. Apenas uma reversão total pode salvar a herança da revolução. Quanto mais audaz e resoluta seja a política da vanguarda proletária, entre outros problemas, em relação à questão nacional, tanto mais exitoso se alcançará a revolta revolucionária e menor será seu custo posterior.

A consigna de uma Ucrânia independente não significa que esse país permaneceria isolada para sempre, apenas que tornará a decidir, por sua conta e livremente, as suas relações com os outros setores da União Soviética e com os seus vizinhos ocidentais. Suponhamos uma variante ideal, mais favorável para o nosso crítico. A revolução se dá simultaneamente em todas as partes da União Soviética. A aranha burocrática é estrangulada e varrida. O congresso constituinte dos soviets estará na ordem do dia.

Ucrânia expressa o seu desejo de determinar novamente as suas relações com a URSS. Até nosso crítico, supomos, estará disposto a conceder-lhe este direito. Porém, para decidir livremente suas relações com as outras repúblicas soviéticas, para contar com o direito de dizer sim ou não, Ucrânia tem de recuperar a sua liberdade de ação total, ao menos enquanto dure este período constituinte. E, a isto não se pode nomear de uma outra maneira que independência do Estado.

Agora suponhamos que a revolução abarca também Polônia, Romênia e Hungria. Todos os setores do povo ucraniano se libertam e negociam a sua união com a Ucrânia soviética. Ao mesmo tempo expressam sua vontade de decidir sobre as relações da Ucrânia unificada com a União Soviética, Polônia soviética, etc. É evidente que para decidir estas questões será necessário convocar o congresso constituinte da Ucrânia unificada. Porém, um congresso “constituinte” não significa outra coisa que o congresso de um Estado independente que se prepara a determinar tanto o seu regime interno como a sua posição internacional.

Temos todas as razões para supor que em caso de triunfo da revolução mundial as tendências à unidade adquiririam imediatamente uma força enorme, e que as repúblicas soviéticas encontrarão as formas adequadas de se ligar de colaborar entre elas. Esta meta se conseguirá apenas se os antigos laços compulsórios, e em consequência as velhas fronteiras, se destruam completamente; só se cada uma das partes é totalmente independente. Para acelerar e facilitar este processo, para fazer possível no futuro uma fraternidade verdadeira entre os povos, os operários avançados da Grande Rússia tem de compreender já as causas do separatismo ucraniano, o potencial latente que alberga e que obedece a leis históricas. Tem de declarar, sem reservas, ao povo ucraniano que estão preparados apoiar com todas as suas forças a consigna de uma Ucrânia soviética independente, na luta comum contra a burocracia autocrática e o imperialismo.

Os nacionalistas ucranianos consideram correta a consigna de uma Ucrânia independente. Porém, se opõem a relacionar este consigna com a revolução proletária. Querem uma Ucrânia independente democrática e não soviética. Não cabe entrar aqui numa análise geral desta questão por que não tem que ver só com a Ucrânia, mas também com a caracterização geral da nossa época, o que já fizemos várias vezes. Delinearemos apenas os seus aspectos mais importantes.

A democracia está degenerando e desaparecendo, inclusive nos seus centros metropolitanos. Apenas os impérios mais ricos ou alguns países burgueses especialmente privilegiados podem manter ainda um regime democrático, e suficientemente degradado. A esperança que a Ucrânia, relativamente pobre e atrasada, possa estabelecer e manter um regime democrático não tem nenhum fundamento. Nem a independência da Ucrânia duraria muito num marco imperialista. O exemplo da Tchecoslováquia é, além disso, eloquente. Enquanto predominem as leis do imperialismo, o destino das nações pequenas e médias continuará sendo instável. Apenas a revolução proletária pode derrotar o imperialismo.

A atual Ucrânia soviética constitui o setor principal da nação ucraniana. O desenvolvimento industrial criou ali um poderoso proletariado claramente ucraniano. Está destinado a ser o dirigente do povo ucraniano nas suas lutas futuras. O proletariado ucraniano deseja liberar-se

das garras da burocracia. A consigna de uma Ucrânia democrática é historicamente tardia. Serve talvez, apenas, para consolar os intelectuais burgueses. Não unificará as massas. E, sem massas são impossíveis a emancipação e unificação da Ucrânia.

O nosso severo crítico nos lança a cada momento a alcunha de “centristas”. Segundo ele, o artigo foi escrito de tal maneira que constitui o exemplo mais evidente de nosso “centrismo”. Porém, não faz a menor tentativa de demonstrar em que consiste exatamente o centrismo da consigna de uma Ucrânia soviética independente. Certamente, não é tarefa fácil.

Se nomeia centrismo à política que é pela sua essência oportunista e que pretende aparecer como revolucionária pela sua forma. O oportunismo consiste na adaptação passiva à classe governante e ao seu regime, ao já existente, incluindo, é claro, as fronteiras entre os Estados. O centrismo compartilha totalmente este traço de oportunismo, porém o oculta, para adaptar-se ao descontentamento dos operários, depois de comentários radicais.

Se partirmos deste definição científica veremos que a posição do nosso desafortunado crítico é parcial e completamente centrista. Começa considerando como algo imutável as fronteiras específicas que segmentam as nações (acidentais desde o ponto de vista da política racional e revolucionária). A revolução mundial, que para ele não é uma realidade viva senão um milagre de algum bruxo, tem que aceitar inevitavelmente estas fronteiras.

Não lhe interessam absolutamente as tendências nacionalistas centrífugas, que podem favorecer tanto a reação como a revolução, que violentam o seu quietista formulário administrativo construído em base à “primeiro” e “depois”. Se separa da luta pela independência nacional contra o estrangulamento burocrático e se refugia em especulações sobre a superioridade da unidade socialista. Em outras palavras, a sua política (se é que podemos nomear assim seus comentários escolásticos sobre a política de outras pessoas) apresenta as piores características do centrismo.

O sectário é um oportunista que tem medo de si mesmo. No sectarismo, o oportunismo (centrismo) nas etapas iniciais está dobrado como um delicado broto. Pouco a pouco se abre, um terço, a metade, às vezes mais. Depois, se aparece a peculiar combinação de sectarismo e centrismo (Vereecken); de sectarismo e oportunismo do mais baixo (Sneevliet). Porém, às vezes o broto murcha sem se abrir-se (Oehler). Se não me equivoco, Oehler é o diretor de O Marxista.

(1) N.T.: O colapso do Império Austro-Húngaro na I Guerra Mundial; a Revolução Russa de 1917 e as declarações de independência ucranianas e outros fatos culminaram em 1921 no Tratado de Paz de Riga. Esta negociação terminou com a Guerra Polonesa-Soviética (1919-1920). Nesse tratado participaram os governos da Polónia, da República Socialista Federativa Soviética Russa (RSFSR) e da República Socialista Soviética Ucraniana (RSSU). Novamente se dividiu a Ucrânia, ficando a parte oriental integrada à República Socialista Soviética Ucraniana e, a partir de 1922, à URSS. A parte ocidental passou ao controle da Polónia e a região da Transcarpátia acabou dividida entre Tchecoslováquia e Romênia. Só com o término da Segunda Guerra Mundial ocorrerá a reunificação da Ucrânia, ainda como parte da União Soviética, se tornando independente desta com a implosão soviética 1991.

Texto 2: Autodeterminação para os negros - 1939

O presente texto, tratando da questão da organização revolucionária do negro norte-americano, é um dos inumeráveis textos de Leon Trotsky sobre o problema. Trata-se de uma transcrição de uma discussão entre o dirigente da Revolução Russa de 1917 e militantes do *Socialist Worker's Party* (Partido Operário Socialista) dos Estados Unidos, entre eles o famoso militante negro e escritor jamaicano radicado na Inglaterra, C. R. L. James. A reunião que

transcrevemos é de 11 de abril de 1939 e foi realizada na casa onde o revolucionário exiliado residiu no período que antecedeu seu assassinato em Coyoacán, México.

Trotsky: O camarada James propõe que discutamos a questão do negro em tres partes, e a primeira será dedicado à questão programática da autodeterminação para os negros. [Foram introduzidos alguns dados estatísticos que não estavam incluídos no relatório].

James: As propostas básicas para a questão do negro já foram distribuídas, e neste momento só será necessário lidar com a questão da autodeterminação. Ninguém nega o direito dos negros à autodeterminação. É uma questão de saber se devemos ou não defendê-la. Na África e nas Índias Ocidentais defendemos porque a grande maioria do povo quer. Na África, grandes massas da população emxergam a autodeterminação como uma restauração de sua independência. Nas Indias ocidentais, onde temos uma população semelhante em origem aos negros dos Estados Unidos, um sentimento nacional se desenvolveu. Os negros são a maioria. Já escutamos ideias, entre os mais avançados, de uma nação das Índias ocidentais, e é altamente provável que, inclusive, supondo que aos negros fossem oferecidos direitos completos e livres como cidadãos do Império britânico, eles provavelmente se oporiam a isso e desejariam ser absolutamente livres e independentes. Porém, tanto na África como nas Índias ocidentais, o Burô do Serviço Africano Internacional prega a autodeterminação. Isto é progressivo. É um passo na direção correta. Nós debilitamos o inimigo. Isso coloca os trabalhadores em posição de fazer grandes progressos em direção ao socialismo.

Nos Estados Unidos a situação é diferente. O negro quer desesperadamente ser um cidadão americano. Diz: —Estou aqui desde o começo; fiz todo o trabalho desde os primeiros dias. Judeus, poloneses, italianos, suecos e outros vêm para cá e têm todos os privilégios, E ainda assim vocês me excluem do exército e dos direitos de cidadania. Na Polônia e na Catalunha há uma tradição de língua, literatura e história que se soma à opressão política e econômica e que ajuda a unir a população em suas progressistas reivindicações de autodeterminação. Nos Estados Unidos não é assim. Vejamos certos eventos históricos no desenvolvimento do negro nos Estados Unidos. Garvey veio com a consigna —volta a África!-, mas os negros que o seguiram, em sua maioria, não acreditavam, que iriam realmente voltar a África. Nós sabemos que aqueles que nas Índias ocidentais seguiam Garvey não tinham a menor intenção de voltar ao continente africano, apenas se sentiam contentes de seguir um líder combativo. E há o caso de uma mulher negra que foi empurrada por uma mulher branca em uma rua e disse a ela: —Espere até que Marcus chegue ao poder e vocês serão tratados como merecem. Obviamente, ela não estava pensando em voltar a África.

Havia esta concentração sobre os problemas dos negros simplesmente porque os trabalhadores brancos em 1919 não haviam se desenvolvido. Não havia nenhuma organização política com poder para chamar aos e aos brancos a se unir. Os negros haviam acabado de voltar da guerra e como não tinham nenhuma proposta de militância, naturalmente se concentraram na resolução de seus problemas particulares. Além disso, porém, nós deveríamos assinalar que, em Chicago, onde ocorreu um distúrbio racial, ele foi provocado deliberadamente pelos empregadores. Algum tempo antes de que este realmente explodisse, os trabalhadores do frigorífico, brancos e negros, fizeram uma greve e uma marcha por todo o bairro negro em Chicago, com a população negra aplaudindo aos brancos da mesma forma que faziam com os negros. Para os capitalistas isto era muito perigoso e então traçaram o objetivo de criar um conflito racial. Em uma primeira etapa, pessoas brancas dirigindo carros a toda velocidade passavam pelo bairro negro disparando em qualquer um que vissem. A imprensa capitalista fez

alarde das diferenças raciais e assim se montou um cenário e se iniciaram distúrbios que se desenvolveram para dividir a população, fazendo com que os negros se fechassem em si mesmos. Durante o período de crise houve um renascimento destes movimentos nacionalistas. Houve um movimento em direção à criação do quadragésimo nono Estado, e o movimento concentrado em volta de Liberia ia se desenvolvendo. Estes movimentos assumiram proporções razoavelmente grandes até pelo menos 1934. Então em 1936, apareceu a organização da CIO (Comitê para a Organização Industrial). John L. Lewis instalou um departamento especial para negros. O New Deal marcou alguma coisa para os negros. Negros y brancos estiveram juntos em várias lutas. Estes movimentos nacionalistas tenderam a desaparecer à medida que os negros viram a oportunidade de lutar com os trabalhadores organizados e ganhar alguma coisa. O perigo de propagandizar e introduzir uma política de autodeterminação é que esse é o caminho certo para dividir e confundir aos trabalhadores do sul. Os trabalhadores brancos têm séculos de preconceitos para superar, mas no momento presente muitos deles estão atuando com os negros no sindicato dos arrendatários do sul e com o crescimento da luta há toda uma possibilidade de que eles sejam capazes de superar seus preconceitos de longa data. Mas, para nós, propor que o negro tenha seu próprio estado é exigir muito dos trabalhadores brancos, especialmente quando nem os próprios negros fazem esta exigência. As consignas de anulação das dívidas, confisco das grandes propriedades, etc., são suficientes para levar ambos a uma luta em comum e sobre a base da luta econômica a unir-se para a abolição da discriminação social. Portanto, proponho concretamente: (1) que sejamos a favor do direito à autodeterminação; (2) se alguma reivindicação de autodeterminação aparece entre os negros, devemos apoiá-la; (3) não tomaremos nenhuma medida especial para levantar esta consigna e colocar uma barreira desnecessária entre nós e o socialismo; (4) uma investigação deve ser feita no interior destes movimentos – o movimento liderado por Garvey, o movimento pela criação do Estado, e o movimento em torno de Liberia. Descobrir que grupos da população os apoiam e sobre esta base chegar a uma conclusão sobre em que medida existe qualquer reivindicação de autodeterminação entre os negros.

Curtiss: Me parece que o problema pode ser dividido em diferentes fases: Sobre a questão da autodeterminação, penso estar nítido que enquanto somos a favor da autodeterminação, inclusive sem descartar a independência, isso não necessariamente significa que propomos a independência. Dizemos que num caso determinado, em uma localidade determinada, eles têm o direito de decidir por si mesmos se devem ou não ser independentes ou que acordo governamental, particular, devem ter com a maioria do país. Sobre a questão de que a autodeterminação é necessariamente reacionária, creio que é um pouco forçado. Autodeterminação para várias nações e grupos não se opõe a um futuro mundo socialista. Creio que a questão foi trabalhada em uma polêmica entre Lenin y Piatakov desde o ponto de vista dos vários povos da Rússia enquanto ainda construam um país unificado. Não há necessariamente uma contradição entre os dois. A sociedade socialista não será construída sobre povos subjugados, mas sim sobre um povo livre. O caráter progressista ou reacionário da autodeterminação está definido pelo fato de fazer progredir ou não a revolução social. Este é o critério. Em relação com a questão como foi exposta, de que não devemos defender uma coisa que as massas não queiram. Isto não é correto. Nós não defendemos coisas apenas porque as massas querem. A questão básica do socialismo cairia nesta categoria. Nos Estados Unidos, somente uma pequena porcentagem das pessoas querem o socialismo, mas ainda assim o defendemos. Eles podem querer guerra, mas nós nos opomos a ela. As questões a resolver são as seguintes: ajudará isso na destruição do imperialismo americano? Se surge tal movimento,

as pessoas vão apoiá-lo com o desenrolar da situação? Entendo que estes movimentos nacionalistas dos quais você fala foram realizados por anos, e a luta foi travada por um punhado de pessoas em cada caso, mas num momento de crise social as massas se reagruparam em tais movimentos. O mesmo pode possivelmente acontecer em conexão com a dos negros. Me parece que o chamado Cinturão Negro é uma seção super explorada da economia americana. Tem todas as características de uma seção subjugada de um império. Tem toda a extrema pobreza e desigualdade política. Tem a mesma estrutura financeira: Wall Street explora os elementos pequeno-burgueses e aos trabalhadores pobres. Representa simplesmente um campo para investimentos e uma fonte de lucros. Tem as características de uma parte de um império colonial. É também essencialmente um problema regional, e os brancos foram forçados a sentir uma reação contra o capital financeiro. Seria também interessante estudar o possível desenvolvimento futuro da questão do negro. Vimos que quando os negros foram levados para o sul, permaneceram lá muitas décadas. Quando a guerra começou, muitos emigraram para o norte e lá formaram parte do proletariado. Aquela tendência não pode continuar operando. O capitalismo não está expandindo-se mais como antes. De fato, durante a depressão, muitos voltaram para as fazendas. É possível que, ao contrário de uma tendência à emigração, exista agora uma tendência do negro a ficar no sul. E há outros fatores: a questão da colheita de algodão, que atirará aos milhares os trabalhadores na rua. Voltando à questão da autodeterminação, está a possibilidade de que no meio da crise social a manifestação do radicalismo assumirá uma dupla fase: juntamente com a luta pela igualdade econômica e social, pode se encontrar a reivindicação pelo controle de seu próprio estado. Ainda na Rússia, quando os Bolcheviques chegaram ao poder, o povo polonês não estava convencido de que isto significaria para eles o fim da opressão. Exigiam o direito de controlar seu próprio destino a seu modo. Um desenvolvimento deste tipo é possível no sul. As outras questões são importantes, mas não creio que sejam básicas: que uma nação deva ter sua própria língua, cultura e tradição. Até certo ponto eles vêm desenvolvendo uma cultura própria. Em qualquer biblioteca pública podem ser encontrados livros de ficção, antologias, etc., expressando um novo sentimento racial. Agora, desde o ponto de vista dos Estados Unidos, a retirada do Cinturão Negro significa o debilitamento do imperialismo americano pela retirada de um grande campo de investimentos. Seria uma vitória da classe trabalhadora americana. Me parece que a autodeterminação não se opõe à luta pela igualdade política, econômica e social. No norte, essa luta é imediata e a necessidade é aguda. Ali, a consigna de igualdade política e econômica é uma consigna para a agitação, uma questão imediata. Desde o ângulo prático, ninguém sugere que levantemos a consigna da autodeterminação para a agitação, mas sim como uma consigna programática que pode se transformar em instrumento de agitação no futuro. Existe outro fator que pode ser chamado o fator psicológico. Se os negros acham que esta é uma tentativa de segregá-los, então seria melhor segurar esta consigna até que eles estejam convencidos de que não é o caso.

Trotsky: Não entendo muito bem se o camarada James propõe eliminar a consigna de autodeterminação para os negros de nosso programa ou se não devemos dizer que estamos prontos para fazer todo o possível para a autodeterminação dos negros se eles quiserem. Esta é uma questão - se devemos eliminá-la ou não - para o partido como um todo. Nós estamos prontos para ajudá-los se quiserem. Como partido podemos permanecer absolutamente neutros nesta questão. Não podemos dizer que será reacionário. Não é reacionário. Não podemos dizer-lhes para estabelecer um Estado porque isso debilitará o imperialismo e então seria bom para nós, os trabalhadores brancos. Seria contrário ao próprio internacionalismo. Não podemos dizer-lhes: - Fiquem aqui, inclusive ao preço do progresso econômico. Podemos dizer: —Vocês

devem decidir. Se vocês querem fazer parte do país, tudo bem, mas não queremos decidir por vocês. Creio que as diferenças entre as Índias ocidentais, Catalunha, Polônia, e a situação dos negros nos Estados Unidos não são tão decisivas. Rosa Luxemburgo era contrária à autodeterminação para Polônia. Ela sentiu que isso era reacionário e fantasioso, tão fantasioso como reivindicar o direito a voar. Isso mostra que ela não possuía a necessária imaginação histórica neste caso. Os proprietários de terras e os representantes das classes dominantes polonesas também eram contrários à autodeterminação, por suas próprias razões. O camarada James usou três verbos: apoiar, predicar e introduzir a idéia da autodeterminação. Não proponho ao partido ao partido que pregue, não proponho introduzir, mas somente proclamar nossa obrigação de apoiar a luta pela autodeterminação, se os negros a quiserem. Esta não é uma questão dos nossos camaradas negros. É uma questão de treze ou quatorze milhões de negros. A maioria deles é muito atrasada. Eles não estão muito informados quanto ao que querem agora, e devemos dar-lhes um crédito para o futuro. Eles decidirão. O que você diz sobre o movimento de Garvey é interessante, Mas isso prova que devemos ser cautelosos e amplos e não basearmos no status quo. A mulher negra que disse à mulher branca:- Espere até Marcus estar no poder. Nós saberemos como tratá-la, então, estava simplesmente expressando o desejo por seu próprio estado. Os a bandeira do movimento – volta à África!, porque isso parecia uma possível realização de seu desejo por um lar próprio. Eles não queriam realmente ir para a África. Isso era a expressão de um desejo místico por um lar no qual seriam livres da dominação dos brancos, no qual eles mesmos poderiam controlar os seus destinos. Aquilo também era um desejo pela autodeterminação. Isto foi expresso uma vez por alguém em forma religiosa, e agora assumiu a forma de um sonho de um Estado independente. Aqui nos Estados Unidos os brancos são tão poderosos, tão cruéis e tão ricos que o pobre negro arrendatário não diz, nem para si mesmo, que ele vai tomar uma parte do país para si. Garvey falou em termos entusiasmados, que era bonito e que aqui tudo seria maravilhoso. Qualquer psicanalista dirá que o real conteúdo deste sonho era ter seu próprio lar. Não é um argumento a favor de introduzir a idéia. É somente um argumento pelo qual podemos prever a possibilidade de dar a seu sonho uma forma mais realista. Sob a condição de que o Japão invada os Estados Unidos e os negros sejam chamados a lutar, eles podem sentir-se ameaçados primeiro de um lado e logo de outro, e, finalmente despertados, podem dizer: —Nós não temos nada que fazer com nenhum de vocês. Nós teremos nosso próprio Estado. Mas o Estado Negro poderia entrar em uma federação. Se os negros americanos obtivessem êxito na criação de seu próprio Estado, tenho certeza que depois de alguns poucos anos de satisfação e orgulho pela independência, sentiriam a necessidade de entrar em uma federação. Inclusive se Catalunha, que é uma província altamente desenvolvida e muito industrializada, tivesse realizado sua independência, isto haveria sido apenas um passo para a federação. Os judeus na Alemanha e na Áustria queriam nada mais que ser os melhores alemães chovinistas. O maior miserável de todos foi o socialdemocrata Austerlitz, o editor do Arbeiterzeitung. Mas agora, com a mudança dos acontecimentos, Hitler não lhes permite serem chovinistas alemães. Agora, muitos deles se tornaram sionistas e são nacionalistas palestinos e anti-alemães. Eu vi uma cena asquerosa recentemente, de um ator judeu chegando aos Estados Unidos e curvando-se para beijar o solo do país. Então, eles levam alguns golpes dos punhos fascistas nos Estados Unidos e vão beijar o solo da Palestina. Há outra alternativa à revolução vitoriosa. É possível que o fascismo chegue ao poder com seu delírio e opressão racial e a reação do negro será no sentido da independência racial. O fascismo nos Estados Unidos será dirigido contra a maneira mais terrível. Uma condição —privilegiada será criada para os trabalhadores brancos americanos sobre os ombros dos negros. Os negros fizeram tudo o que é possível para tornarem-se uma parte integral dos Esta-

dos Unidos, tanto de uma maneira psicológica como de uma maneira política. Devemos prever que sua reação mostrará seu poder durante a revolução. Eles entrarão com uma grande desconfiança dos brancos. Precisamos permanecer neutros nesta questão e manter a porta aberta para ambas possibilidades, e prometer nosso inteiro apoio se eles desejassem criar seu próprio estado independente. Até onde estou informado me parece que a atitude dos PC's de tornar a consigna imperativa era equivocada. Era um caso de brancos dizendo para os negros: —Vocês devem criar um gueto para si. Isso é uma falta de tato e um erro e só pode servir para repelir os negros. Sua única interpretação será que os brancos querem separar-se deles. Nossos camaradas negros, é claro, têm o direito de participar mais intimamente nestes processos. Nossos camaradas negros podem dizer: —a Quarta Internacional disse que, se é nosso desejo ser independentes, ela nos ajudará de todos os modos possíveis, mas que a decisão é nossa. Enquanto isso, eu, como membro negro da Quarta, tenho a opinião de que devemos permanecer no mesmo Estado com os brancos, e assim por diante. Ele pode participar na formação da ideologia política e racial dos negros.

James: Estou muito contente por haver tido esta discussão, pois concordo com você inteiramente. Parece ser a ideia, nos Estados Unidos, que deveríamos defender como fez o Partido Comunista. Você parece pensar que há uma maior possibilidade de que os negros queiram a autodeterminação do que eu creio provável. Mas temos 100% de acordo sobre a ideia que você apresentou sobre que deveríamos ser neutros.

Trotsky: Foi a palavra reacionário que me aborreceu.

James: Deixe-me citar algo do documento: —Se ele quisesse a autodeterminação, então não importa quão reacionário possa ser em todos os outros aspectos, seria o papel do partido revolucionário levantar essa consigna. Considero a ideia da separação como um passo atrás no que diz respeito à sociedade socialista. Se os trabalhadores brancos estendem a mão ao negro, ele não vai querer a autodeterminação.

Trotsky: Isso é muito abstracto, porque a realização desta consigna pode ser alcançada somente quando os 13 ou 14 milhões de negros sintam que a dominação dos brancos está liquidada. Lutar pela possibilidade de realização de um Estado independente é sinal de um grande despertar político e moral. Seria um tremendo passo revolucionário. Este ascenso teria imediatamente as melhores consequências econômicas.

Curtiss: Penso que uma analogia poderia ser feita em relação às cooperativas e a distribuição das grandes fazendas. Alguém pode considerar o desmembramento de grandes fazendas em pequenas parcelas como reacionário, mas não necessariamente. Mas esta questão cabe aos camponeses, se querem administrar as fazendas coletiva ou individualmente. Aconselhamos os camponeses, mas não os forçamos, a decisão [é deles. Poderiam dizer que o desmembramento de grandes propriedades em pequenas parcelas seria economicamente reacionário, mas não é.

Trotsky: Esta era também a posição de Rosa Luxemburgo. Ela sustentava que a autodeterminação seria tão reacionária como o desmembramento das grandes fazendas(...).

TESES DA IIIª INTERNACIONAL SOBRE MULHERES

Teses para a propaganda entre as mulheres - Terceiro Congresso – III Internacional (junho 1921)

Princípios Gerais

1. O Terceiro Congresso da Internacional Comunista, juntamente com a Segunda Conferência das Mulheres Comunistas, confirma a opinião do primeiro e segundo congressos relativamente à necessidade, para todos os partidos comunistas do Ocidente e do Oriente, de reforçar o trabalho entre o proletariado feminino, em particular a educação comunista das grandes massas de operárias que devem entrar na luta pelo poder dos soviets e pela organização da República Operária Soviética.

Para a classe operária do mundo inteiro e, conseqüentemente, para os operários, a questão da ditadura do proletariado é primordial.

A economia capitalista se encontra num impasse. As forças produtivas não podem mais se desenvolver nos limites do regime capitalista. A impotência da burguesia atrasou a indústria, aumentou a miséria das massas trabalhadoras, fez crescer a especulação, acelerou a decomposição da produção, o desemprego, a instabilidade dos preços, o custo de vida desproporcional aos salários, provocou um recrudescimento da luta de classes em todos os países. Nessa luta, é sobretudo a questão de saber quem deve organizar a produção, se um punhado de burgueses e exploradores sobre as bases do capitalismo e da propriedade privada, ou a classe dos verdadeiros produtores sobre a base comunista.

A nova classe ascendente, a classe dos verdadeiros produtores, deve, conforme as leis do desenvolvimento econômico, tomar nas mãos o aparelho de produção e criar novas formas econômicas. Somente assim poderá se dar o máximo desenvolvimento às forças produtivas, às quais a anarquia da produção capitalista impede de dar todo o rendimento de que elas são capazes.

Enquanto o poder estiver nas mãos da classe burguesa, o proletariado será impotente para restabelecer a produção. Nenhuma reforma, nenhuma medida, proposta pelos governos democráticos ou socialistas dos países burgueses, serão capazes de salvar a situação e minorar os sofrimentos insuportáveis dos operários, pois esses sofrimentos são um efeito natural da ruína do sistema econômico capitalista e persistirão enquanto o poder estiver nas mãos da burguesia. Só a conquista do poder pelo proletariado permitirá à classe operária se apoderar dos meios de produção e assegurar assim a possibilidade de restabelecimento da economia em seu próprio interesse.

Para adiantar a hora do enfrentamento decisivo do proletariado com o mundo burguês agonizante, a classe operária deve se conformar à tática firme e intransigente preconizada pela III Internacional. A realização da ditadura do proletariado deve ser a ordem do dia. Eis o objetivo que deve definir os métodos de ação e a linha de conduta do proletariado dos dois sexos. Partindo do princípio de que a luta pela ditadura do proletariado está na ordem do dia e que a construção do comunismo é a tarefa atual nos países em que a ditadura já está nas mãos dos operários, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista declara, que, tanto a conquista do poder pelo proletariado como a realização do comunismo nos países em que eles já se livraram da opressão burguesa, não serão cumpridas sem o apoio ativo da massa feminina do proletariado e semiproletariado. De outra parte, o congresso chama mais uma vez a atenção das mulheres para o fato de que, sem o apoio dos partidos comunistas, as iniciativas pela libertação das mulheres, o reconhecimento de sua igualdade pessoal completa e a sua libertação verdadeira não são realizáveis.

2. O interesse da classe operária exige, nesse momento, com uma força particular, a entrada das mulheres nas fileiras organizadas do proletariado que combate pelo comunismo; ele o exige, na medida em que a ruína econômica mundial se torna mais intensa e intolerável para toda a população pobre das cidades e do campo, e na medida em que, para a classe operária dos países burgueses capitalistas, a revolução social se impõe inevitavelmente, enquanto o

povo trabalhador da Rússia soviética se detém na tarefa de reconstruir a economia nacional sobre as novas bases comunistas. Essas duas tarefas serão mais facilmente realizadas se as mulheres participarem ativamente de forma consciente e voluntária.

3. Em todos os lugares em que a questão da conquista do poder surgir diretamente, os partidos comunistas deverão saber apreciar o grande perigo que representa para a revolução as massas inertes dos operários sem experiência nos movimentos econômicos, dos empregados, dos camponeses presos a concepções burguesas, da Igreja e dos preconceitos e sem ligação com o grande movimento de libertação que é o comunismo. As grandes massas femininas do Oriente e do Ocidente, não experimentadas nesses movimentos, constituem, inevitavelmente, um apoio para a burguesia e um objeto para sua propaganda contrarrevolucionária. A experiência da revolução húngara, ao longo da qual a consciência das massas femininas jogou um papel tão triste, deve servir de advertência ao proletariado dos países atrasados que estão entrando no caminho da revolução social.

A prática da República Soviética mostrou o quanto é essencial a participação da operária e da camponesa, tanto na defesa da República durante a guerra civil, como em todos os domínios da organização soviética. Sabe-se a importância do papel que as operárias e as camponesas já desempenharam na República Soviética, na organização da defesa, no reforço da retaguarda, na luta contra a deserção e contra todas as formas de contrarrevolução, de sabotagem, etc.

A experiência da República Operária deve ser aproveitada e utilizada nos outros países

De tudo o que acabamos de dizer, resulta a tarefa imediata dos partidos comunistas: estender a influência do partido e do comunismo às vastas camadas da população feminina de seu país, através de um órgão especial do partido e de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas e da ação dos partidos coalizacionistas, para fazer delas verdadeiros combatentes pela libertação total da mulher.

4. Impondo aos partidos comunistas do Ocidente e do Oriente a tarefa imediata de reforçar o trabalho do partido entre o proletariado feminino, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista mostra, ao mesmo tempo, às operárias do mundo inteiro, que sua libertação da injustiça secular, da escravidão e da desigualdade, só se realizará com a vitória do comunismo.

O que o comunismo pode dar às mulheres, o movimento feminino burguês não poderá dar. Enquanto existir a dominação do capital e a propriedade privada, a libertação da mulher é impossível. O direito ao voto não suprime a causa primeira da submissão da mulher dentro da família e da sociedade e não lhe dá solução para o problema das relações entre os dois sexos. A igualdade não formal, mas real, da mulher só é possível num regime em que ela seja a dona de seus instrumentos de produção e repartição, participando da administração e trabalhando em igualdade com os homens. Em outras palavras, essa igualdade só será realizada com a derrota do sistema capitalista e sua substituição pelas formas econômicas comunistas.

O comunismo criará uma situação na qual a função natural da mulher, a maternidade, não entrará em conflito com as obrigações sociais e não impedirá seu trabalho produtivo em proveito da coletividade. Mas o comunismo é, ao mesmo tempo, o objetivo final de todo o proletariado. Consequentemente, a luta do operário e da operária para esse fim comum deve, no interesse de ambos, ser conduzida em comum e inseparavelmente.

5. O Terceiro Congresso da Internacional Comunista confirma os princípios fundamentais do marxismo revolucionário, seguindo aqueles pontos “especialmente femininos”; toda relação da operária com o feminismo burguês, assim como todo apoio dado por ela à tática de meias-medidas e franca traição dos social-coalizacionistas e dos oportunistas só enfraquecem as forças do proletariado, retardando a revolução social e impedindo, ao mesmo tempo, a realização do comunismo, isto é, a libertação da mulher.

Chegaremos ao comunismo pela união na luta de todos os explorados e não pela união das forças femininas de classes opostas.

As massas proletárias femininas devem, em seu próprio interesse, sustentar a tática revolucionária do partido comunista e participar ativamente das ações de massa e da guerra civil sob todas as suas formas e aspectos, tanto no plano nacional como internacional.

6. A luta da mulher contra sua dupla opressão: o capitalismo e a dependência da família e do marido deve tomar, na fase que se aproxima, um caráter internacional transformando-se em luta do proletariado dos dois sexos pela ditadura e o regime soviético sob a bandeira da III Internacional.

7. Dissuadindo as operárias de todos os países a qualquer colaboração e coalizão com as feministas burguesas, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista previne, ao mesmo tempo, que todo apoio dado por elas à II Internacional ou aos elementos oportunistas que venham a se aproximar só pode fazer grande mal ao movimento. As mulheres devem sempre se lembrar que sua escravidão tem suas raízes no regime burguês. Para acabar com essa escravidão, é preciso passar para uma nova ordem social.

Apoiando as Internacionais II e II1/2, e os grupos análogos, paralisa-se o desenvolvimento da revolução, impede-se, conseqüentemente, a transformação social, adiando a hora da libertação da mulher.

Quanto mais as massas feministas se afastarem com decisão e sem possibilidade de retorno da II Internacional e da Internacional II1/2, mais a vitória da revolução social estará assegurada. O dever das mulheres comunistas é condenar todos aqueles que temem a tática revolucionária da Internacional Comunista e se aplicar firmemente em excluí-los das fileiras cerradas da Internacional Comunista.

As mulheres devem também se lembrar que a II Internacional sequer tentou criar uma organização destinada à luta pela libertação da mulher. A união internacional das mulheres socialistas, na medida em que existe, foi estabelecida fora dos limites da II Internacional, pela iniciativa das próprias operárias.

A III Internacional formulou claramente, desde seu primeiro congresso, em 1919, sua atitude sobre a questão da participação das mulheres na luta pela ditadura, por sua iniciativa e com sua participação foi convocada a primeira Conferência das Mulheres Comunistas e, em 1920, foi fundado o Secretariado Internacional para a propaganda entre as mulheres, com representação permanente no Comitê Executivo da Internacional Comunista. O dever das operárias conscientes é romper com a II Internacional e com a Internacional II 1/2 e sustentar firmemente a política revolucionária da Internacional Comunista.

8. O apoio que darão à Internacional Comunista as operárias e empregadas deve se manifestar primeiramente nas fileiras dos partidos comunistas de seus países. Nos países e nos partidos em que a luta entre a II e a III Internacional ainda não está terminada, o dever das operárias é sustentar, com todas as suas forças, o partido ou grupo que segue a política da Internacional Comunista e lutar impiedosamente contra todos os elementos hesitantes ou abertamente traidores, sem atribuir a eles a menor autoridade. As mulheres proletárias conscientes que lutam por sua libertação não devem permanecer num partido que não esteja filiado à Internacional Comunista.

Todo adversário da III Internacional é um inimigo da libertação da mulher

Cada operária consciente do Ocidente e do Oriente deve se alinhar sob a bandeira revolucionária da Internacional Comunista. Toda hesitação das mulheres no sentido de derrotar os grupos oportunistas ou as autoridades reconhecidas retarda as conquistas do proletariado sobre o terreno da guerra civil, que assume o caráter de uma guerra civil mundial. Métodos de ação entre as mulheres Partindo dos princípios acima indicados, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista estabelece que o trabalho entre as mulheres proletárias deve ser levado pelos partidos comunistas de todos os países sobre as bases seguintes:

1. Admitir as mulheres como membros iguais em direito e deveres em todos os outros partidos e em todas as organizações proletárias (sindicatos, cooperativas, conselhos de antigos funcionários de usinas etc.).

2. Perceber a importância que existe em fazer as mulheres participarem ativamente de todos os planos da luta do proletariado (inclusive a defesa militar), da edificação de novas bases sociais, da organização da produção e da existência segundo os princípios comunistas.

3. Reconhecer a maternidade como uma função social, aplicar todas as medidas necessárias à defesa da mulher na sua condição de mãe.

Declarando-se energicamente contra toda espécie de organização em separado das mulheres no seio do partido, sindicatos ou outras associações operárias, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista reconhece a necessidade, para o partido comunista, de empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres e estima útil formar em todos os partidos comunistas órgãos especiais encarregados desse trabalho.

Nesse aspecto, o congresso foi guiado pelas seguintes considerações:

a) A servidão familiar da mulher não apenas nos países burgueses capitalistas, mas também nos países onde já existe o regime soviético, na fase da transição do capitalismo ao comunismo.

b) A grande passividade e o estado de atraso político das massas femininas, defeitos explicáveis pelo distanciamento secular da mulher da vida social e por sua escravidão na família.

c) As funções especiais impostas à mulher pela natureza, isto é, a maternidade e as particularidades que daí decorrem para a mulher, com a necessidade de maior proteção de suas forças e sua saúde no interesse de toda a sociedade.

Esses órgãos para o trabalho entre as mulheres devem ser seções ou comissões que funcionem próximos aos comitês do partido, a começar pelo distrito. Esta decisão é obrigatória para todos os partidos filiados à Internacional Comunista.

O Terceiro Congresso da Internacional Comunista indica como tarefa dos partidos comunistas a serem cumpridas pelas seções através do trabalho entre as mulheres:

1. Educar as grandes massas femininas no espírito do comunismo e levá-las às fileiras do partido.

2. Combater os preconceitos relativos às mulheres nas massas do proletariado masculino, reforçando no seu espírito o ideal de solidariedade dos interesses dos proletários de ambos os sexos.

3. Afirmar a vontade da operária utilizando-a na guerra civil sob todas as formas e aspectos, despertar sua atividade fazendo-a participar das ações de massas, da luta contra a exploração capitalista nos países burgueses (contra a carestia, a crise de habitação e o desemprego), na organização da economia comunista e da existência em geral nas repúblicas soviéticas.

4. Colocar na ordem do dia do partido e instituições legislativas as questões relativas à igualdade da mulher e sua diferença como mulher.

5. Lutar sistematicamente contra a influência da tradição, dos costumes burgueses e da religião, a fim de preparar o terreno para relações mais sadias e harmoniosas entre os sexos e a saúde moral e física da humanidade trabalhadora. Todo o trabalho das seções femininas deverá ser feito sob a responsabilidade dos comitês do partido.

Entre os membros da comissão ou da direção das seções, deverão figurar também, na medida do possível, camaradas comunistas homens.

Todas as medidas e todas as tarefas que se impõem às comissões e seções dos operários deverão ser realizadas por elas de uma maneira independente, mas, no país dos soviets, por intermédio dos órgãos econômicos ou políticos respectivos (seções dos soviets, comissariados, comissões, sindicatos etc.) e nos países capitalistas com a ajuda dos órgãos correspondentes do proletariado (sindicatos, conselhos etc.).

Onde os partidos comunistas têm uma existência legal ou semilegal, eles devem formar um aparelho legal para o trabalho entre as mulheres. Este aparelho deve estar subordinado e adaptado ao aparelho ilegal do partido em seu conjunto. Lá, como no aparelho legal, cada comitê deve compreender uma camarada encarregada de dirigir a propaganda ilegal entre as mulheres.

No período atual, os sindicatos profissionais e de produção devem ser para os partidos comunistas o terreno fundamental do trabalho entre as mulheres, tanto nos países onde a luta pela reversão do jugo capitalista não está ainda terminada, como nas repúblicas operárias soviéticas.

O trabalho entre as mulheres deve ser levado segundo o seguinte espírito: Unidade na linha política e na estrutura do partido, livre iniciativa das comissões e das seções com tudo o que possa levar a mulher à sua completa libertação e igualdade, o que só será plenamente atingido pelo partido como um todo. Não se trata de criar um paralelismo, mas complementar os esforços do partido para as iniciativas e atividades criativas das mulheres.

O trabalho político do partido entre as mulheres nos países de regime soviético

O papel das seções nas repúblicas soviéticas consiste em educar as massas femininas no espírito do comunismo, levando-as para as fileiras do partido comunista; consiste ainda em desenvolver a atividade, a iniciativa da mulher, levando-a ao trabalho de construção do comunismo e fazendo dela uma firme defensora da Internacional Comunista.

As seções devem, por todos os meios, permitir a participação feminina em todos os campos da organização soviética, desde a defesa militar da República até os planos econômicos mais complicados.

Na República Soviética, as seções devem velar pela aplicação das decisões do Terceiro Congresso dos Soviets concernentes à participação das operárias e camponesas na organização e construção da economia nacional, bem como em todos os órgãos dirigentes, administrativos, controlando e organizando a produção.

Por intermédio de seus representantes e pelos órgãos do partido, as seções devem colaborar na elaboração de novas leis e na modificação daquelas que devem ser transformadas, tendo em vista a libertação real da mulher.

As seções devem dar prova de iniciativa para o desenvolvimento de legislação que proteja o trabalho da mulher e dos menores.

As seções devem levar o maior número possível de operárias e camponesas para a eleição dos soviets e velar para que elas sejam eleitas para os comitês executivos. As seções devem favorecer o sucesso de todas as campanhas políticas e econômicas levadas pelo partido.

É também papel das seções velar pelo aperfeiçoamento e especialização do trabalho feminino, pela expansão do ensino profissional, facilitando às operárias e camponesas o acesso aos estabelecimentos correspondentes.

As seções observarão para que se dê a entrada das operárias nas comissões para a proteção do trabalho nas empresas, reforçando a atividade das comissões de segurança e proteção da maternidade e da infância.

As seções facilitarão o desenvolvimento de uma rede de estabelecimentos públicos como creches, lavanderias, oficinas de consertos, instituições de seguridade social sobre as novas bases comunistas, que aliviarão para as mulheres o fardo da época de transição, levarão à sua independência material e farão da escrava doméstica e familiar uma colaboradora livre e criadora de novas formas de vida.

As seções deverão facilitar a educação dos membros femininos dos sindicatos no espírito do comunismo por intermédio de organizações para o trabalho entre as mulheres, constituídas pelas frações comunistas dos sindicatos. As seções velarão para que as operárias assistam regularmente às reuniões dos delegados de usinas e de fábricas.

As seções repartirão sistematicamente os delegados do partido como estagiários nos diferentes ramos de trabalho: soviets, economia nacional, sindicatos.

Nos países capitalistas

As tarefas imediatas das comissões para o trabalho entre as mulheres estão determinadas por condições objetivas. De uma parte, a ruína da economia mundial, o agravamento prodigioso do desemprego, apresentando como consequências particulares a diminuição da demanda de mão-de-obra feminina e aumentando a prostituição, o custo de vida, a crise de habitação, a ameaça de novas guerras imperialistas; de outra parte, as incessantes greves econômicas em

todos os países, as tentativas de sublevação armada do proletariado, a atmosfera cada vez mais sufocante da guerra civil se estendendo pelo mundo inteiro, tudo isso aparece como prólogo da inevitável revolução social mundial.

As comissões femininas devem levar adiante as tarefas de combate do proletariado, levar a luta pelas reivindicações do partido comunista, devem fazer a mulher participar de todas as manifestações revolucionárias dos comunistas contra a burguesia e os socialistas coalizacionistas.

As comissões velarão para que não somente as mulheres sejam admitidas com os mesmos direitos e deveres que os homens no partido, nos sindicatos e outras organizações operárias da luta de classes, combatendo toda separação e toda particularização da operária, mas também para que os operários e operárias sejam eleitos igualmente nos órgãos dirigentes dos sindicatos e cooperativas.

As comissões ajudarão as grandes massas do proletariado feminino e das camponesas a exercerem seus direitos eleitorais não só nas eleições parlamentares como em outras em favor do partido comunista, fazendo tudo para ressaltar o pouco valor que existe nesses direitos, tanto para o enfraquecimento da exploração capitalista como para a libertação da mulher, opondo ao parlamento o regime soviético.

As comissões deverão também velar para que as operárias, as camponesas e as empregadas participem ativa e conscientemente das eleições dos soviets revolucionários, econômicos e políticos de delegados operários. Elas se esforçarão para estimular a atividade política entre as donas-de-casa e propagar a ideia dos soviets, particularmente entre as camponesas.

As comissões consagrarão maior atenção à aplicação do princípio de trabalho igual, salário igual.

As comissões deverão levar os operários a essa campanha por cursos gratuitos e acessíveis a todos e de forma a relevar o valor da mulher.

As comissões devem velar para que as mulheres comunistas colaborem em todas as instituições legislativas municipais, para preconizar nesses órgãos a política revolucionária do partido.

Mas participando nas instituições legislativas, municipais ou outros órgãos do Estado burguês, as mulheres comunistas devem seguir estritamente os princípios e a tática do partido. Elas devem se preocupar não apenas em obter reformas sob o regime capitalista, mas em transformar todas as reivindicações das mulheres trabalhadoras em palavras de ordem de maneira a despertar a atividade das massas e dirigir essas reivindicações para a rota da luta revolucionária e da ditadura do proletariado.

As comissões devem, nos parlamentos e nas municipalidades, permanecer em contato estreito com as frações comunistas e deliberar em comum sobre todos os projetos etc. relativo às mulheres.

As comissões deverão explicar às mulheres o caráter atrasado e não-econômico do sistema de negociações isoladas, o defeito da educação burguesa dada às crianças, agrupando as forças dos operários nas questões da melhoria real da existência da classe operária, questões suscitadas pelo partido.

As comissões deverão favorecer a entrada no partido comunista de operárias, membros dos sindicatos, e as frações comunistas desses últimos deverão destacar para esse objetivo organizadores para o trabalho entre as mulheres, agindo sob a direção do partido e as seções locais.

As comissões de agitação entre as mulheres deverão dirigir sua propaganda de maneira que as mulheres comunistas propaguem nas cooperativas os ideais comunistas e, chegando à direção dessas cooperativas, consigam influenciar e ganhar as massas, considerando que essas organizações terão grande importância como órgãos de distribuição durante e após a revolução. Todo o trabalho das comissões deve atender a um objetivo único: o desenvolvimento da atividade revolucionária das massas a fim de chegar à revolução social.

Nos países economicamente atrasados (Oriente)

O partido comunista, de acordo com as seções, deve obter nos países de fraco desenvolvimento industrial o reconhecimento da igualdade de direitos e deveres da mulher no partido, nos sindicatos e outras organizações da classe operária.

As seções e as comissões devem lutar contra os preconceitos, os costumes e os hábitos religiosos que pesam sobre a mulher e levar uma propaganda também entre os homens.

O partido comunista e suas seções ou comissões devem aplicar os princípios da igualdade de direitos da mulher na educação das crianças, nas relações familiares e na vida pública.

As seções procurarão apoio para o seu trabalho, antes de tudo na massa de operários que trabalham a domicílio (pequena indústria), trabalhadores das plantações de arroz, algodão e outras, favorecendo a formação, em todos os lugares onde seja possível (em primeiro lugar, entre os povos do Oriente que vivem nos confins da Rússia soviética), de cooperativas de produção, cooperativas da pequena indústria, facilitando a entrada de operários das plantações nos sindicatos.

A elevação do nível geral de cultura das massas é um dos melhores meios de luta contra a rotina e os preconceitos religiosos existentes no país. As comissões devem também favorecer o desenvolvimento de escolas para adultos e para crianças, facilitando o acesso das mulheres à educação. Nos países burgueses, as comissões devem fazer uma agitação direta contra a influência burguesa nas escolas.

Em todos os lugares em que for possível, as seções e as comissões devem promover a propaganda a domicílio, organizar clubes de operários e atrair para os clubes, os elementos femininos mais atrasados. Os clubes devem ser focos de cultura e instrução, organizações modelo mostrando o que a mulher pode fazer por sua própria libertação e independência (organização de creches, jardins de infância, escolas primárias para adultos etc.).

Entre os povos nômades, deve-se organizar clubes ambulantes. As seções devem, em conjunto com os partidos, nos países de regime soviético, contribuir para facilitar a transição da forma econômica capitalista para a forma de produção comunista colocando o operário diante da realidade evidente de que a economia doméstica e a família, tal como elas se apresentam, só podem escravizá-los, enquanto o trabalho coletivo é a sua libertação. Entre os povos orientais da Rússia soviética, as seções devem velar para que seja aplicada a legislação soviética, igualando os direitos da mulher aos do homem e defendendo a primeira em seus interesses. Com esse objetivo, as seções devem facilitar às mulheres o acesso às funções de jurados nos tribunais populares.

As seções devem igualmente fazer as mulheres participarem das eleições dos soviets e velar para que as operárias e camponesas participem dos soviets e dos comitês executivos. O trabalho entre o proletariado feminino do Oriente deve ser conduzido segundo a plataforma da luta de classes. As seções revelarão a impossibilidade das feministas encontrarem solução para as diferentes questões da libertação da mulher; elas utilizarão as forças intelectuais femininas (por exemplo, as professoras) para a expansão da instrução nos países soviéticos do Oriente. Evitando sempre ataques grosseiros e sem tato às crenças religiosas e às tradições nacionais, as seções e as comissões que trabalham entre as mulheres do Oriente deverão lutar com clareza contra a influência do nacionalismo e da religião sobre os espíritos.

Toda organização de operários deve se basear, no Oriente como no Ocidente, não na defesa dos interesses nacionais, mas no plano de união do proletariado internacional de ambos os sexos nas tarefas comuns de classe.

A questão do trabalho entre as mulheres do Oriente, sendo de grande importância e, ao mesmo tempo, apresentando um novo problema para os partidos comunistas, deve ser detalhado por uma instrução especial sobre os métodos de trabalho entre as mulheres do Oriente, adequado às condições dos países orientais. A instrução será juntada às teses.

Métodos de agitação e propaganda

Para cumprir a missão fundamental das seções, isto é, a educação comunista das grandes massas femininas do proletariado e o fortalecimento dos quadros de campeões do comunismo, é indispensável que todos os partidos comunistas do Oriente e do Ocidente assimilem o princí-

pio fundamental do trabalho entre as mulheres que é o seguinte: “agitação e propaganda efetivas”.

Agitação efetiva significa, antes de tudo, ação para despertar a iniciativa da operária, destruir sua falta de confiança em suas próprias forças e, conduzindo-a ao trabalho prático de organização e luta, levá-la a compreender pela realidade que toda conquista do partido comunista, toda ação contra a exploração capitalista é um progresso para a melhoria da situação da mulher. “Da prática à ação, ao reconhecimento do ideal comunista e seus princípios teóricos”, tal é o método com que os partidos comunistas e suas seções femininas devem abordar as operárias.

Para serem realmente órgãos de ação e não apenas de propaganda oral, as seções femininas devem se apoiar nos núcleos comunistas das empresas e fábricas e designar, em cada núcleo comunista, um organizador especial do trabalho entre as mulheres da empresa ou fábrica.

As seções deverão se relacionar com os sindicatos por intermédio de seus organizadores, designados pela fração comunista do sindicato, e realizar seu trabalho sob a direção das seções.

A propaganda efetiva dos ideais comunistas consiste, na Rússia dos soviets, em fazer a operária, a desempregada e a empregada entrarem em todas as organizações soviéticas, começando pelo exército e pela milícia e em todas as instituições visando à libertação da mulher: alimentação pública, educação social, proteção da maternidade etc. Uma tarefa particularmente importante é a restauração econômica sob todas as suas formas, da qual é fundamental a participação da operária.

A propaganda efetiva nos países capitalistas deverá, antes de tudo, levar as operárias a participarem das greves, manifestações e da insurreição sob todas as suas formas, que temperam e elevam a vontade e a consciência revolucionárias, em todas as formas de trabalho ilegal (particularmente nos serviços de ligação) na organização de sábados e domingos comunistas, para os quais as operárias simpatizantes e as empregadas aprenderão a se tornar úteis ao partido pelo trabalho voluntário.

O princípio da participação das mulheres em todas as campanhas políticas, econômica ou morais empreendidas pelo partido comunista serve igualmente aos objetivos da propaganda efetiva. Os órgãos de propaganda entre as mulheres, próximos ao partido comunista, devem estender sua atividade às categorias mais numerosas de mulheres socialmente exploradas e presas nos países capitalistas e, entre as mulheres dos Estados soviéticos, livrar seu espírito preso por superstições e resquícios da velha ordem social. Eles deverão se prender a todas as suas necessidades e sofrimentos, a todos os seus interesses e reivindicações, pelo que as mulheres perceberão que o capitalismo deverá ser esmagado como seu inimigo mortal e que as vias deverão se franqueadas ao comunismo, sua libertação.

As seções devem realizar metodicamente sua agitação e sua propaganda pela palavra, organizando reuniões nas fábricas e reuniões públicas, seja para as empregadas de diferentes ramos da indústria, seja para as donas-de-casa e trabalhadoras de todas as categorias, por quarteirão, bairros das cidades, etc. As seções devem velar para que as frações comunistas dos sindicatos, das associações operárias, das cooperativas, elejam organizadores e agitadores especiais para fazer o trabalho comunista nas massas femininas dos sindicatos, cooperativas, associações. As seções devem velar para que nos Estados soviéticos, as operárias sejam eleitas para os conselhos de indústria e todos os órgãos encarregados da administração, controle e direção da produção. Enfim, as operárias devem ser eleitas para todas as organizações que, nos países capitalistas, servem às massas exploradas e oprimidas em sua luta para a conquista do poder político ou, nos Estados soviéticos, que servem à defesa da ditadura do proletariado e à realização do comunismo.

As seções devem delegar mulheres comunistas provadas nas indústrias, colocando-as como operárias ou como empregadas nos locais onde um grande número de mulheres trabalhem, tal como é praticado na Rússia soviética; instalam-se assim essas camadas nas grandes circunscrições e centros proletários. Seguindo o exemplo do Partido Comunista da Rússia Soviética, que organiza reuniões de delegadas e conferências de delegadas sem partido, que sempre

têm um sucesso considerável, as seções femininas dos países capitalistas devem organizar reuniões públicas de operárias, trabalhadoras de todo tipo, camponesas, donas-de-casa, reuniões que tratem das necessidades e reivindicações das mulheres trabalhadoras e que devem eleger comitês ad hoc, aprofundar as questões levantadas em contato permanente com seus mandatários e as seções femininas do partido.

As seções devem enviar seus oradores para participarem das discussões nas reuniões dos partidos hostis ao comunismo. A propaganda e a agitação em reuniões e outras instituições similares devem ser completadas por uma agitação metódica e prolongada nas casas. Todo comunista encarregado desta tarefa deverá visitar as mulheres em suas casas, mas deverá fazê-lo regularmente ao menos uma vez por semana e a cada ação importante dos partidos comunistas e das massas proletárias.

As seções devem criar e preparar uma literatura simples, conveniente; brochuras e folhetos para exortar e agrupar as forças femininas.

As seções devem velar para que as mulheres comunistas utilizem da maneira mais ativa todas as instituições e meios de instrução do partido. A fim de aprofundar a consciência e temperar a vontade das comunistas ainda atrasadas e das mulheres trabalhadoras, levando-as à atividade, as seções devem convidá-las para os cursos e discussões do partido. Cursos separados, sessões de leitura e discussão, só para as operárias, podem ser organizados somente em casos excepcionais. A fim de desenvolver o espírito de camaradagem entre operárias e operários, é desejável não criar cursos e escolas especiais para as mulheres comunistas: em cada escola do partido, deve, obrigatoriamente, haver um curso sobre os métodos de trabalho entre as mulheres. As seções têm o direito de delegar um certo número de suas representantes aos cursos gerais do partido.

Estrutura das seções

Serão organizadas para o trabalho entre as mulheres próximas aos comitês regionais e de distrito e, enfim, próximas ao comitê central do partido.

Cada país escolhe os membros da seção. O mesmo se aplica aos partidos dos diferentes países aos quais é dada a liberdade de decidir, segundo as circunstâncias, o número de membros da seção apontados pelo partido.

A direção da seção deverá ser, ao mesmo tempo, do comitê local do partido. No caso de não haver essa acumulação, ela deverá caber a todas as assembleias do comitê com voz deliberativa sobre as questões concernentes à seção das mulheres e com voz consultiva sobre as demais questões.

Além das tarefas gerais já enumeradas, que cabem às seções e comissões locais, elas serão encarregadas das seguintes funções: manutenção da ligação entre as diferentes seções da região e com a seção central, reuniões de informação sobre a atividade das seções e comissões da região, intercâmbio de informações entre as diferentes seções da região e com a seção central, reuniões de informação sobre a atividade das seções e comissões da região ou província; distribuição das forças de agitação, mobilização das forças do partido para o trabalho entre as mulheres, convocação de conferências regionais de mulheres comunistas no mínimo duas vezes por ano, com representantes de seções na proporção de duas por seção, e enfim, a organização de conferências de operárias e camponesas sem partido. As seções regionais (de província) se compõem de cinco a sete membros, os membros do bureau são nomeados pelo comitê correspondente do partido, sob apresentação à direção da seção; esta é eleita da mesma forma que os outros membros do comitê distrital ou provincial para a conferência correspondente do partido. Os membros das seções ou comissões são eleitos para a conferência geral da cidade, do distrito ou da província, ou ainda são designados pelas seções respectivas em contato com o comitê do partido. A comissão central para o trabalho entre as mulheres se compõe de dois a cinco membros dentre os quais um ao menos é pago pelo partido. Além das funções enumeradas acima para as seções regionais, a comissão central terá ainda as seguintes tarefas: instruções a serem dadas aos militantes da localidade, controle do trabalho das seções, repartição, em contato com os órgãos correspondentes do partido, das forças para o trabalho entre as mulheres, controle por intermédio de seu representante ou encarregado das

condições e desenvolvimento do trabalho feminino em torno das transformações jurídicas ou econômicas necessárias na situação das mulheres, participação dos representantes, dos encarregados, nas comissões especiais, estudando a melhoria das condições de vida da classe operária, da proteção do trabalho, da infância etc., publicação de uma "folha" central e redação de jornais periódicos para as operárias, convocação ao menos uma vez por ano dos representantes de todas as seções provinciais, organização de excursões de propaganda por todo o país, envio de instrutores do trabalho entre as mulheres, treinamento das operárias para participarem em todas as seções das campanhas políticas e econômicas do partido, ligação permanente com o Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas e celebração anual do Dia Internacional da Operária.

Se a direção da seção de mulheres ligada ao comitê central não é membro desse comitê, ela tem o direito de assistir a todas as sessões com voz deliberativa sobre as questões relativas à seção e com voz consultiva nas demais questões. Ela é, ou nomeada pelo comitê central do partido ou eleita no congresso geral desse último. As decisões e as resoluções de todas as comissões devem ser confirmadas pelo respectivo comitê do partido.

O trabalho em escala internacional

A direção do trabalho dos partidos comunistas de todos os países, a reunião das forças operárias, a solução das tarefas impostas pela Internacional Comunista e a participação das mulheres de todos os países e povos na luta revolucionária pelo poder dos soviets e pela ditadura da classe operária em escala mundial, cabem ao Secretariado Internacional Feminino da Internacional Comunista. O número de membros da comissão central e o número de membros com voz deliberativa são fixados pelo comitê central do partido.

CANNON

Texto1: A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-Americano. 8 de Maio de 1959

Durante seus dez primeiros anos, o Partido Comunista dos EUA estava preocupado com a questão do negro, e gradualmente chegou a uma política que era diferente e superior à do radicalismo norte-americano tradicional. Não obstante, nas minhas memórias publicadas relacionadas a este período, a questão do negro não aparece em nenhuma parte como tema de controvérsia interna entre as frações principais. A explicação era que nenhum dos dirigentes norte-americanos colocou nenhuma nova ideia sobre esta questão explosiva por conta própria; e nenhuma das frações propôs nenhuma das mudanças de política, atitude e forma de abordar a questão que se haviam realizado gradualmente quando o partido chegou ao fim de sua primeira década.

As principais discussões sobre a questão do negro ocorreram em Moscou, e a nova forma de ver a questão foi elaborada lá. Já no Segundo Congresso da Comintern (Internacional Comunista), em 1920, "Os Negros na América" foi um ponto na ordem do dia e uma discussão preliminar sobre esta questão foi levada a cabo. As investigações históricas comprovarão decisivamente que a política do PC sobre a questão do negro recebeu seu primeiro impulso de Moscou, e também que todas as seguintes elaborações desta política, incluindo a adoção da palavra-de-ordem de "autodeterminação" em 1928, vieram de Moscou.

Sob a constante pressão e estímulo dos russos na Comintern, o partido começou com o trabalho entre os negros durante seus primeiros dez anos; mas não conseguiu incorporar muitos e sua influência dentro da comunidade negra não chegou a muito. Disto seria fácil tirar a conclusão pragmática de que toda a discussão e preocupação sobre a política com respeito à

questão nessa década, desde Nova Iorque até Moscou, era muito barulho sobre nada, e que os resultados da intervenção russa foram completamente negativos.

Esta pode ser a avaliação convencional nestes dias da Guerra Fria, quando a animosidade contra todas as coisas russas é o substituto convencional pela opinião considerada. Porém, está longe de ser a verdade histórica. Os primeiros dez anos do comunismo norte-americano são um período curto demais para permitir uma avaliação definitiva da nova forma de abordar a questão do negro que foi imposta ao partido norte-americano pela Comintern.

A discussão histórica sobre a política e ação do Partido Comunista sobre a questão do negro, e sobre a influência russa na formação das mesmas, durante os primeiros dez anos da existência do partido, por exaustiva que seja, não pode ser suficiente se a investigação não projeta-se até a seguinte década. O jovem partido tomou os primeiros dez anos para fazer um começo neste terreno até então não explorado. As façanhas espetaculares dos anos 30 não podem ser entendidas sem referência a esta década anterior de mudanças e reorientações. As posteriores ações e resultados vieram disto.

Uma análise séria de todo o processo complexo tem que começar com o reconhecimento de que os comunistas norte-americanos na primeira parte dos anos 20, tal como todas as outras organizações radicais deste período e períodos anteriores, não tinham nada com que podiam começar sobre a questão do negro senão uma teoria inadequada, uma atitude falsa ou indiferente e a aderência de alguns indivíduos com tendências radicais ou revolucionárias.

O movimento socialista anterior, do qual o Partido Comunista surgiu, jamais reconheceu a necessidade de um programa especial sobre a questão do negro. Esta era considerada pura e simplesmente um problema econômico, uma parte da luta entre os operários e os capitalistas; a idéia era que não se podia fazer nada sobre os problemas especiais da discriminação e a desigualdade antes da chegada ao socialismo.

Os melhores dos socialistas do período anterior foram representados por Debs,⁽¹⁾ que se mostrava simpático a todas as raças e completamente livre de preconceitos. Porém, a limitação do ponto de vista deste grande agitador, sobre esta questão complexa, foi expressada na sua declaração:

Nós não temos nada especial para oferecer ao negro, e não podemos fazer chamamentos separados a todas as raças. O Partido Socialista é o partido de toda a classe operária, seja qual for a cor – de toda a classe operária de todo o mundo" (Ray Ginger, The Bending Cross).

Esta foi considerada uma colocação muito avançada nesse período, mas não colocou o apoio ativo à exigência especial do negro por um pouco de igualdade aqui e agora, ou no futuro previsível, no caminho rumo ao socialismo.

Inclusive Debs, com a sua fórmula geral que ignorou o ponto principal – a questão ardente da constante discriminação contra os negros em todos os aspectos – era muito superior nesta questão, tal como em todas as outras, a Victor Berger, que era um racista declarado.⁽²⁾ O seguinte é um pronunciamento de um editorial de Berger no seu jornal na cidade de Milwaukee, o Social Democratic Herald:

"Não há dúvida de que os negros e mulatos constituem uma raça inferior".

Esta foi a colocação do "socialismo de Milwaukee" sobre a questão negra, como foi expressada por seu ignorante e insolente líder e chefe. Um negro perseguido e atacado jamais conseguiria digerir tal posição com uma simples cerveja de Milwaukee, inclusive se tivesse cin-

co centavos e pudesse encontrar uma cantina dos brancos onde pudesse beber um copo de cerveja, na parte dos fundos do bar.

O chauvinismo declarado de Berger nunca foi a posição oficial do Partido Socialista. Havia outros socialistas, tais como William English Walling, que foi partidário da igualdade de direitos para os negros e um dos fundadores da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP – Associação Nacional pelo Avanço das Pessoas de Cor) em 1909. Mas tais indivíduos foram uma pequena minoria entre os socialistas e radicais antes da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa.

A insuficiência da política socialista tradicional sobre a questão do negro tem sido amplamente documentada pelos historiadores do movimento, Ira Kipnis e David Shannon. Shannon resume a atitude geral que prevalecia no Partido Socialista sobre os negros da seguinte forma:

"Não eram importantes no partido, o partido não fazia nenhum esforço especial para atrair militantes negros, e se o partido não era realmente hostil ao esforço dos negros para melhorar sua posição dentro da sociedade capitalista norte-americana, este esforço geralmente não lhe interessava."

E mais adiante:

"O partido mantinha que a única salvação do negro era a mesma que a única salvação do branco: 'o socialismo'."

Esta foi a posição tradicional que o Partido Comunista dos primeiros anos herdou do movimento socialista anterior, do qual havia surgido. A política e a prática do movimento sindical era ainda pior. A organização IWW (Industrial Workers of the World – Trabalhadores Industriais do Mundo) não excluía ninguém da militância pela sua "raça, cor nem credo". Mas os sindicatos predominantes da AFL (American Federation of Labor – Federação Norte-Americana do Trabalho), com só umas poucas exceções, eram compostos exclusivamente pelos brancos da aristocracia operária. Estes também não tinham nada especial que oferecer aos negros; na realidade, não tinham absolutamente nada que oferecer-lhes.

A diferença – e foi uma diferença profunda – entre o Partido Comunista dos anos 20 e os seus antecessores socialistas e radicais, foi mostrada pela sua ruptura com esta tradição. Os comunistas norte-americanos dos primeiros anos, sob a influência e pressão dos russos na Comintern, estavam aprendendo lenta e dolorosamente a mudar sua atitude; a assimilar a nova teoria da questão negra como uma questão especial de gente duplamente explorada e posta na situação de cidadãos de segunda classe, o que requeria um programa de reivindicações especiais como parte do programa geral – e a começar a fazer algo sobre esta questão.

A verdadeira importância desta mudança profunda, em todas suas dimensões, não pode ser medida adequadamente pelos resultados que ocorreram nos anos 20. É necessário considerar os primeiros dez anos principalmente como o período preliminar de reconsideração e discussão, e de mudança na atitude e política sobre a questão dos negros – como preparação para a atividade futura neste terreno.

Os efeitos desta mudança e esta preparação nos anos 20, produzidos pela intervenção russa, manifestaram-se explosivamente na década posterior. As condições muito favoráveis para a agitação e organização entre os negros, produzidas pela Grande Depressão, encontraram o Partido Comunista preparado para atuar neste terreno como nenhuma outra organização radical havia feito neste país.

Tudo de novo e progressista sobre a questão do negro veio de Moscou depois da revolução de 1917, e como resultado da revolução – não só para os comunistas norte-americanos, que responderam diretamente, mas também para todos os que se interessavam na questão.

Sozinhos, os comunistas norte-americanos nunca inventaram nada novo ou diferente da posição tradicional do radicalismo norte-americano sobre a questão negra. Essa posição, como mostram as citações anteriores das histórias de Kipnis e Shannon, foi bastante fraca na teoria e ainda mais fraca na prática. A fórmula simplista de que a questão dos negros era meramente econômica, uma parte da questão do capital contra o trabalho, jamais inspirou os negros, que sabiam que não era assim, mesmo se não o dissessem abertamente; eles tinham que viver com a discriminação brutal, cada hora de cada dia.

Esta discriminação não era sutil nem dissimulada. Todo mundo sabia que ao negro se dava o pior em todo momento, mas quase ninguém estava interessado ou queria fazer algo para procurar moderar ou mudar esta situação. A maioria branca da sociedade norte-americana, que constituía [nesse período] 90% da população, incluindo seu setor operário, no Norte como no Sul, estava saturada com preconceitos contra o negro; e o movimento socialista refletia bastante este preconceito – embora, para não contradizer o ideal da irmandade humana, esta atitude dos socialistas era oculta e tomava a forma de evasiva. A velha teoria do radicalismo norte-americano mostrou na prática ser uma fórmula para a falta de ação sobre a questão dos negros e, incidentalmente, uma cobertura conveniente para os latentes preconceitos raciais dos radicais brancos.

A intervenção russa transformou tudo isto, drasticamente e num sentido benéfico. Ainda antes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, Lenin e os bolcheviques se distinguiam de todas as outras tendências no movimento socialista e operário internacional por sua preocupação com os problemas das nações e minorias nacionais oprimidas, e seu apoio positivo às lutas destas pela liberdade, a independência e o direito da autodeterminação. Os bolcheviques davam este apoio a toda a "gente sem igualdade de direitos", de uma forma sincera e honesta, mas não havia nada "filantrópico" nesta posição. Reconheciam também o grande potencial revolucionário na situação dos povos e nações oprimidos, e os viam como aliados importantes da classe operária internacional na luta revolucionária contra o capitalismo.

Depois de novembro de 1917, esta nova doutrina, com ênfase especial nos negros, começou a ser transmitida ao movimento comunista norte-americano com a autoridade da Revolução Russa. Os russos na Comintern começaram a enfrentar os comunistas norte-americanos com a exigência brusca e insistente de que abandonassem seus próprios preconceitos não declarados, que dessem atenção aos problemas e queixas especiais dos negros norte-americanos, que trabalhassem entre eles e que se convertessem em campeões de sua causa dentro da população branca.

Para os norte-americanos, que tinham sido educados numa tradição diferente, levou tempo para assimilar a nova doutrina leninista. Mas os russos seguiam, ano após ano, montando os argumentos e aumentando a pressão sobre os comunistas norte-americanos até que estes finalmente aprenderam, mudaram e começaram a trabalhar a sério. E a mudança na atitude dos comunistas norte-americanos, que se efetuou gradualmente nos anos 20, exerceria uma influência profunda em círculos muito mais amplos durante os anos posteriores.

A ruptura do Partido Comunista com a posição tradicional do radicalismo norte-americano sobre a questão negra coincidiu com mudanças profundas que estavam ocorrendo entre a po-

pulação negra. A migração em grande escala das regiões agrícolas do Sul dos Estados Unidos para os centros industriais do Norte se acelerou muito durante a Primeira Guerra Mundial, e continuou nos anos posteriores. Isto produziu algumas melhorias em suas condições de vida em comparação com o que haviam conhecido no Sul ("Deep South"),⁽³⁾ mas não foram suficientes para compensar o desencanto de encontrar-se relegados aos guetos e submetidos ainda à discriminação por todos os lados.

O movimento negro, tal como era então, apoiou patrioticamente a Primeira Guerra Mundial "para tornar o mundo seguro para a democracia"; e 400.000 negros serviram nas forças armadas. Quando regressaram aos Estados Unidos, buscaram um pouquinho de democracia para eles mesmos, mas não puderam encontrar muito em nenhum lado. O seu novo espírito de reclamar algo para si mesmos foi contestado com cada vez mais linchamentos e uma série de distúrbios raciais em todo o país, tanto no Norte como no Sul.

Tudo isto – as esperanças e as decepções, o novo espírito de decisão e as represálias bestiais – contribuiu para o surgimento de um novo movimento negro. Rompendo decididamente com a tradição de Booker T. Washington⁽⁴⁾ de acomodação a uma posição de inferioridade no mundo do homem branco, uma nova geração de negros começou a impulsar suas exigências de igualdade.

O que o novo movimento emergente dos negros norte-americanos – uma minoria de 10% da população dos Estados Unidos – mais necessitava, e que carecia quase por completo, era de apoio efetivo dentro da comunidade branca em geral e, em particular, dentro do movimento operário, seu aliado necessário. O Partido Comunista, defendendo vigorosamente a causa dos negros e propondo uma aliança do povo negro e o movimento operário combativo, entrou na nova situação como um agente catalizador no momento preciso.

Foi o Partido Comunista, e nenhum outro, que converteu os casos de Herndon e Scottsboro⁽⁵⁾ em questões conhecidas nacional e internacionalmente, e que pôs os grupos de linchamento legal dos "Dixiecratas" (políticos racistas sulistas do Partido Democrata) na defensiva pela primeira vez desde a derrubada da Reconstrução.⁽⁶⁾ Os militantes do partido dirigiram as lutas e as manifestações para conseguir consideração justa para os negros desempregados nos postos de ajuda, e para colocar novamente nos seus apartamentos os móveis dos negros jogados na rua pelos donos das casas. Foi o Partido Comunista que de forma demonstrativa apresentou um negro como candidato a vice-presidente em 1932 – algo que nenhum outro partido radical ou socialista jamais havia contemplado.

Por meio deste tipo de ação e agitação nos anos 30, o partido sacudiu todos os círculos mais ou menos liberais e progressistas da maioria branca, e começou a produzir uma mudança radical na atitude sobre a questão negra. Ao mesmo tempo, o partido se converteu num verdadeiro fator entre os negros, que avançaram em seu status e sua confiança em si mesmos – em parte como resultado da vigorosa agitação do Partido Comunista sobre a questão.

Não se pode descartar esta realidade dizendo que "os comunistas atuaram assim porque tinham um interesse por trás disto". Toda agitação a favor dos direitos dos negros favorece o movimento negro; e a agitação dos comunistas foi muito mais enérgica e eficaz que qualquer outra naquele período.

Estes novos acontecimentos parecem conter um aspecto contraditório, e este, que conheço, jamais tem sido confrontado ou explicado. A expansão da influência comunista dentro do movimento negro durante os anos 30 ocorreu apesar do fato de que uma das novas palavras-

de-ordem impostas ao partido pela Comintern nunca pareceu adequar-se à situação real. Esta foi a palavra-de-ordem da "autodeterminação", sobre a qual se fez o maior alvoroço e se escreveu o maior número de teses e resoluções, sendo inclusive apregoada como a palavra-de-ordem principal.⁽⁷⁾ A palavra-de-ordem da "autodeterminação" teve pouca ou nenhuma aceitação na comunidade negra. Depois do colapso do movimento separatista dirigido por Garvey,⁽⁸⁾ a tendência dos negros foi principalmente em direção à integração racial, com igualdade de direitos.

Na prática o PC passou por cima desta contradição. Quando o partido adotou a palavra-de-ordem da "autodeterminação", não abandonou sua vigorosa agitação a favor da igualdade e os direitos dos negros em todas as frentes. Ao contrário, intensificou e estendeu esta agitação. Isto era o que os negros desejavam ouvir, e isso é o que fez a diferença. A agitação e ação do PC sobre esta última palavra-de-ordem foi o que produziu resultados, sem a ajuda e provavelmente apesar da impopular palavra-de-ordem da "autodeterminação" e todas as teses escritas para justificá-la.

Durante o "Terceiro Período" de ultra-radicalismo [da Comintern], os comunistas convertidos em stalinistas realizaram sua atividade entre os negros com toda a desonesta demagogia, os exageros e distorções que lhes são próprias e das quais eles são inseparáveis. Apesar disto, a reivindicação principal em torno da igualdade de direitos foi ouvida e encontrou eco na comunidade negra. Pela primeira vez desde a época dos abolicionistas,⁽⁹⁾ os negros viram um grupo enérgico, dinâmico e combativo de gente branca que defendia sua causa. Desta vez não foram uns quantos filantropos e liberais tímidos, mas sim os pertinazes stalinistas dos anos 30, que estavam à frente de um movimento radical de grande alcance que, gerado pela depressão, estava em ascensão. Havia uma energia em seus esforços naqueles anos e esta foi sentida em muitas esferas da vida norte-americana.

A resposta inicial de muitos negros foi favorável, e a reputação do partido como uma organização revolucionária identificada com a União Soviética provavelmente era mais ajuda que obstáculo. A camada superior dos negros, buscando respeitabilidade, tendia a distanciar-se de todo o radical; porém as bases, os mais pobres entre os pobres que não tinham nada que perder, não tinham medo. O partido incorporou milhares de militantes negros nos anos 30 e se converteu, por um tempo, em uma força real dentro da comunidade negra. A causa principal disto era sua política sobre a questão da igualdade de direitos, sua atitude geral – a qual havia aprendido dos russos – e sua atividade em torno da nova linha.

Nos anos 30, a influência e a ação do Partido Comunista não se restringia à questão dos "direitos civis" em geral. Também atuava poderosamente para dar nova forma ao movimento operário e auxiliar os operários negros a conseguir neste movimento o lugar que anteriormente lhes havia sido negado. Os mesmos operários negros, que haviam contribuído nas grandes lutas para criar os novos sindicatos, pressionavam a favor de suas próprias reivindicações mais vigorosamente que em nenhum período anterior.⁽¹⁰⁾ Mas necessitavam de ajuda, necessitavam de aliados.

Os militantes do Partido Comunista começaram a desempenhar este papel no momento crítico dos dias formativos dos novos sindicatos. A política e a agitação do Partido Comunista neste período fizeram mais, dez vezes mais, que qualquer outra força para ajudar os operários negros a assumir um novo status de, pelo menos, semi-cidadania dentro do novo movimento sindical criado nos anos 30 sob a bandeira do CIO.

É freqüente atribuir o progresso do movimento negro, e a mudança da opinião pública a favor de suas reivindicações, às mudanças produzidas pela Primeira Guerra Mundial. Mas o resultado mais importante da Primeira Guerra Mundial, o acontecimento que mudou tudo, incluindo as perspectivas para os negros norte-americanos, foi a Revolução Russa. A influência de Lenin e da Revolução Russa – apesar de ser degradada e distorcida como foi posteriormente por Stalin, e depois filtrada através das atividades do Partido Comunista dos Estados Unidos – contribuiu, mais que qualquer outra influência, de qualquer fonte, para o reconhecimento, e a aceitação mais ou menos geral, da questão negra como um problema especial da sociedade norte-americana; um problema que não pode ser colocado simplesmente sob o cabeçalho do conflito entre capital e trabalho, como fazia o movimento radical pré-comunista.

Se acrescenta algo, mas não muito, ao dizer que o Partido Socialista, os liberais e os dirigentes sindicais mais ou menos progressistas aceitaram a nova definição e outorgaram algum apoio às reivindicações dos negros. Isso é exatamente o que fizeram: aceitaram. Não tinham nenhuma teoria nem política independente desenvolvidas por eles mesmos. De onde iam tirá-las? De suas próprias cabeças? De nenhuma maneira. Todos iam atrás o PC sobre esta questão nos anos 30.

Os trotskistas e outros grupos radicais dissidentes – que também tinham aprendido dos russos – contribuíram com o que puderam para a luta pelos direitos dos negros; mas os stalinistas, dominando o movimento radical, dominavam também os novos acontecimentos no terreno da questão negra.

Tudo o que havia de novo sobre a questão negra veio de Moscou, depois que começava a ressoar em todo o mundo a exigência da Revolução Russa pela liberdade e a igualdade para todos os povos subjugados e todas as raças, para todos os desprezados e rechaçados do mundo. O estrondo continua ressoando, mais forte que nunca, como atestam as manchetes diárias dos jornais.

Os comunistas norte-americanos responderam primeiro, e mais enfaticamente, à nova doutrina que veio da Rússia. Mas o povo negro, e setores significativos da sociedade branca norte-americana, responderam indiretamente, e seguem respondendo, mesmo não reconhecendo isto.

Os atuais líderes oficiais do movimento pelos "direitos civis" dos negros norte-americanos, mais que um pouco surpreendidos frente à crescente combatividade do movimento e o apoio que está conseguindo na população branca do país, pouco suspeitam o quanto o ascendente movimento deve à Revolução Russa que todos eles patrioticamente rechaçam.

O Reverendo Martin Luther King afirmou, ao tempo da batalha do boicote em Montgomery, que o seu movimento fazia parte da luta mundial dos povos de cor pela independência e a igualdade.⁽¹¹⁾ Deveria haver acrescentado que as revoluções coloniais, que efetivamente são um poderoso aliado do movimento negro nos Estados Unidos, conseguiram seu impulso inicial da Revolução Russa – e são estimuladas e fortalecidas dia a dia pela contínua existência desta revolução na forma da União Soviética e da nova China, que o imperialismo branco subitamente "perdeu".

Indiretamente, mas de uma forma ainda mais convincente, os mais raivosos anti-soviéticos, entre eles os políticos liberais e os dirigentes sindicais oficiais, testemunham isto quando dizem: O escândalo de Little Rock e coisas do mesmo tipo não devem acontecer por-

que favorecem a propaganda comunista entre os povos coloniais não-brancos.⁽¹²⁾ Seu temor à "propaganda comunista", tal como o temor de outras pessoas a Deus, lhes faz virtuosas.

Agora tornou-se convencional, para os líderes sindicais e os liberais do Norte, simpatizar com a luta dos negros por alguns poucos direitos elementares como seres humanos. É "O Que Se Deve Fazer", um símbolo da inteligência civilizada. Até os ex-radicais convertidos em uma espécie de "liberais" anti-comunistas – uma espécie muito fraca – são agora orgulhosamente "corretos" em seu apoio formal aos "direitos civis" e em sua oposição à segregação dos negros e outras formas de discriminação. Mas como chegaram a isso?

Os liberais de hoje jamais perguntam-se por quê – salvo algumas notáveis exceções – nunca ocorreu a seus similares de uma geração anterior esta nova e mais esclarecida atitude sobre os negros antes que Lenin e a Revolução Russa puseram de pernas pro ar à velha, bem estabelecida e complacentemente aceita doutrina de que as raças deviam ser "separadas e desiguais".⁽¹³⁾ Os liberais e líderes sindicais anti-comunistas norte-americanos não sabem, mas algo da influência russa que odeiam e temem tanto lhes contagiou.

Como todo mundo sabe, finalmente os stalinistas atrapalharam a questão negra, assim como atrapalharam todas as demais questões. Traíram a luta pelos direitos dos negros durante a Segunda Guerra Mundial, em serviço à política exterior de Stalin – do mesmo modo, e pelo mesmo motivo fundamental, que traíram os operários grevistas norte-americanos e aplaudiram os representantes do governo quando pela primeira vez se utilizou a Lei Smith, no julgamento contra os trotskistas em Minneapolis em 1941.⁽¹⁴⁾

Agora todo mundo o sabe. Ao final se colheu o que se semeou, e os stalinistas mesmos têm-se visto obrigados a confessar publicamente algumas de suas traições e ações vergonhosas. Mas nem o suposto arrependimento por crimes que não podem ser ocultados nem os alardes sobre virtudes passadas que outros estão pouco dispostos a recordar, parecem servir-lhes de nada. O Partido Comunista, ou melhor, o que fica disso, é tão desprestigiado e desprezado que hoje se reconhece pouco ou nada de seu trabalho na questão dos negros durante aqueles anos anteriores, quando teve conseqüências extensas que em sua maior parte foram progressistas.

Não é meu dever nem meu propósito prestar ajuda aos stalinistas. O único objetivo desta descrição resumida é esclarecer alguns fatos acerca da primeira época do movimento comunista norte-americano para o benefício dos estudiosos de uma nova geração, que desejam conhecer toda a verdade, sem temor nem favor, e aprender algo dela.

A nova política sobre a questão negra, aprendida dos russos durante os primeiros dez anos do comunismo norte-americano, deu ao Partido Comunista a capacidade de avançar a causa do povo negro nos anos 30; e de estender sua própria influência entre os negros em uma escala da qual nenhum movimento radical tinha-se aproximado até então. Estes são os fatos históricos, não somente da história do comunismo norte-americano, mas também da história da luta pela emancipação dos negros.

Para aqueles que olham para o futuro estes fatos são importantes, uma antecipação das coisas por vir. Através de sua atividade combativa durante os anos anteriores, os stalinistas deram um grande ímpeto ao novo movimento negro. Posteriormente, sua traição à causa dos negros durante a Segunda Guerra Mundial preparou o caminho para os gradualistas que têm sido os dirigentes incontestados do movimento desde esse período.

A política do gradualismo, de prometer liberdade ao negro dentro do marco do sistema social que o subordina e degrada, não está dando resultado. Não vai à raiz do problema. Grandes são as aspirações do povo negro e grandes também as energias e emoções em sua luta. Porém as conquistas concretas de sua luta até agora são lastimosamente escassas. Têm avançado alguns milímetros, mas a meta da verdadeira igualdade se encontra a muitos, muitos quilômetros de distância.

O direito de ocupar um banco vazio em um ônibus; a integração de um punhado de meninos negros em algumas escolas públicas; algumas vagas abertas para indivíduos negros na administração pública e algumas profissões; direitos de emprego iguais no papel, mas não na prática; o direito à igualdade, formal e legalmente reconhecido mas negado na prática a cada momento: este é o estado de coisas na atualidade, 96 anos depois da Proclamação da Emancipação.

Tem havido uma grande mudança na perspectiva e nas reivindicações dos negros desde a época de Booker T. Washington, mas nenhuma mudança fundamental em sua situação real. O crescimento desta contradição está levando a uma nova explosão e uma nova mudança de política e liderança. Na próxima etapa do seu desenvolvimento, o movimento negro norte-americano se verá obrigado a orientar-se a uma política mais combativa que a do gradualismo e buscar aliados mais confiáveis que os políticos capitalistas do Norte, que estão vinculados com os "dixiecratas" do Sul. Os negros, mais que ninguém neste país, têm motivo – e direito – para ser revolucionários.

Um partido operário honesto da nova geração reconhecerá este potencial revolucionário da luta dos negros e proporá uma aliança combativa do povo negro e o movimento operário em uma luta revolucionária comum contra o sistema social existente.

As reformas e as concessões, muito mais importantes e significativas que as obtidas até agora, serão subprodutos desta aliança revolucionária. Em cada fase da luta se lutará a seu favor e elas serão conseguidas. Porém o novo movimento não se deterá com reformas, não será satisfeito com concessões. O movimento do povo negro e o movimento operário combativo, unificados e coordenados por um partido revolucionário, resolverão a questão dos negros da única maneira em que pode ser resolvida: mediante uma revolução social.

Os primeiros esforços do Partido Comunista nesta questão, durante a geração passada, serão reconhecidas e assimiladas. Nem sequer a experiência da traição stalinista será desperdiçada. A lembrança desta traição será uma das razões porque os stalinistas não serão os dirigentes na próxima vez.

Notas dos tradutores:

(1) Eugene V. Debs (1855-1926) foi dirigente de uma importante greve dos ferroviários e depois do Partido Socialista dos Estados Unidos. Foi encarcerado por sua oposição à Primeira Guerra Mundial. Embora tenha declarado sua simpatia pela Revolução Bolchevique, não uniu-se ao Partido Comunista.

(2) Victor Berger: um dirigente da ala direita do Partido Socialista.

(3) Nos Estados Unidos, a região do Sudeste que foi o coração da confederação escravocrata durante a Guerra Civil (1860-65) é conhecida como o "Deep South".

(4) Booker T. Washington (1856-1915) foi um dirigente negro que colocou a "auto-melhoria" da população negra e se opôs às lutas diretas contra a opressão.

(5) Angelo Herndon foi um jovem comunista negro perseguido por um embuste da polícia em Atlanta, Georgia em 1932 e acusado de "incitar à insurreição". Os acusados de Scottsboro, Alabama foram oito jovens negros vítimas de um embuste racista nos anos 30. Foram condenados à morte mas logo foram perdoados como resultado da campanha em sua defesa.

(6) A Reconstrução (1865-77) foi o período depois da derrota da Confederação escravocrata na Guerra Civil norte-americana, quando, sob a proteção de tropas do Norte, foram concedidos direitos de cidadania aos antigos escravos e se desmantelou uma parte do poder dos latifundiários (antigos escravistas) do Sul. Em várias partes do Sul foram eleitos governos locais compostos em grande parte de negros, junto com radicais brancos do Norte. A Reconstrução foi traída pela burguesia do Norte no seu Compromisso de 1877 com os políticos racistas do Sul; as tropas federais foram retiradas e o terror racista esmagou os direitos básicos dos negros.

(7) A palavra-de ordem da autodeterminação dos negros na "faixa negra" formada por várias áreas do Sul dos Estados Unidos foi promulgada pelo Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928). Já então essa "faixa negra" era semi-fictícia, devido à migração de grande parte da população negra às cidades industriais do Norte e centro do país, Califórnia, e outras áreas. Na realidade, o povo negro (que entre outras coisas não tinha um território em comum) não era uma nação mas sim uma "casta de cor e raça", integrada na economia capitalista mas segregada nos níveis inferiores da mesma. A palavra-de ordem da autodeterminação encontrou resistência da maioria dos dirigentes negros do PC dos Estados Unidos. Porém, a Comintern stalinizada insistiu e se começou a propagar a palavra-de ordem mais energeticamente em 1930.

(8) Marcus Garvey (1887-1940) dirigiu o movimento pelo "retorno à África".

(9) Os abolicionistas foram os que agitaram a favor da abolição da escravidão nos Estados Unidos antes da emancipação dos escravos em 1863, proclamada por Abraham Lincoln durante a Guerra Civil.

(10) Com o impulso das três greves gerais de 1934 (as de Minneapolis, dirigida pelos trotskistas; Toledo, dirigida pelo American Workers Party, que pouco depois se unificou com os trotskistas; e São Francisco, dirigida pelos stalinistas), em 1935 se formou uma nova agrupação sindical: o Congress of Industrial Organizations (CIO – Congresso de Organizações Industriais). O CIO rompeu com a velha e conservadora confederação, a American Federation of Labor (AFL – Federação Norte-Americana do Trabalho), cujos sindicatos, organizados por profissões, geralmente haviam agrupado somente os operários mais qualificados. Os novos sindicatos do CIO foram "industriais", quer dizer, baseados na organização de todos os trabalhadores de uma indústria em um só sindicato. Em 1953 a AFL e o CIO se fundiram para formar a AFL-CIO, que na atualidade é a única confederação sindical nos Estados Unidos.

(11) Em 1955, o movimento pelos direitos civis chegou à atenção nacional nos Estados Unidos quando a população negra de Montgomery, Alabama, realizou, durante todo um ano, um boicote dos ônibus municipais, que eram racialmente segregados.

(12) Em Little Rock, Arkansas, em setembro de 1957, racistas brancos atacaram estudantes negros que, sob um mandado judicial contra a segregação racial, freqüentaram pela primeira vez uma escola secundária que anteriormente havia sido reservada para os brancos. Quando a população negra mobilizou-se para defender-se, o presidente Eisenhower enviou tropas para ocupar a cidade e impedir este esforço de auto-defesa dos negros.

(13) "Separadas e desiguais": referência irônica à doutrina da primeira metade do século XX de que os negros iam ser "separados" (quer dizer, segregados) dos brancos, mas "iguais" aos mesmos. Esta doutrina havia sido avaliada também por alguns "líderes" negros.

(14) Pregando a "união anti-fascista" com o presidente Roosevelt na Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista stalinizado se opôs raivosamente tanto às greves como aos protestos contra a segregação racial. A Lei Smith contra a "subversão" foi usada para encarcerar 18 trotskistas, entre eles Cannon e dirigentes do sindicato dos caminhoneiros de Minneapolis, devido a sua oposição revolucionária à Segunda Guerra Mundial imperialista. Logo, sob o macartismo, a mesma lei foi usada para encarcerar muitos dirigentes do Partido Comunista.

MORENO (CARRASCO E PETIT)

Texto 1 - Mulheres Trabalhadoras e Marxismo – C. Carrasco e M. Petit

-

Qual é a relação entre a exploração e a opressão?

Quando começa a surgir a exploração econômica, esta tem a oportunidade de se combinar com diferentes situações de desvantagem e de opressão preexistentes, e também começará a abrir campo a outras novas. Vai-se estabelecendo desde o princípio uma relação contraditória e mediada entre a exploração e as opressões, diferente em cada momento das diferentes eta-

pas da história da humanidade e da luta de classes. Em nenhum momento desenvolvem-se uma e outras como processos totalmente independentes, mas a exploração é o fato histórico determinante, decisivo, ao qual vai se subordinando o destino dos diferentes oprimidos como tais. Durante toda sua história, os exploradores utilizaram as desigualdades que encontraram a seu passo e impuseram outras novas, para aumentar assim seus ganhos e mordomias. Esta cobiça é o motor que propicia a existência e a manutenção de diferentes formas de opressão, dado que permitem a superexploração dos oprimidos. Por exemplo, hoje em dia, os “chicanos” e os latinos nos Estados Unidos, junto com os negros e as mulheres sozinhas, são os mais explorados do país. Este aproveitamento de desigualdades para acrescentar os lucros chega a sua máxima expressão na época de agonia do capitalismo, com o imperialismo, que se baseia na exploração de países inteiros, os atrasados, e que, ademais, aproveita todas as diferenças raciais, sexuais e nacionais existentes, cria outras novas, divide à classe operária entre uma capa privilegiada e uma maioria mais explorada, com o objetivo de aumentar ao limite os lucros dos capitalistas imperialistas.

O imperialismo impôs a dominação do capital a nível mundial, com o qual não só mantém a exploração dos operários dos países industrializados, mas o amplia com a exploração de países inteiros, aproveitando as grandes diferenças que existem no desenvolvimento das forças produtivas entre os grandes países imperialistas e os países coloniais e semicoloniais.

Esta opressão-exploração dos países atrasados é um pilar básico do imperialismo, uma de suas características distintivas fundamentais. A exploração econômica converte-se no conteúdo essencial da opressão nacional sob o imperialismo, ainda que se mantêm a opressão cultural e nacional.

Nos países atrasados, a existência do imperialismo estabelece uma diferença substancial entre a opressão imperialista e os demais tipos de opressão (das mulheres, dos negros, dos homossexuais, etc.). Estes últimos têm a ver com problemas de tipo essencialmente ideológico, cultural, que fazem a superestrutura, ainda que possuem uma manifestação econômica, a superexploração. Em troca, a opressão imperialista nos países atrasados converteu-se em exploração econômica e faz à estrutura, à essência mesma do imperialismo. Até o triunfo do socialismo, a exploração dividirá aos oprimidos.

Se queremos definir corretamente a política revolucionária para as mulheres, é imprescindível fazer uma localização precisa da etapa histórica em que nos encontramos. E, então, temos que começar por assinalar que na luta pelo socialismo e o comunismo se estabeleceram duas grandes etapas: A primeira, que se abriu em 1917 e se estenderá até a derrota mundial do imperialismo e a contrarrevolução, é a da luta pelo triunfo da revolução proletária mundial, passando pela tomada do poder nos diferentes países, que eliminará a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado e eliminará, ademais, as fronteiras nacionais dos países atrasados.

A segunda será desde ali até o comunismo. A tomada do poder pela classe operária em algum país é o primeiro passo da revolução socialista. Mas nem a exploração nem as diferentes formas de opressão podem eliminar-se num só país e de um dia para o outro, senão que, pelo contrário, a sociedade resolverá estas contradições através de choques permanentes e durante um período prolongado, durante o qual a tarefa central será a eliminação do imperialismo e a contrarrevolução da face da terra. Conseguido isto, começará sim a época histórica da construção socialista mundial, a transição do socialismo ao comunismo.

Indubitavelmente, vivemos na primeira etapa, e nossas caracterizações e política não podem ignorá-lo. É verdadeiro que os problemas de desigualdade afetam todas as mulheres de todas as classes, pois todas são oprimidas como mulheres. Mas enquanto estivermos nesta primeira

etapa, isto é, enquanto existir a exploração econômica imperialista e capitalista, a maioria delas terão que enfrentar todos os dias os problemas comuns a todos os explorados do mundo, independentemente de seu sexo, raça ou cor e, acima dos pontos comuns que surgem da opressão, a maioria delas estará separada como por um abismo da minoria de mulheres exploradoras.

Esses problemas comuns, que sim unem com vínculos de ferro aos explorados do mundo, são a fome, a miséria, o desemprego, a necessidade de lutar todos juntos contra os patrões que exploram sem piedade, até se propor a luta pelo poder político dos operários como única forma de solucionar definitivamente seus problemas. Isto faz com que a maior parte das mulheres operárias tenha como preocupação central a mesma que os operários: como alimentar a si mesmos e a seus filhos, como ter um teto e vestimenta, como conseguir um trabalho ou um melhor salário, e é por esses objetivos que adiantam suas lutas quotidianas, participam nos sindicatos ou seguem aos grandes partidos operários. Para nós é um fato inegável que esta situação que vivem ou que sofrem diariamente as massas exploradas é a que as leva a diminuir a importância ou a ignorar muitos dos problemas que afetam grupos importantes de pessoas, inclusive à metade da humanidade, como ocorre no caso das mulheres.

Durante toda esta primeira etapa, as lutas contra a opressão das mulheres e contra todas as demais formas de opressão –inclusive a única decisiva delas para o imperialismo, a dos países atrasados– estão atravessadas e rasgadas pela luta dos trabalhadores contra sua exploração e pela revolução socialista. Em todos os casos de opressão existem, em maior ou menor medida, exploradores e explorados, e isto faz com que, acima da comunidade de interesses que tenham como oprimidos, se dê uma inevitável divisão com respeito a seus interesses fundamentais; uns usufruem da exploração e estarão por mantê-la; outros a sofrem com ela e procurarão aboli-la. O peso agonizante de sua miséria quotidiana marcará a luta e a dinâmica destes últimos, acima de seu carácter de oprimidos.

O único ponto de unidade que tem uma mulher burguesa com uma operária, uma reacionária ou reformista com uma revolucionária, é sua opressão como mulher. Daí que exista a possibilidade de alguma luta comum entre todas, por alguma dessas demandas democráticas comuns, por sua igualdade e seus direitos. Mas sua unidade como mulheres nascerá com essa atividade e morrerá com ela. As mulheres das diferentes classes não podem se unir, por exemplo, na luta por um acordo coletivo favorável às mulheres trabalhadoras. As burguesas e pequeno-burguesas que, como as de muitos países atrasados, estão acostumadas a ter ainda uma ou mais empregadas, nunca apoiarão uma luta pelo pagamento do salário mínimo urbano para o serviço doméstico. Também não é possível imaginar às mulheres de classe média alta ou às burguesas abrindo as portas de suas casas, em aplicação de uma reforma urbana, para que as mulheres das vilas miseráveis e seus filhos pequenos ocupem as suntuosas habitações, ou as pondo a disposição de comitês de donas-de-casa e mulheres trabalhadoras para que as distribuam. E assim poderíamos seguir e seguir, até chegar ao caso de uma greve geral operária ou da revolução socialista.

A mobilização unificada das mulheres só pode se dar em conjunturas específicas e de maneira episódica, como unidade de ação ao redor de algumas demandas particulares. A luta se organizará ao redor de uma ou duas consignas e culminará quando se ganhe ou se perca esta luta. O carácter policlassista e democrático das lutas femininas atribui-lhes seu destino conjuntural, fugaz. Esta situação não mudará até que não seja definitivamente derrotado o imperialismo a nível mundial. Enquanto isso, os trabalhadores dos países onde tenha triunfado a revolução operária e as massas exploradas do resto do mundo terão como tarefa prioritária a luta

anti-imperialista e a extensão da revolução socialista a toda a órbita. As tarefas inerentes à construção socialista interna ver-se-ão também subordinadas a este objetivo central.

Quando se conquiste a derrota definitiva e mundial do imperialismo e todos seus aliados na contrarrevolução, a humanidade entrará numa segunda etapa, que será a passagem do socialismo ao comunismo. Na nova sociedade que se estará construindo, irão se deslocando as prioridades do terreno político-militar para as atividades sociais de elevação do nível de vida e, portanto, de liquidação de todas as desigualdades e mordomias. É possível que nesses tempos futuros a luta das mulheres pela liquidação definitiva de sua opressão adquira maiores dimensões pois, uma vez solucionado o problema central da exploração, a sociedade poderá dar uma importância cada vez maior a esse problema.

A opressão da mulher é uma das questões mais aberrantes de nossa sociedade e das que mais miséria e desgraças lhe acarretam, pois é, nem mais nem menos, que a degradação de uma metade da humanidade pela outra. Este problema mistura-se com os aspectos mais íntimos da vida humana e, pela mesma razão, choca contra os mais arraigados preconceitos e contra os piores costumes.

Por isso é tão difícil de resolver. Pela gravidade e profundidade do problema, a luta das mulheres contra sua opressão ameaça a sociedade de acima a abaixo. Como em nenhum outro lugar, na família e nas relações pessoais é onde se refletem mais lentamente as grandes mudanças da humanidade. À mulher corresponderá seguramente o papel de vanguarda na construção destas novas relações humanas, desterrando o machismo, as relações de propriedade sobre a família, os filhos e as mulheres, acabando com a hipocrisia da sociedade burguesa, desenvolvendo plenamente suas potencialidades físicas, intelectuais, artísticas, sexuais, convertendo-se quiçá em motor do progresso geral. É muito provável, então, que a luta das mulheres jogue um papel de transição para a nova sociedade comunista, na qual se conseguirá por fim o estabelecimento de relações humanas plenas, onde, por um lado, se atinja a máxima expressão da individualidade e, por outro, o mais alto desenvolvimento nas relações sociais.

Proletários e proletárias do mundo, uni-vos!

Em sua proposta política para as lutas das mulheres, a companheira Waters não faz distinção alguma, com relação estas duas grandes etapas. Para ela, só há um caminho: a organização crescente das mulheres, unidas por seus direitos, que passa pela revolução socialista e continuará até o comunismo. Para esta extensíssima etapa propõe só uma política: a irmandade das mulheres, a construção de movimentos autônomos e unitários de todas as mulheres e em todos os países. A realidade da luta de classes é a de El Salvador. Ali, as mulheres burguesas vêm-se mobilizando em massa contra o comunismo! E se equipam nos bairros burgueses, junto com os bandos paramilitares, para lutar contra os homens e as mulheres trabalhadores e revolucionários que estão contra a ditadura. É a da Nicarágua, onde as mulheres participaram ativamente na guerrilha sandinista, armas em mãos contra os somozistas e suas mulheres.

Esta é a crua realidade. Estamos numa época em que cada vez é mais inevitável o confronto violento entre as classes inimigas, onde toda a sociedade se encontra em choque permanente e na qual todos os partidos da burguesia, da pequena-burguesia e do proletariado se enfrentam, agora politicamente, amanhã fisicamente, na guerra civil. Nesta luta política e armada contra a burguesia, o principal inimigo que existe dentro das fileiras operárias é a conciliação de classes, o frente-populismo. Porque quando está colocada a luta mais irreconciliável, chamam os trabalhadores a colaborar com os burgueses, provocando desta maneira a condição de todas as derrotas que sofreu a classe operária, como na Espanha em 1936 ou no Chile

em 1973. O trotskismo chama todos os trabalhadores a não confiar senão em si mesmos, a independizar-se politicamente da burguesia, a romper com os dirigentes reformistas que os levam à conciliação, e a tomar o poder dirigidos pelo partido revolucionário.

Nossa política sempre procura dividir águas taxativamente com a burguesia. A dos reformistas é misturar, unir os polos em disputa. A companheira Waters se cola a eles, e propõe uma frente popular de mulheres como política estratégica do trotskismo. Não há nenhum problema em considerar um chamado a lutas unificadas de mulheres, que pode ser correto em determinado momento. O crime é impor a construção de um movimento unitário e permanente, que necessariamente sujeitará às mulheres operárias à conciliação com as mulheres que respondem politicamente à burguesia.

Por tudo isto, defendemos uma política oposta pelo vértice à de Waters. Recusamos a estratégia do movimento autônomo permanente e universal de todas as mulheres e procuramos de maneira sistêmica a independência dos trabalhadores –tanto homens como mulheres– da burguesia e dos conciliadores frente-populistas. Seguimos pelo caminho da Terceira Internacional, que chamava claramente os comunistas a dissuadir às operárias de todos os países de qualquer tipo de colaboração e de coalizão com as feministas burguesas. E repetimos, hoje em dia, suas palavras: “Só chegaremos ao comunismo mediante a união na luta de todos os explodidos e não pela união das forças femininas das duas classes opositoras.”

Texto 2- Projeto de Resolução apresentado pela Fração Bolchevique ao Comitê Paritário pela Reorganização (Reconstrução) da Quarta Internacional sobre as Tarefas dos Trotskistas entre as Mulheres.

Bogotá, janeiro de 1980

Introdução

O recenté congreso do Secretariado Unificado aprovou o documento “A revolução socialista e a luta pela liberação da mulher”, elaborado por Mary-Alice Waters, membro da direção executiva do Socialist Workers Party dos Estados Unidos. Dito documento, que plasma a concepção do SWP sobre o trabalho dos trotskistas entre as mulheres, é agora a política oficial do SU e seus seguidores.

É um documento revisionista que expressa uma concepção setorial e policlassista da revolução permanente e da relação entre as lutas dos explorados e dos oprimidos e entre estas e a classe trabalhadora e o partido revolucionário. Estas concepções levam o SWP e o conjunto do SU a capitular às posições do feminismo antimarxista –o que chama à unidade de todas as mulheres, qualquer que seja a sua classe, a lutar contra os homens, o que chama a uma frente popular permanente de operárias e burguesas, revolucionárias, reformistas e contrarrevolucionárias- são as mesmas que levaram o SWP e seus seguidores do SU a capitularem ante o governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

O objeto da presente resolução é refutar categoricamente esta política e assentar umas primeiras teses sobre a política do Comitê Paritário para o trabalho dos trotskistas entre as mulheres.

As tarefas do trotskismo entre as mulheres

I- Logo da II Guerra Mundial, pela segunda vez na história se desenvolveram mobilizações massivas de mulheres pelos seus direitos.. Desde a mobilização das mulheres na revolução chinesa até as mobilizações pelo aborto e o divórcio na Europa e Estados Unidos, as

mulheres lutam por suas próprias reivindicações, ora apoiando uma revolução em curso (China) ou lutando contra ela (Chile e El Salvador), ora em unidade de ação exigindo reivindicações democráticas, como na Europa e Estados Unidos. Este fato da luta de classes merece a atenção e a resposta da Quarta Internacional trotskista.

Com o novo ascenso da revolução mundial, as mulheres participam cada vez mais nas lutas políticas e sociais através das mobilizações, partidos e organizações de suas respectivas classes e, conjunturalmente, realizam mobilizações unitárias por suas reivindicações específicas.

Se trata de saber se esta crescente participação política e social da mulher tende à unidade permanente de todas as mulheres de todas as classes, ou se pelo contrário dita unidade é a exceção, o conjuntural, e a divisão política e social das mulheres é a regra.

Em síntese, se trata de saber se podemos aplicar a estas mobilizações as orientações gerais assinaladas nos primeiros congressos da Internacional Comunista ou se, pelo contrário, ditos fenômenos nos obrigam a revisar a política que o marxismo tem sustentado para o trabalho do partido revolucionário entre as mulheres.

II. Ante as mobilizações das mulheres pelo direito de voto e outras reivindicações, a Internacional Comunista deu resposta categórica: chamou os partidos comunistas a lutar em ditos movimentos, para separar as operárias do feminismo burguês.

III. A luta de classes deu razão à concepção da Internacional Comunista e, por conseguinte, à sua política, as mobilizações de mulheres da década passada só conseguiram plasmar da unidade das mulheres em forma conjuntural e episódica, não permanente. A experiência dos Estados Unidos, Espanha, Itália, França e Inglaterra demonstrou que uma vez alcançado o objetivo específico da mobilização - e inclusive em muitos casos sem havê-lo alcançado - a unidade supraclasse das mulheres se dissolveu.

Afirmamos categoricamente, seguindo nossas concepções, que foram corroboradas pelos fatos, que a unidade permanente das mulheres por cima das classes é impossível devido às contradições políticas e sociais da luta entre a revolução e a contrarrevolução, pelo menos até o triunfo do socialismo.

IV. Frente às mobilizações das mulheres da década passada, surgiu uma corrente dentro da qual ocupa um lugar de honra o SU influenciado pelo SWP dos Estados Unidos. É a corrente que chama todas as mulheres de todas as classes e tendências políticas -operárias, burguesas, revolucionárias, reformistas, contrarrevolucionárias- a lutar unidas e a se organizarem em um movimento autônomo permanente. O documento do SU levanta que as lutas das mulheres continuaram se estendendo e que a estratégia do partido deve ser a construção de um movimento autônomo e unitário de mulheres de todas as classes sociais. É a chamada política da “irmandade das mulheres” que, como vemos, se opõe tanto às teses da Internacional Comunista -de nítida separação entre a operária e a burguesa- como as lições da história.

V. Segundo o SU, a opressão da mulher e sua reclusão na família, é “ pilar”, “ política básica” e “ essência” do capitalismo. Por isso sustenta que a família, incluída a família camponesa, é uma lacra da sociedade de classes que só merece ser extirpada.

A realidade, pelo contrário, mostra que o capitalismo, ao incorporar a mulher à produção, igualou a operária na pobreza e a exploração, nas cargas e nos deveres, com o homem operário. Mas, contraditoriamente, o capitalismo é incapaz de levar esta tendência até o final porque não pode resolver em nível mundial a questão do emprego de todas as mulheres. Daí as contradições brutais que provoca, ao chamar a mulher a trabalhar em um momento determinado e logo, torná-la novamente reclusa no lar e na família para tirá-la da produção, sempre de acordo com suas conveniências. Esta realidade provoca contradições dolorosas para as operárias e

camponesas. Destrói suas famílias sem deixar-lhes nenhuma outra instituição que lhes permita satisfazer as necessidades humanas de afeto e companhia.

VI. Segundo o SU, todas as lutas pela liberação da mulher -pelo aborto, o divórcio, ou o que seja- vão contra essa “essência do capitalismo” descrita mais acima. Isto o leva à conclusão de que todas estas lutas, inclusive as mais parciais e conjunturais, possuem uma dinâmica “objetivamente anticapitalista”.

A realidade, pelo contrário, é que as tarefas da liberação das mulheres são de caráter democrático burguês. Historicamente, é uma tarefa das revoluções burguesas que estas não realizaram.

O processo de liberação da mulher, por sua dinâmica, tem um caráter transicional, porque tem que ver com os aspectos mais retardatários e os costumes mais retrógrados da sociedade. Mas esta perspectiva transicional vai se acentuar a fundo na sociedade socialista onde, uma vez ganhada a batalha contra a contrarrevolução e o imperialismo, estarão abertas as portas para resolver estes problemas tão sentidos pela humanidade. Daí que rechaçamos rotundamente a colocação a priori do rótulo de anticapitalista para todas as lutas, organizações e movimentos de mulheres. A dinâmica anticapitalista só se pode se gerar quando as mulheres – e não serão todas- apoiem a revolução proletária e o partido revolucionário.

VII. O documento do SU assinala corretamente que todas as mulheres são oprimidas como mulheres, o mesmo se poderia dizer dos negros, que todos são oprimidos como tais. Daí extrai a conclusão de que opressão é igual a exploração; que os vínculos que unem os oprimidos entre si são mais fortes que as contradições entre exploradores e explorados, entre revolucionários e contrarrevolucionários. Daí deriva toda sua política, de que as mulheres devem se unir como irmãs para a luta em comum.

A realidade é que, se bem é verdade que todas as mulheres e todos os negros são oprimidos, ao mesmo tempo há mulheres exploradoras e exploradas, negros exploradores e explorados. Daqui até o triunfo do socialismo, as operárias lutarão contra os exploradores, sejam homens ou mulheres, sejam negros ou brancos.

Em determinado momento, mulheres de distintas classes podem marchar juntas por um objetivo específico: direito ao divórcio, aborto, etc. Mas na realidade da situação revolucionária é que, quando se produza, a sociedade vai estar dividida por uma barricada. De um lado, a classe operária com seu partido revolucionário e, com eles, as operárias revolucionárias, os negros revolucionários. Do outro, a contrarrevolução imperialista burguesa e com ela as mulheres burguesas, os negros burgueses, etc.

VIII. Do anterior se depreende que o SU tem uma concepção revisionista da teoria da revolução permanente, a que visualiza como uma soma de setores oprimidos, de movimentos policlassistas que, de igual para igual com o proletariado, se mobilizam em forma permanente pelo poder. Daí deriva sua política frentepopulista de unidade do proletariado com a burguesia (“todas as mulheres”) de maneira organizada e permanente.

Nossa concepção é que só a revolução socialista liberará a todas as mulheres, mas não todas as mulheres apoiaram a revolução socialista. Reafirmamos o caráter social e político da revolução permanente, no sentido de que esta é realizada pelo proletariado arrastando atrás de si aos setores mais pobres e explorados da sociedade, contra os exploradores de todos os sexos e raças e seus aliados, os reformistas. Esta luta só chega ao triunfo com a tomada do poder pelo proletariado dirigido por seu partido marxista revolucionário, a Quarta Internacional trotskista.

IX. Fruto de sua política frentepopulista de unir a burguesas e proletárias em forma organizada e permanente, o SU chega ao cúmulo do revisionismo ao levantar que a construção

de um movimento autônomo e unitário de mulheres faz parte da estratégia da construção do partido. Em outras palavras, a construção do movimento feminino tem a mesma importância estratégica que a construção do partido operário.

A estratégia da Quarta Internacional trotskista –e sua razão de ser- é, pelo contrário, a mobilização permanente do proletariado – homens e mulheres – pela tomada do poder apoiado no movimento revolucionário das massas oprimidas e, para isso, a construção do partido operário marxista revolucionário. Esta estratégia, a única dos trotskistas, exige a separação plena das operárias da influência burguesa e reformista e repudia a unidade frentepopulista preconizada pelo documento do SU.

O ascenso da luta de classes da década passada, somado à crise dos partidos reformistas, incapazes de responder às massas de mulheres que despertam com o ascenso, e a debilidade do trotskismo, abriram o espaço para a organização de movimentos autônomos de mulheres, cujas posições cobrem toda gama desde as mais democráticas às mais ultra-esquerdistas e ultra-feministas. Sobre esta base objetiva, o SU eleva à categoria de norma permanente, o que não é mais que uma manifestação conjuntural do ascenso revolucionário, a traição dos partidos reformistas e a debilidade do trotskismo.

XI. Definida nossa estratégia, afirmamos que podemos e devemos participar, apoiar, fazer unidade de ação nas lutas pelas reivindicações democráticas específicas das mulheres. No curso de tais mobilizações definiremos nossa orientação tática para as distintas organizações que possam existir. Mas a participação dos trotskistas em tais movimentos se enquadrará em todo momento no objetivo de ganhar as mulheres, principalmente as operárias, através da mobilização, para que rompam com a burguesia e o reformismo e se unam à sua classe e ao partido revolucionário.

XII. O atual ascenso da luta de classes e a crise dos aparatos reformistas brindam à Quarta Internacional trotskista as melhores possibilidades de converter-se na direção revolucionária das massas. O ascenso comociona a milhões de mulheres que começam a buscar saídas políticas e respostas às suas reivindicações. Por isso os trotskistas devemos formular uma política revolucionária para as mulheres, especialmente as operárias. Estas constituirão uma força central neste ascenso e, como confirma a experiência histórica, as operárias se colocam rapidamente na vanguarda das lutas por serem duplamente exploradas.

XIII. Os trotskistas, a vanguarda revolucionária do proletariado, somos os inimigos mortais da opressão em todas suas formas. Por isso estamos na primeira fila da luta pelas reivindicações contra a opressão da mulher, e dispostos a participar em todas as lutas pelas mesmas, em unidade de ação com todos os que as impulsionem.

Queremos integrar à frente proletária contra a burguesia e seus aliados reformistas a todas as operárias. Lutamos contra toda sujeição ou colaboração das operárias com a burguesia e queremos ganhá-las todas para las fileiras da Quarta Internacional trotskista.

XIV. Para isso, o programa dos trotskistas deve contemplar as demandas democráticas como aborto libre e gratuito, divórcio, plena igualdade legal, eliminação da discriminação dos filhos nascidos fora do matrimônio, etc.

XV. Lutamos na primeira fila pelas demandas e reivindicações das operárias e das mulheres pobres: salário igual para trabalho igual, redução da jornada de trabalho em 50% se elas o desejarem, por creches, restaurantes e lavanderías coletivas, por um salário para a dona de casa, por pleno emprego para a mulher.

Nos sindicatos onde trabalham mulheres, exigimos uma representação das mulheres na direção sindical em proporção a seu número na base, o que significa, desde logo, que nos sindicatos majoritariamente femininos a direção sindical deve ser majoritariamente feminina, exi-

gimos que estas reivindicações se incorporem aos estatutos sindicais. Estamos pela criação de comissões femininas nos sindicatos.

XVI. Estamos pela defesa das condições de vida da família operária e camponesa: por serviços públicos de saúde, educação e recreação gratuitos; por subsídios para os filhos.

XVII. Este programa democrático e transicional tem um só objetivo: a mobilização das mulheres operárias e pobres junto à sua classe, pela tomada do poder pelo proletariado e pela revolução socialista mundial, que é a única coisa que poderá garantir a igualdade plena e permanente das mulheres e de todos os oprimidos.

XVIII. Como já expressamos, a atenção dos trotskistas vai dirigida principalmente às mulheres operárias. Mas não descartamos que em uma conjuntura nacional e internacional de ascenso das lutas operárias e populares, e ante a existência de um partido revolucionário forte, mulheres da pequena burguesia estejam dispostas a acompanhar o proletariado em suas lutas e a ver no partido trotskista revolucionário sua direção.

XIX. O único partido que luta conseqüentemente por esse programa e esse objetivo estratégico, a ditadura revolucionária do proletariado, é a Quarta Internacional trotskista.

Denunciamos e repudiamos a política traidora da socialdemocracia e do stalinismo, que mantém e reforçam a opressão da mulher e são, dentro das fileiras do movimento operário, os inimigos mais amargos da revolução proletária.

Rechaçamos mesmo assim a concepção do SWP e do SU, que consideram que “a luta pelo socialismo necessita tanto de um movimento feminista de massas como de um partido marxista revolucionário de massas”. Esta posição nega o papel dirigente do partido revolucionário e chama este a compartilhar sua responsabilidade histórica com organizações sectoriais que representam aos oprimidos. Para nós, a luta pelo socialismo necessita uma só condição: a mobilização permanente das massas dirigida por um partido marxista revolucionário, trotskista.

XX. Às mulheres dos estados operários lhes dizemos que a burocracia contrarrevolucionária que usurpou o poder operário é a responsável direta e absoluta de sua brutal opressão. Que devem lutar com o proletariado e seu partido revolucionário pela revolução política, o derrocamento da burocracia e a instauração da ditadura revolucionária do proletariado.